

FERNANDA COSTA

O ESTADO NOVO NO CONTROLE DA

INFORMAÇÃO

COTIDIANA

O caso da cidade de Natal (1941-1943)
a partir do jornal *A República*

Fernanda Costa

**O ESTADO NOVO NO
CONTROLE DA
INFORMAÇÃO COTIDIANA
O CASO DA CIDADE DE NATAL (1941-1943)
A PARTIR DO JORNAL *A REPÚBLICA***

Florianópolis, SC
Rocha Gráfica e Editora Ltda.
2020

Selo Nyota

Coordenação do Selo
Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Nathália Lima Romeiro
Site: <https://www.nyota.com.br/>

Comitê Científico e Editorial

Daniella Camara Pizarro (UDESC)	Mariana Cortez (UNILA)
Felipe Meneses Tello (UNAM)	Wellington Marçal de Carvalho (UFMG)
Mary Luz Alzate (UNAL)	Márcio Ferreira da Silva (UFMA)
Didier Álvarez Zapata (U. de A.)	Fábio Francisco Feltrin de Souza (UFFS)
Claudia Mortari (UDESC)	Gerson Galo Ledezma Meneses (UNILA)
Fernanda Oliveira (UFRGS)	Luisa Tombini Wittmann (UDESC)
Maria do Carmo Moreira Aguiar (UFRGS)	Lourenço Cardoso (UNILAB)
Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA)	Edilson Targino de Melo Filho (UFPB)
Carina Santiago dos Santos (UDESC)	Tatiana de Almeida (UNIRIO)
Ana Cláudia Borges (UFES)	Lia Vainer Schucman (UFSC)
Samanta Coan (UFMG)	Dorys Liliana Henao (U. de A.)

Comitê de Avaliadores Ad Hoc

Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA)	Edilson Targino de Melo Filho (UFPB)
Carina Santiago dos Santos (UDESC)	Bruno Almeida (UFBA)
Samanta Coan (UFMG)	Frederico Luiz Moreira (UFMG)
Nathália Romeiro (UFMG)	Franciéle Carneiro Garcês da Silva (UFMG)

Diagramação: Franciéle Carneiro Garcês da Silva; Nathália Lima Romeiro
Arte da Capa: Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Revisão textual: Pedro Giovâni da Silva; Franciéle Garcês
Ficha Catalográfica: Priscila Fevrier – CRB 7-6678

C837e Costa, Fernanda

O Estado Novo no controle da informação cotidiana: o caso da cidade de Natal (1941-1943) a partir do jornal "A República". / Fernanda Costa. - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. (Selo Nyota)
188 p.

Inclui Bibliografia.

Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>.

ISBN 978-65-87264-14-1 (e-book)

ISBN 978-65-87264-13-4 (impresso)

1. Ciência da Informação. 2. Informação cotidiana. 3. Estado Novo. 4. Jornal A República. I. Costa, Fernanda. VI. Título.

**ESTA OBRA É LICENCIADA POR UMA
LICENÇA *CREATIVE COMMONS***



Atribuição – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil¹

É permitido:

- Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- Criar obras derivadas

Condições:



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s) de cada capítulo e às organizadoras da obra.



COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA

Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença² que este original.

¹ Licença disponível em: <https://goo.gl/rqWWG3>. Acesso em: 01 jun. 2019.

² Licença disponível em: <https://goo.gl/Kdfiy6>. Acesso em: 01 jun. 2019.

*“[...] Mil nações
Moldaram minha cara
Minha voz
Uso pra dizer o que se cala
Ser feliz no vão, no triste, é força que me embala
O meu país
É meu lugar de fala [...]”
(O que se cala – Elza Soares)*

*“[...] A dor da gente não sai no jornal [...]”
(Chico Buarque – Notícia de Jornal)*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que conheci durante a minha vida até hoje, por terem me formado de diversas maneiras, em especial as/os professoras/os as/os quais tive, muita(o)s especiais. Esse livro foi financiado por pessoas que acreditaram no meu trabalho, nominalmente gostaria de agradecer a:

Laelson Felipe, Daniella Alves, Vitória Gomes, Carmô Pereira (mainha), Janaina Rego, Valeska Di Sena, Sulamita Lima, Luciana Moreira, Alex Alves, Marcelo Saraiva, Nayana Cordeiro, Nathália Romeiro, Franciéle Garcês, Eri Dias, Gláucio Barreto, Guille Silva, Maiara Juliana Gonçalves, Larah Pimenta, Ilaydiany Oliveira, Carla Almeida, Sarah Lopes, Caleb Sperli, Ricardo Pimenta, Maria Francisca da Silva, Edilson Targino, Welze Rocha, Paulo Rodrigues, Laurinda Maciel, Henrique Fontes, Henrique Bernardes, João Pedro, Juliana Binda, Gabriela, Gabriella Oliveira, Jucieldo, Wilda e todos a/os foliões dos blocos de carnaval do Rio de Janeiro (2020): Céu na Terra, Prata Preta e Banda da Conceição, foi maravilhoso me fantasiar, me divertir com vocês, militar pela ciência e ainda poder financiar essa publicação.

SUMÁRIO

PREFÁCIO 11

(RE)ENCONTRO: EM BUSCA DA LIBERDADE

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

Capítulo 1

**OS CAMINHOS DE BUSCA PELO
MEMORIALÍSTICO INFORMACIONAL NO
COTIDIANO DE UMA CIDADE 19**

Capítulo 2

**ÂNGULOS DA MEMÓRIA E INFORMAÇÃO NO
COTIDIANO 35**

A INFORMAÇÃO COMO UM PRISMA: SUA
DIMENSÃO NO COTIDIANO.....44

CONTROLE PARA SILENCIAMENTO DA
INFORMAÇÃO COTIDIANA59

Capítulo 3

**O ESTADO BRASILEIRO ENTRE 1937-1943:
CONDIÇÕES HISTÓRICAS DE PRODUÇÃO E
DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO
COTIDIANA 63**

BUSCA DO CONTROLE DA INFORMAÇÃO
COTIDIANA NO ESTADO NOVO85

Capítulo 4

COTIDIANIDADE NA CIDADE DE NATAL (1941-1943) E OS TRAJETOS INFORMACIONAIS MEMORIALÍSTICOS 97

CONTROLE DA INFORMAÇÃO E DE FONTES NO COTIDIANO DA URBE.....122

“A TRABALHO DO ESTADO”: O JORNAL *A REPÚBLICA* COMO FONTE DE INFORMAÇÃO COTIDIANA.....137

Categorias, sentidos e intencionalidades das informações cotidianas do *A República* (1941-1943).....
.....145

Capítulo 5

ANCORAR EM NOVAS BASES..... 173

REFERÊNCIAS 179

PREFÁCIO

(RE)ENCONTRO: EM BUSCA DA LIBERDADE

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

Inicio agradecendo o honroso convite para prefaciар este livro da autoria de Fernanda Costa, uma jovem pesquisadora que conheci dentro de parâmetros normais para um professor, em sala de aula de um Programa de Pós-Graduação no Nordeste brasileiro.

Como sempre, toda primeira aula é uma surpresa, pelo menos, para mim. Quem haverei de encontrar? Rostos desconhecidos aparecem, outros conhecidos, enfim... uma sala cheia de almas. Foi nesse reduto do cotidiano que encontrei a autora. Uma jovem de cabelos avermelhados, cheia de altivez, o que de pronto chamou-me a atenção, principalmente pelos posicionamentos firmes para tão pouca idade, no âmbito da disciplina: *Informação, Memória e Sociedade*. Ela revelou-se pela palavra e, mais adiante, pelas atitudes. Ao mesmo tempo que cursava o mestrado, ela ainda atuava em projetos sociais no estado do Rio Grande do Norte.

Tratava seus compromissos com desejos de mudança e, a cada ação, ela pareceu-me saber, exatamente, seu papel na construção dos laços sociais, fazendo-nos compreender que estávamos diante de uma jovem que, dentro de si, tem a consciência de que, enquanto sujeito histórico, sabia o limite de sua autonomia cultural e socialmente determinada, por vezes limitada, porém, paciente e insistentemente conquistada no

espectro do sistema político e social, no qual se encontra inserida.

Sua fala, gestos e ações afluíam na sua verve de historiadora, para quem o passado serve de fermento para compreender o presente e pensar o futuro, aliada ainda à sua formação de cientista da informação. Foi com essas características que ela produziu com maestria, e agora traz a público, a obra intitulada “O Estado Novo no controle da informação cotidiana: o caso da cidade de Natal (1941-1943) a partir do jornal *A República*”. Em sua obra, Fernanda Costa retoma uma temática pouco ou quase nunca explorada na CI e afirma: “por reconhecer a informação como um caminho a partir das representações em vivências, formas de olhar o mundo, formando-se, também, dentro do processo de comunicação, ancoradas na cultura, a partir da linguagem e da escrita, onde temos modos de formação de sentidos dos fatos”.

Nessa esteira de compreensão, a autora explora com profundidade a relação memória e informação cotidiana. Considerando que os sujeitos constituem, em suas vivências, lembranças de si e de outrem, uma vez que não há acontecimentos fora dos quadros de tempo, do espaço das pessoas e sujeitos, marcas indissociáveis, esses criam enunciados que refletem um dado contexto e significado. Tudo isso corrobora a fundamentação da informação cotidiana, cerne da ação que envolve lugar e pessoas que diretamente produzem o acontecido.

Foi pautada por essa compreensão que a autora mergulha no passado varrendo o pó do tempo, possibilitando retirar do silenciamento o percurso da cultura informacional no período estadonovista. Período que calou e ocultou vozes discordantes por meio dos aparelhos de Estado a partir do jornal *A República*, fonte tutelada pelo Governo. Nessa trilha de descoberta, a

autora tece suas análises com base no entendimento da fonte jornalística como necessária e imprescindível à compreensão histórica do momento. Analisar suas páginas emboloradas é uma espécie de “revivência ao passado”, como bem disse Machado de Assis, associado ao cotidiano descrito por Cecília Meireles no poema: De que são feitos os dias?

De que são feitos os dias?
De pequenos desejos,
Vagarosas saudades,
Silenciosas lembranças.
[...]
Dentro deles vivemos,
Dentro deles choramos,
Em duros desenlaces,
E em sinistras alianças...

Ao pavimentar seu desejo pessoal e intelectual na compreensão poética de Machado de Assis e Cecília Meireles, a autora adentra nos *ângulos da memória e informação no cotidiano*. Nesse viés, pauta-se em autores consagrados como Aristóteles, Assmann, Bourdieu, Capurro, Gonzalez de Gómez, Heller, Marteleto, Orlandi, Rousso, Xifra-Heras, entre outros, concluindo com a elaboração de um mapa conceitual comparativo do conceito de informação no paradigma social e no cotidiano.

Em sua caminhada analítica, a autora percorre *o Estado brasileiro entre 1937-1943: condições históricas de produção e disseminação da informação cotidiana*, culminando com o Estado Novo em que ela busca encontrar, nas fronteiras da memória, os usos políticos do passado e seus desdobramentos informacionais vinculados aos meios de comunicação,

resultando numa sistemática produção, disseminação e controle da informação pelo Estado, fortemente irradiada de questões ideológicas, econômicas e sociais, filtradas e emanadas dentro de um acordo de uma realidade inventada.

A partir da compreensão do Estado brasileiro, Fernanda Costa fez parada na cotidianidade da cidade de Natal (1941-1943), deparando-se com as estruturas burguesas e intelectuais da época diante das sucessivas mudanças sociais, econômicas, geográficas e políticas que definiram e intervieram nos trajetos informacionais memorialísticos, levando ao *controle da informação e suas fontes no cotidiano da urbe*.

Ao percorrer as fontes de informação, a autora perpassa pelo documento escrito, o cinema, o rádio e o telégrafo, todos à sombra do controle do Estado Novo. Mas centra seu olhar para o *A República* e suas condições informacionais, percebendo que os conteúdos informacionais oferecidos pelo jornal passavam, obrigatoriamente, por uma espécie de agenciamento e controle do governo, levando-a a desenhar o mapa conceitual da estrutura informacional do *A República*, que revela as relações políticas internas e externas de interesse governamental e suas ações ditatoriais. Ao trazer à baila as ações do poder, Fernanda Costa comprova com as fontes documentais, ilustrando sua narrativa por meio de recortes e fotografias que testemunham os fatos e seus cotidianos.

Ao percorrer seu caminho, a autora percebeu a necessidade de ancorar-se em novas bases, até porque como ela mesma afirma:

É plausível supor, ainda, que o silenciamento sobre as informações de acontecidos da Guerra foi imperceptível como aquilo podia afetar a vida cotidiana da

cidade, o que a manteve o mais longe possível desses conteúdos, proporcionando um maior controle social, pontos mais almejados da nação, que estava gradativamente buscando se formar pelo Estado Novo.

Através dos limites de enquadramento da memória (POLLAK, 1989), o uso documental do corpus do jornal *A República* tornou notório que as evidências memorialísticas informacionais são de produção do Estado informacional (BRAMAN, 2006) e de grupos políticos e intelectuais.

Ao reconhecer tal necessidade, a autora assegura que no conjunto desses acontecimentos, outras vivências ainda precisam ser investigadas, sobretudo aquelas vividas sob o estado de exceção ou estado de guerra que abarca questões de racionamentos, opressão social, esforços de trabalhadores de fábricas, entre tantas outras, que ficaram silenciadas pelos barulhos e poeiras provocadas pela Segunda Guerra Mundial, que, apesar de parecerem pouco influentes no Brasil, os soldados americanos e seus arsenais de guerra se despediram da cidade de Natal, apenas, em fins de 1946.

Os escritos de Fernanda Costa, assim como ela mesma, reproduzem, em contexto, as vozes silenciadas de uma sociedade marcada por fortes influências políticas de um país que mantinha acordos significativos com os Estados Unidos, tornando-se, em muitos casos, subservientes à vontade do gigante, esquecendo que o gigante Brasil tinha e tem seus

guerreiros e guerreiras, como a jovem autora reitera ao utilizar-se da poética de Ferreira Gullar em Dois e Dois São Quatro:

*Como dois e dois são quatro
Sei que a vida vale a pena
Embora o pão seja caro
E a liberdade pequena [...].*

Mas resta-nos a liberdade de vozes. Liberdade essa que a autora nos proporcionou ao abrir as asas da esperança, aquela de que falava o poeta Mário Quintana:

Lá bem no alto do décimo segundo andar do
Ano
Vive uma louca chamada Esperança
E ela pensa que quando todas as sirenas

Todas as buzinas
Todos os reco-recos tocarem
Atira-se
E
— ó delicioso vô!

Ela será encontrada miraculosamente incólume
na calçada,
Outra vez criança...
E em torno dela indagará o povo:
— Como é teu nome, meninazinha de olhos
verdes?

E ela lhes dirá
(É preciso dizer-lhes tudo de novo!)
Ela lhes dirá bem devagarinho, para que não
esqueçam:
— O meu nome é ES-PE-RAN-ÇA...

E a minha, enquanto docente, é de ver que aquele rosto jovem no primeiro dia de aula seria, em pouco tempo, a menina-mulher de cabelos avermelhados que possibilitou, metaforicamente, um reencontro do presente com o passado nas paragens da informação cotidiana da cidade de Natal em períodos de opressão. Que possas continuar assim, irreverente, se for preciso, mas com a cautela de ser a voz dos oprimidos nas trincheiras da liberdade. Essa é a nossa esperança.

Quanto ao texto, falei, mas saibam que não disse quase nada, até porque é você, leitor, que o fará apropriadamente ao seu tempo e espaço. Boa leitura!

João Pessoa, Parahyba do Norte em tempos de pandemia,
13 de maio de 2020.

Capítulo 1

OS CAMINHOS DE BUSCA PELO MEMORIALÍSTICO INFORMACIONAL NO COTIDIANO DE UMA CIDADE

Como trágica ladainha a memória boba se repete. A memória viva, porém, nasce a cada dia, porque ela vem do que foi e encontra o que foi. Aufheben era o verbo que Hegel preferia, entre todos os verbos do idioma alemão. Aufheben significa, ao mesmo tempo, conservar e anular; e assim presta homenagem à história humana, que morrendo nasce e rompendo cria. (GALEANO, 2002, p. 122).

Esta pesquisa nasce de vontades e inquietações da percepção sobre o vácuo histórico nos anos anteriores a 1950-1960³, quanto ao acesso à informação por meio das bibliotecas na cidade de Natal no Rio Grande do Norte. Os questionamentos são frutos dos caminhos trilhados no curso de bacharelado em Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da licenciatura em História na Universidade Potiguar (UnP), me levaram a perceber que o passado informacional da cidade ainda é pouco investigado, cabendo às pesquisas científicas na área da informação e

³ A narrativa que se torna mais aparente e permanente sobre as bibliotecas no Rio Grande do Norte são ligadas à bibliotecária Zila Mamede, importante nome da nossa Biblioteconomia e responsável por implantar a biblioteca pública da década de 1960.

memória, a necessidade de explorar e buscar um entendimento de aspectos da cultura informacional, símbolo que reflete como a informação é produzida, disseminada e usada em determinado momento da história.

A despeito disso, havia também indagações sobre o passado histórico do cotidiano da cidade referente às questões informacionais na década de 1940, período no qual o Brasil se envolve diretamente na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sendo o Nordeste, em especial a cidade de Natal, uma localidade estratégica que lida com o contingente de guerra na base militar brasileira e norte-americana⁴.

Foi na busca por respostas para essas questões, nos diversos tipos de documentos, que percebeu-se a pouca produção acerca da temática de Natal durante o período já citado, o que fez com que o principal documento de estudo escolhido aqui fosse um periódico, pois este, por conhecimento das investigações desta pesquisa, é o documento do período resistente ao tempo que chega a nós como indício memorialístico; isso também demonstra como o campo da informação cotidiana se transforma em parte do objeto de estudo aqui apresentado.

Com propósito de investigar sobre todas essas indagações, a primeira pesquisa foi desenvolvida na monografia de conclusão de curso em Biblioteconomia, intitulada “Uma cidade entre fluxos: Natal e as Informações cotidianas no Jornal ‘A República’ (1941-1942)”⁵, que trouxe de forma preliminar um panorama de exploração dos dois anos

⁴ O termo norte-americano/a vai se referir aqui a pessoas do país dos Estados Unidos da América, em referência à forma como nossas fontes usam essa denominação na década de 1940.

⁵ Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/3806>. Acesso em: 29 dez. 2018.

citados e criou a estrutura fundamental para o desenvolvimento de proposta no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em mesma temática, porém, com delimitação histórica-temporal entre os anos de 1942 a 1946.

Diante do exposto, situar o trabalho no campo de importância dos estudos de informação se torna relevante por reconhecer a informação como um caminho a partir das representações de vivências – formando-se também o processo de comunicação – ancoradas na cultura, a partir da linguagem e escrita, como modo de formação de sentidos dos fatos.

Os trabalhos de informação são conhecidos na Ciência da Informação (CI) por ganharem formas a partir do pós-Segunda Guerra, quando se torna necessário entender os usos da informação para além de organizar e disseminar, como já era feito pela documentação e pelas bibliotecas especializadas (BRIET, 2016), que já se preocupavam com todo o ciclo de organização, preservação, acesso e disseminação, surgindo daí a própria multiplicidade do profissional da informação e dos seus estudos.

Informação ligada ao cotidiano e à memória são recursos da cultura, constituinte das identidades, a partir do processo de comunicar. Os fluxos de informação dão razão ao conhecimento e os meios práticos de comunicação social, fazendo com que, dentro da Ciência da Informação, a prática da análise da informação seja justificada pela atribuição e processamento como um fenômeno social.

A informação cotidiana ainda se configura como uma nova temática na CI, pois pouco foi explorado ao seu respeito, mesmo na área da Comunicação Social, onde nasce e tem uma considerável discussão em seu entorno, pois muito se confunde

com os princípios básicos da comunicação social, sem que estes deem ênfase para as especificidades da informação cotidiana.

Já a memória social como campo de estudo, entrelaça diversas áreas e, nesse contexto, busca trazer uma parte da cultura informacional, configurada diante do controle da informação e acesso a materiais produzidos sobre esquecimentos sociais. Isso porque “A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado.” (ROUSSO, 2006, p. 94). Passado este que pode ser percebido com várias nuances, com uma reconstrução psíquica e intelectual, a qual se processa dentro do contexto social, sendo um dos seus atributos de base, a continuidade do tempo.

Essa emergência contemporânea da sociedade acerca da memória e do cotidiano faz uma ponte para que os padrões de repetição, de transmissão e de produtividade sejam garantidos como os jogos sociais vigentes, ao se pensar no aspecto sócio antropológico da memória social, que torna o passado mais visível no presente, em qual estão os interesses sublimados acerca do que se é consagrado. “Todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente” (POLLAK, 1989, p. 9), o que torna as trajetórias acerca desses construtos, paleáveis de análises mais minuciosas.

Assim como Halbwachs (1990) diz que a memória não é uma tábua rasa, a própria força pode ser percebida num espelho turvo, com alguns traços e contornos, que devolvem imagens do passado, pois dentro desse contexto social, há lembranças que permanecem coletivas, que são lembradas pelos outros, mesmo em acontecimentos em que os sujeitos não estiveram envolvidos.

Como os sujeitos não podem viver no mundo sem dar significado a sua vivência, formam sobre as coisas suas ideias e

criam suas condutas, dentro de uma coletividade, na qual nunca estão sós, sendo a memória coletiva nessa instância, algo essencialmente que se reconstrói em um conjunto de lembranças de modo a se reconhecer, até nas divergências.

De maneira que não há acontecimentos fora dos quadros de tempo, do espaço das pessoas e sujeitos, essas marcas não podem ser separadas, elas criam enunciados a um dado contexto e significado (AVELINO, 2006), no qual a informação cotidiana tem uma fundamentação de lugar e pessoas, que participam da ação tal qual a formação de fatos, interpretação e disseminação do acontecido.

O período tratado aqui abrange um misto de acontecimentos de delineamentos diversos mundialmente e nacionalmente. Por isso, foi preciso explorar um recorte entre a década de 1930 e o começo dos anos 1940, pois é durante esse espaço de tempo, que se desdobram todos os acontecimentos relacionais à produção e disseminação da informação no cotidiano estudado aqui.

O Estado Novo vivido como regime ditatorial autoritário se instaura em 1937 a partir de uma série de acontecimentos, como a Revolução de 1930, o governo provisório e a intentona comunista de 1935, por meio da qual o pensamento conservador brasileiro, inspirado no pensamento autoritário europeu, ganha nuances particulares, pela tentativa de emergência de novos grupos sociais e forças políticas, dentro da necessidade de um Estado forte tutelando a sociedade, os grupos sociais e o sistema econômico (BARBOSA, 2006).

O lugar de operacionalização da informação cotidiana no estadonovista e a imprensa e os novos meios de comunicação – como rádio e cinema – com mensagens simples, imagéticas e agressivas, visavam provocar paixões para atingir diretamente

as massas, o que torna a legislação especial de censura, de caráter público, sendo o veículo oficial da ideologia, eliminando vozes discordantes e de penetração ideológica também discordantes (CAPELATO, 2009).

O Estado Novo nesse contexto tem sua atuação presente e muito preponderante para esta análise, pois o poder delegado do Departamento de Imprensa (DIP) faz com que todo o processo de comunicação tenha seus meios officiosos ligados ao governo e passe por todo o processo de controle e silenciamento (FERREIRA, 2017), o que torna o estudar da informação cotidiana, por meio de jornal, passível de dar a caracterização no pensamento coletivo, ao engrenar com os meios de comunicação nesse resgate do passado.

Já o totalitarismo, como abordagem neste trabalho, visa mostrar como acontece essa sistemática de governo, a partir do criar mundos de realidades que contam, recontam, com modos de ver e conceber o controle da vida, mecanismos de relações que envolvem submissão e poder nas relações, fazendo com que as massas se tornem governadas pelo terror (ARENDDT, 2007). Quando falamos mais especificamente do percurso da cultura informacional na cidade de Natal, buscamos explorar 1941-1943, anos que marcam, para a cidade, os meandros entre o período de neutralidade, entrada e a convivência com esse primeiro ano em estado de guerra.

Como já citado, esta pesquisa se iniciou com proposta de maior recorte temporal. Porém, ao longo de seu desenvolvimento, não foi possível obter acesso aos documentos no Arquivo Geral do Estado do Rio Grande do Norte. Inúmeros foram os problemas, como troca de horário de acesso à instituição e a precária situação que se encontrava alocado o prédio, sendo este, em um antigo galpão de supermercado, no bairro do Alecrim na própria cidade de Natal, sem qualquer

preservação e conservação dos documentos, denunciando a enorme dificuldade que se encontra a documentação desse Estado⁶⁷.

Como lembrado por Assmann (2011), há sempre uma necessidade entre o lembrar e a força acerca do esquecimento, que tem como capacidade proteger das próprias lembranças o que é essencial no cotidiano, pois sem a capacidade de esquecer, de forma voluntária, as plasticidades cotidianas se tornariam impossíveis, o que deixa claro os jogos de interesses de uma falta de políticas do Estado em torno da sua memória.

Por isso, “[...] devemos nos ocupar em compreender quais são os elementos constitutivos da memória e como são moldadas as recordações que a compõem.” (MOTTA, 2012, p. 26). É de suma importância para entender os caminhos que a memória social pode fazer compreendendo seus encadeamentos pela dosagem da complexidade que vem de fora das nossas expressões cotidianas, assim temos as determinações de intensidade nas influências e forças exercidas sobre nós (HALBWACHS, 1990).

Em meio a essas perspectivas, o questionamento principal deste estudo é pensar a partir dos indícios memorialísticos no jornal A República, como eram produzidas e disseminadas as informações cotidianas na Cidade de Natal 1941-1943?

⁶ TRIBUNA DO NORTE (2018) – Acervo do Arquivo Público se degrada a cada chuva. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/acervo-do-arquivo-paublico-se-degrada-a-cada-chuva/407396>. Acesso em: 10 dez. 2019

⁷ TOK DE HISTÓRIA (2018) – Disponível em: <https://tokdehistoria.com.br/2018/03/09/a-triste-situacao-do-rico-arquivo-publico-do-estado-do-rio-grande-do-norte/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

Busca-se especificar como se davam os processos de informação cotidiana dos anos de 1937-1943 na estrutura do Estado Novo analisando as informações cotidianas a partir dos tipos de conteúdos informacionais que circulavam na cidade de Natal (1941-1943) por meio do jornal *A República*. A partir desse, identificar, categorizar, mapear e verificar a presença de sentidos e intencionalidades desses conteúdos informacionais, relacionando-os a seus produtores.

Deixa-se evidente que há uma lógica cronológica e temática nesta pesquisa, que se delimita entre 1937-1943, ao explorarmos as estruturas do Estado Novo nas suas questões de controle da informação do cotidiano. Em seguida, apresenta-se a análise abordando a especificidade no controle da informação do cotidiano por meio do jornal e da cidade já citados entre 1941-1943.

Os aportes da memória aqui buscam, a partir de uma fonte histórica, como o jornal *A República* – órgão tutelado pelo Estado, que fazia parte do controle do Departamento do Estado de Imprensa e Propaganda (DEIP) – não apenas reviver esse passado, mas repensá-lo, levando em consideração o momento histórico vivido, fazendo a ponte entre as questões de guerra e o governo do Estado Novo, com todas as suas características e nuances, em uma busca por conceber as interseções com as informações nessa fase.

Cabe ainda, ressaltar a importância dos periódicos para a história do Estado e frente às análises do nosso passado informacional. Como diz Machado de Assis em uma crônica sobre jornais:

Ó doce, ó longa, ó inexprimível melancolia dos jornais velhos! Conhece-se um homem diante de um deles. Pessoa que não sentir

alguma coisa ao ler folhas de meio século, bem pode crer que não terá nunca uma das mais profundas sensações da vida, - igual ou quase igual à que dá a vista das ruínas de uma civilização. Não é a saudade piegas, mas a recomposição do extinto, a revivescência do passado. (ASSIS, 1990, p. 100).

Os conceitos de ancoragem que permeiam toda a pesquisa passam por Memória (LE GOFF, 1990), seja esta vista do coletivo (HALBWACHS, 1990; DODEBEI; GONDAR, 2016), seja por meio cultural (ASSMANN, 2011) ou indenitário (POLLAK, 1989). Já as reflexões acerca do Cotidiano (MARTINS, 2014; HELLER, 2009; PAIS, 2007; LEFEBVRE, 1991) direcionam para o necessário diálogo com o Infocomunicacional (MARTELETO, 1995) e Informação Cotidiana (GONÇALVES; FREIRE, 2005, XIFRA-HERAS, 1974), sendo estas as fundamentações teórico-metodológicas para análise deste trabalho.

A pesquisa está alinhada a outras produzidas em contexto semelhantes, tais como **Chiclete eu misturo com banana: carnaval e cotidiano de guerra em Natal (1920-1945)** de Flávia de Sá Pedreira, livro fruto de sua tese no doutorado de História Social na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que apresenta o carnaval natalense, principalmente, durante a Segunda Guerra mundial, trazendo o significado da presença dos americanos e a convivência com os potiguares. Evocando em várias partes desta as evidências da imprensa nesse processo, o que dialoga em muito com a proposta desta pesquisa. Também, com o trabalho de Protásio Pinheiro de Melo, intitulado **Contribuições Norte Americana à vida**

natalense. Sua narrativa é rica de informações históricas sobre o período, pois o mesmo, além de estudioso da área, foi professor de inglês da base militar e conviveu com o cotidiano da cidade de maneira a contribuir em seu valoroso relato da cotidianidade.

O que podemos chamar de publicação mais clássica nessa sistemática sobre a história de Natal e a guerra, foi escrito por Cleyde Smith Junior em seu livro **O trampolim para a vitória**, advindo da dissertação de doutorado na Texas A & M University em 1988. Lançado pela editora universitária da UFRN no ano de 1992, torna-se possível observar, como se deu a dinâmica de guerra com a cidade de acordo com a base norte-americana, sendo a análise construída em maior parte por acervo militar norte-americano e partes de periódicos natalenses.

A dissertação **O silenciamento no texto jornalístico e a construção social da realidade** de Carmem Daniella Spínola da Hora Avelino, produzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, discute como o jornalismo contribui diariamente para a construção social da realidade. Usa especificamente o jornal *A República* a partir do recorte de 1939-1945, para perceber os discursos inerentes ao acontecimento da guerra.

Também, é necessário pontuar sobre o livro de Josimay Costa, **A palavra sobreposta: imagens contemporâneas da Segunda Guerra em Natal**, que reitera através do que é revivido nos anos de 1990, por reportagens de jornal, revista, televisão, cartazes, outdoors, filmes de cinema, peças de teatro e vídeo documentários, o legado dos americanos na cultura natalense, por meio do que ficou de emblemático na formação de uma imagem indenitária da cidade.

Já ao pensar a metodologia para este estudo, estamos atribuindo ao estudo os caminhos que percorremos. "Um bom método será sempre aquele, que permitindo uma construção correta dos dados, ajude a refletir sobre a dinâmica da teoria" (MINAYO, 1993, p. 239). Dessa maneira, para respondermos aos questionamentos e objetivos, temos a necessidade de fundamentar para comprovar ou refutar de forma sistemática dentro das teorias.

Quanto aos objetivos, apresenta-se como pesquisa descritiva. Sampieri (2006, p. 100) diz que a pesquisa descritiva "[...] consiste em descrever situações, acontecimentos e feitos, isso é, dizer como se manifesta determinado fenômeno", a partir do descobrimento dessas frequências do fenômeno, estrutura-se os processos de resposta. Isso porque, a partir da abordagem qualitativa, temos o estudo dos níveis simbólicos, dos significados e das intencionalidades, dentro do campo de investigação, fazendo a crítica de forma interna e externa. "O material primordial da investigação qualitativa é a palavra que expressa a fala cotidiana, seja nas relações afetivas e técnicas, seja nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos" (MINAYO, 1993, p. 243).

Temos como método de análise o hermenêutico-dialético, já que a partir dessa junção, de hermenêutica com dialética, o texto pode ser interpretado como processo social (trabalho e dominação) e processo de conhecimento (expresso em linguagem), como vindo de múltiplas determinações, mas com significado específico (MINAYO, 1996). Também é uma pesquisa histórica possuindo, nesse campo, a reflexão dos fenômenos, com os domínios acerca de conceitos e hipóteses em uma compreensão histórica com o tempo e o espaço na visão crítica e problematizadora para o objeto (BARROS, 2005).

O uso de documentos diversos, compreendidos aqui como suportes informacionais (ASMANN, 2011) são importantes registros do conhecimento humano que possibilitam essas fronteiras de análise com a memória, utilizando documentos oficiosos do Estado brasileiro, como relatórios, memorandos, cartas, telegramas, fotografias, além disso, outros tipos, como biografias, periódicos em forma de revistas e folhetins.

O tipo de fonte utilizada como documentação principal, para as respostas da pergunta de pesquisa, são parte da formação de um *corpus* documental, e tem como pressuposto a criação de um conjunto de documentos, para uma análise, que “[...] reconstroem as maneiras pelas quais a realidade social é representada por um grupo social. Um jornal representa até certo ponto o mundo para um grupo de pessoas, caso contrário elas não o comprariam” (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2002, p. 22). Quando delineado os pressupostos pesquisados, o *corpus* criado serve ainda como uma forma de investigação; “[...] a construção de um *corpus* [...] garante a eficiência que se ganha na seleção de algum material para caracterizar o todo” (BAUER; AARTS, 2002, p. 40).

A organização dentro do *corpus* pode vir em documentos configurados como impressos e periódicos, que são os mais produzidos e utilizados no contexto de pesquisas contemporâneas:

Textos impressos podem ser facilmente estratificados em uma tipologia hierárquica, por exemplo, jornais diários e revistas semanais, de direita e de esquerda dentro de uma orientação política, cifras de circulação alta ou baixas, distribuição nacional ou regional, populares e especializados, ou de

acordo com a propriedade (BAUER, 2002, p. 196).

O período pesquisado trata de um extenso *corpus* documental do jornal, atribuído como fonte da pesquisa. Assim, a técnica de semana artificial⁸ será utilizada com essa concepção, de fragmentar o *corpus* e as publicações, criando a 'semana artificial', fazendo com que se tenha uma amostragem dessas publicações:

As datas do calendário são um referencial de amostragem confiável, de onde se pode extrair uma amostra estritamente aleatória. Datas aleatórias, contudo, podem incluir domingos, quando alguns jornais não são publicados, ou os jornais podem fazer publicações em um ciclo, como por exemplo, a página sobre ciência pode ser publicada às quartas-feiras. Em tais casos, então, a fim de evitar distorções na amostragem de notícias sobre ciência, seria necessário garantir uma distribuição equitativa de quartas-feiras na amostra. Uma semana tem sete dias, desse modo, escolhendo cada terceiro, quarto, sexto, oitavo ou nono, etc. dia, por um longo período, é criada uma amostra sem periodicidade. Para cada edição selecionada, todos os artigos relevantes são selecionados (BAUER, 2002, p. 196).

⁸ A escolha da técnica de Semana Artificial por Bauer (2002) se deu diante da grande quantidade de documentos do *corpus*, dado o uso de um jornal de publicação semanal.

A semana artificial, configurado nesta pesquisa, tratar-se-á do último domingo de cada mês, perfazendo, por ano, o total de 12 (doze) jornais, e ao fim, dos 3 (três) anos pesquisados, um total de 36 (trinta e seis) jornais.

Para avaliação desse *corpus* documental, utiliza-se a análise de conteúdo, na perspectiva de Bardin (2009), que trata a investigação de forma sistemática, entende o conteúdo e a condição de produção. Isso torna a análise de conteúdo como busca de significados dentro do que foi produzido, alinhando as categorias do conteúdo. Nessa divisão proposta para análise de conteúdo, feita por Bardin (2009), temos como base três pressupostos: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

O primeiro capítulo intitulado “Ângulos da memória e informação no cotidiano” gira em torno do referencial teórico. Trata sobre a memória e informação cotidiana, a partir de uma visão da estruturação do cotidiano, entre os aspectos da comunicação social e maneira como basicamente se estrutura a informação cotidiana, suas finalidades e seus interesses diversos. Tem o controle da informação em concordância com os pressupostos desse processo, que se espalha diretamente e mais aprofundado na análise do silenciamento. Assim, dizendo respeito também, às questões memorialísticas, a partir da historicidade do seu estudo e dos seus desenvolvimentos, em bases do tempo presente/contemporâneo, sendo estas questões, necessárias de entendimento para aplicação do termo a partir da visão social e coletiva.

O terceiro capítulo “O estado brasileiro entre (1937-1943): condições históricas de produção e disseminação da informação cotidiana” versa sobre a conjuntura histórica que remediou o país durante a década de 1930 e o começo da década de 1940,

explicando como a partir da crise mundial de 1929, se desencadeia também uma série de problemáticas que vão desde o declínio de um modo de economia no Brasil, até o começo da formação de um regime que culmina no que conhecemos posteriormente como a ditadura do Estado Novo, precedente do autoritarismo e do anticomunismo que fazem sombra para uma busca por uma nacionalidade exacerbada pautada em condições de justificativa em uma salvação para os problemas nacionais em torno da economia. Assim, o controle da informação cotidiana é pauta importante dentro das escolhas que o governo faz para manter sua estrutura de legitimidade.

Já no terceiro capítulo intitulado "Cotidianidade da cidade de Natal (1941-1943) e os trajetos informacionais memorialísticos" coloca em evidência a trajetória da cidade nesse recorte temporal, tornando claro como se davam algumas estruturas da cotidianidade e as evidências da convivência com o outro, podendo declarar a partir da análise dos dados, como se evidencia a estruturação da informação cotidiana dentro de uma tipificação de onde havia o controle e o silenciamento.

Capítulo 2

ÂNGULOS DA MEMÓRIA E INFORMAÇÃO NO COTIDIANO

A necessidade de entendimento sobre os usos da informação, a respeito dos processos precedentes disso, surgem em um momento histórico marcante, de conflitos ideológicos, sociais e econômicos (ARAÚJO, 2018). Com efeito dessas circunstâncias, os estudos de memória e informação se tornam necessários para uma ancoragem social possível de perceber no cotidiano os processos de informação, que são múltiplos e aqui abordados a partir dos recortes já explicitados.

Em nossa sociedade, a maior parte do que se torna visível aos nossos olhos, as pesquisas e as vivências cotidianas, são um montante de informações que nunca chegaremos a dar conta por completo. O Cotidiano é múltiplo, podendo ser visto a partir de várias instâncias, adquirindo na temporalidade moderna, nuances quase sempre vistas a partir de instituições e de suas estruturações, em que ambos, cotidiano e informação, têm ritmos e descompassos alimentados pela memória, como algo ora em retraimento, ora em transbordamento (LE GOFF, 1990).

Sendo o cotidiano essa série de coisas, entre o visível e o invisível, vemos em Hamlet de Shakespeare, em um de seus diálogos, uma forma poética de definir como observamos nossa vida cotidiana: “**Hamlet:** Não estás vendo nada ali? **Rainha:** Absolutamente nada, mas tudo o que há eu vejo”.

Pelo lado múltiplo do cotidiano, temos mais uma forma de observar a sociedade como objeto de conhecimento científico, a partir das variadas camadas, com seus tempos sociais distintos, culturas, identidades e formas de representação, que procuram dar conta da cotidianidade. A procura por essa multiplicidade se ancora na memória, em evocações que mesmo feitas de forma inconsciente são advindas de acontecimentos do passado, mas que carregam o tempo presente como artifício de evocação.

Ao tratar do cotidiano, sua essência e substância social, integra-se aos processos, dos micros aos macros, que são capazes de representar as estruturas sociais profundas e densas. É dentro desses aspectos que se subsidia a informação cotidiana, múltipla, em uma estrutura de análise que pode variar de acordo com o caminho de pesquisa escolhido, dotada de significados, podemos dizer até mesmo, de uma poética, já que se encontra com o essencial das vivências humanas: o cotidiano, construído em grande parte pela memória social, que se afirma inserida, em contextos de relações de poder, no meio do que se processa entre a lembrança e o esquecimento, na contingência. Apesar de configurar seu espaço conceitual na sociedade, desde a tradição oral até a escrita e a mistura destas, a memória tem seu culto e embalos culturais, na virada do século XX para o XXI (DODEBEI; FARIAS; GONDAR, 2016).

Memória, portanto, não é nem percepção sensorial nem pensamento, sendo sim um estado ou afecção de uma ou outro no decorrer do tempo [...] toda memória, portanto, implica o decorrer do tempo. [...] não é possível haver memória de algo no presente enquanto presente, sendo a percepção sensorial que se refere ao que é

presente, a expectativa ao que é futuro, e a memória se referindo ao que é passado. Toda memória, portanto, implica o decorrer do tempo (ARISTÓTELES, 2012, p. 76).

Assim, o pensador Aristóteles, desde o mundo ocidental antigo, já trata da memória a partir dessa concepção de percepção, o que permeia, a multiplicidade, entre as coisas da alma – o que tange o corpo humano, sua corporeidade e as respostas a partir disso – e do social, pois é diante dessas faculdades que os humanos são capazes de ter a contemplação da memória. Isso porque “A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado” (ROUSSO, 2006, p. 94). Passado este que pode ser percebido com várias matizes, com uma reconstrução psíquica e intelectual, que se processa dentro do contexto social, sendo seu atributo base a continuidade do tempo. Como ainda colocado por Rousso (2006), ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

Dentro das realidades sócio históricas consideramos práticas e representações dos sujeitos, estruturas e situações, que remontam a informação como um artefato cultural “[...] como forma de criação e instituição dos significados ou ainda como modo de produção, controle e distribuição social dos bens simbólicos.” (MARTELETO, 1995, p. 1).

Essas variantes culturais mensuram o sentido e uma coletividade que se constroem no contemporâneo, além de limites e diferenciações entre o presente dos acontecimentos. Por conseguinte, temos uma memória social – relativa da representação de coletividade, do mundo contemporâneo – que tem como única fixidez sua reconstrução permanente, que faz

com que as noções do campo forneçam inteligibilidade e plásticas móveis (GONDAR, 2016).

Isso mescla as teias do que vai sendo dito, separando as fronteiras do trabalho de organização indispensável para se pensar como opera a memória social a partir das práticas cotidianas, das inquietações e problemas, pois, para além disso, há ainda, memórias clandestinas e inaudíveis, formadas e mudadas a partir do uso contra a memória dita oficial (POLLAK, 1989).

Circulando os caminhos da cotidianidade, a Sociologia do Cotidiano⁹: “[...] se propõe a investigar o visível e o aparente das ações e relações sociais cotidianas na mediação das estruturas sociais e dos processos históricos que lhe dão sentido, não raro o sentido do inesperado” (MARTINS, 2014, p. 10), tudo isso, perpassa o cotidiano como centro irradiador de acontecimentos, causas, padrões e conhecimento, pensando nas instancias estruturais que fomentam. Para Pais (2007, p. 25), o cotidiano é um campo aberto à experiência, que “[...] se assume cada vez mais como um terreno de negociações, de resistências, de inovações e, conseqüentemente, de dilemas”.

O cotidiano é responsável por ser o pavimento claro dos de ordem pública e privada, articulando estudos como base de interação dos sujeitos sociais, muito mais dentro da perspectiva do público. “A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico.” (HELLER, 2009, p. 17). Da mesma forma que não se encontra sempre inteiramente ligado à cotidianidade, por mais insubstancial que seja.

⁹ Se propõe a investigação, descrição e interpretação das ocorrências dos fenômenos sociais do dia a dia dos sujeitos (MARTINS, 2014).

Entende-se, nos estudos da área da Sociologia, que em algum momento surge primeiro não a vida cotidiana, mas sim a cotidianidade, sendo este o modo de viver no cotidiano, de acordo com o meio, grupos e elementos (MARTINS, 2014). Assim, "É o momento em que o cotidiano se sobrepõe à história, em que o reiterativo se sobrepõe ao inovativo. A cotidianidade propondo-se como o cerne da sociedade de reiterações" (MARTINS, 2014, p. 67). Isso, pois a vida cotidiana acontece desde os primórdios da humanidade, a partir de todas essas vivências diárias, haja vista que acontecem para além de estruturas modernas, e estão na heterogeneidade, conteúdos e significações, conforme visão de Heller (2009) e Martins (2014).

Já Lefebvre (1991) entende o cotidiano a partir do marco histórico da modernidade, vivido em ciclos, com recomeços e renascimentos, mesmo que dentro de estruturas normalizadoras para os acontecimentos. Pais (2007) também entende que a partir dos dilemas cotidianos, do seu grau de experimentação e execução, geram a incognoscibilidade, gerando uma dúvida metódica através da reflexividade da modernidade.

Não existe escolha entre modernidade e cotidianidade. O conceito de cotidiano se modifica, mas essa modificação o confirma e reforça.

[...] O Cotidiano, no mundo moderno, deixou de ser 'sujeito' (rico de subjetividade possível) para se tornar 'objeto' (objeto de organização social). Enquanto objeto da reflexão, longe de desaparecer [...] ele, ao contrário, se reafirmou e se consolidou. (LEFEBVRE, 1991, p. 40).

Heller (2009) também segue na mesma concepção dialética que além da heterogeneidade, coloca também como hierárquico, modificando-se de modo específico as funções das estruturas por meio do econômico-social, nas quais aparece a questão da organicidade, a qual é imprescindível para explicitação normal da cotidianidade.

Quanto à organização do cotidiano, vincula as raízes ao planejamento da produção, aos pormenores das estruturas de escritórios, organismos públicos e das instituições anexas, “O que é que essas organizações organizam? Nada mais que o Cotidiano.” (LEFEBVRE, 1991, p. 66).

As instituições tornam-se produtoras de ameaças que não conseguem controlar. A reflexividade da modernidade não actua em condições de certeza progressiva, mas de dúvida metódica. A nossa sociedade, mais do que uma sociedade de “risco” - é uma sociedade dilemática (PAIS, 2007, p. 25).

Nesse sentido, as estruturas de pensamento do cotidiano podem ser pensadas, segundo Heller (2009), de forma relativa, pois apesar da canalização dentro do padrão de estruturas institucionais temos a condicionalidade modificada e trazida sem levar a processos de ultra generalização. Por outro lado, a coletividade pode ser considerada dentro do cotidiano e da memória, tendo como forma uma lembrança, um esquecimento e identidades, comuns e incomuns, que geram forças à determinadas lutas sociais de modo que “[...] só possa falar da memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos ainda, no momento em que nos lembramos, do povo de vista desse grupo” (HALBWACHS, 1990, p. 24).

A assimilação imediata das formas de intercâmbio da comunicação social é parte do processo de compartilhamento dentro do cotidiano, que, nesse sentido, a cotidianidade se estabelece a partir do que é dividido nos grupos, tendo como mecanismo da comunicação os meios que se estabelecem para tal. Pais (2007), ao pensar na perspectiva de Giddens (1991) sobre a modernidade reflexiva, diz que:

A reflexividade implica que qualquer descrição seja uma referência a algo, mas, ao mesmo tempo, faça parte desse algo. As descrições não são apenas usadas por seu carácter descritivo. Elas são acções sociais. E vocês, pelo simples facto de me estarem a ler, participam na minha acção comunicativa (PAIS, 2007, p. 28).

No processo de assimilação, a cotidianidade entra para a história, pois "A vida cotidiana não está 'fora' da história, mas no 'centro' do acontecer histórico: é a verdadeira 'essência' da substância social" (HELLER, 2009, p. 20).

O tempo social, da vida cotidiana, não se organiza cronologicamente (MARTIN, 2014), mas sim dentro dos processos sociais, dos componentes e fenômenos. "A sociedade se organiza em camadas de tempos sociais descontraídos, dominados por um atual anacrônico, isto é, destemporalizado" (MARTIN, 2014, p. 10), com isso reduz o tempo às vivências, pois o cotidiano é sempre uma série de acontecimentos entre o visível e o invisível.

A preocupação com a cronologia também não é típico da memória, já que o tempo social interage de outra forma com a mesma; "[...] a memória não se preocupa com o encadeamento

das lembranças, nem com sua distribuição segundo uma cronologia” (HARTOG, 2011, p. 25); é assim, como ainda diz Aristóteles (2012), que a recordação pode ocorrer sem noção do tempo, podendo ignorar a extensão da memória, onde mais uma vez, percebemos que sobre essa estrutura conceitual, a memória vem sendo observada, dentro desses diversos parâmetros desde a antiguidade.

Temos a memória como zona temperada entre as diversidades de área e ciência, que em aproximação com a história, ganha um escopo que vai ao encontro da proposta deste livro, ao se identificar nas perspectivas coletivas e culturais a cotidianidade e a parte constitutiva direta da mesma. Isso se dá por fazer com que essa vida existente possa passar por processos capazes de trazer permanências e rupturas para estruturas sociais.

Por se criar no campo da complexidade, não sendo, esse seu ninho, ou por não ter seu próprio ninho definido, é que Certeau (2013) percebe na memória esse parecer de mobilização indissociável de alteração, pois dentro dos campos de poder, sua grande possibilidade é que se adeque ao que melhor pode convir seu uso; já na cotidianidade o que vale mais está dentro das possibilidades de adaptação ao meio social.

Assim, a orientação de pensamento do cotidiano estrutura a hierarquia espontânea de cada época que acontece:

O pensamento cotidiano orienta-se para a realização de atividades cotidianas e, nessa medida, é possível falar de unidade imediata de pensamento e ação na cotidianidade. As ideias necessárias à cotidianidade jamais se elevam ao plano da teoria, do mesmo modo como a atividade

cotidiana não é *práxis* (HELLER, 2009, p. 31-32).

Dessa forma, o cotidiano se constitui em várias camadas sociais, dentro da hierarquia, do pensamento da cotidianidade e da sua forma de representação e disseminação, que encontra sua comunicação no social, com a informação cotidiana como meio para isso.

Esse objeto informativo gera espaço de reflexividades entre os fluxos de informação, pensados inerentes ao público e privado, pois mesmo o que há de mais íntimo é filtrado por padrões sociais que dissociam e associam à medida que a tradição ganha diversidade a partir dos dilemas cotidianos.

Por esta razão, o cotidiano é, por excelência, um terreno de reflexividades. É a partir do cotidiano que podemos reconhecer que a liberdade de opção, que é própria da reflexividade de ação, pode traduzir-se em ganhos de autonomia, mas também em perdas de aceitabilidade (PAIS, 2007, p. 30).

Como terreno de reflexividades, o cotidiano é inteiro formado por esses processos de acontecimentos sociais, constituindo-se dentro das camadas sociais como força que leva às condições e contradições da vida, podemos explicitar processos como acontecimentos comuns, nas mudanças econômicas, de governo ou mesmo os relacionamentos humanos, todos esses constituem seus próprios caminhos de acontecimentos, são explicados a partir de dinâmicas que fogem a enquadramentos comunais, pois podem tomar maneiras diferentes de acontecimentos.

Não são essas motivações que tomamos para explicitar o que são os processos e nem essas camadas sociais, porque dependem de diversos fatores locais e culturais, que aqui serão explicitados com a análise do recorte espaço-temporal de pesquisa.

A INFORMAÇÃO COMO UM PRISMA: SUA DIMENSÃO NO COTIDIANO

A informação cotidiana é uma ligação prismática entre diferentes esferas do conhecimento, principalmente, do campo da Comunicação e Ciências Sociais, estruturado em nossa pesquisa no sentido de dar forma ao entendimento das características desse tipo de informação, explicitando que há uma ponte de diálogos possíveis nos produtos de mediação da informação cotidiana.

A dimensão social da informação vai ganhando espaço a partir de trabalhos temáticos e, principalmente, com a aproximação mais efetiva da CI para com as Ciências Sociais “[...] que a ciência da informação vai conhecer uma reformulação mais profunda de seus pressupostos, que vai alterar sobretudo o significado do que é entendido como “informação” (ARAÚJO, 2003, p. 25).

Na CI, com sua historicidade e formação, temos a emergência do epistemológico-teórico das pesquisas com base no social (ARAÚJO, 2018), que prezam pela preocupação da interação sujeito-informação, tendo como meio o infocomunicacional (MARTELETO, 1995), ou seja, à medida que a informação é comunicada e da maneira como isso acontece, revelando quais problemas, resultados positivos e negativos se originam dessa interação.

O surgimento da área da CI, deu-se a partir do pós-Segunda Guerra mundial com a necessidade de criar uma estruturação para as grandes produções de informação. Segundo Rayward (1997), a documentação e seus processos mundiais, principalmente na Europa, são passos importantes também para o desenvolvimento da CI (RAYWARD, 1997). Já mais adiante, Saracevic (1996) explicita outro teor de desenvolvimento, a partir da emergência tecnológica e evoluções de outros campos científicos.

Porém, nesse percurso, seguem questões epistemológicas, já anteriores ao seu surgimento. Kuhn (1998) coloca as problemáticas relevantes à Ciência Normal e ao Paradigma, explicando que:

A investigação histórica cuidadosa de uma determinada especialidade num determinado momento revela um conjunto de ilustrações recorrentes e quase padronizadas de diferentes teorias nas suas aplicações conceituais, instrumentais e na observação. Essas são os paradigmas da comunidade, revelados nos seus manuais, conferências e exercícios de laboratório. Ao estudá-los e utilizá-los na prática, os membros da comunidade considerada aprendem seu ofício. (KUHN, 1998, p. 67).

Nesse espaço, que se refere ao desenvolvimento da ciência em si, a questão paradigmática aparece como instrumento científico, responsável pelo aprimoramento das áreas/campos do conhecimento, que como também colocado por Kuhn (1998), são responsáveis pela evolução da ciência.

Nisso leva-se em consideração o que Santos (2008, p. 20-21) diz: “O modelo de racionalidade preside a ciência moderna que constitui-se a partir da revolução científica do XVI e foi desenvolvido das ciências naturais.” Porém, só no século XIX esse modelo se estende às Ciências Sociais emergentes.

[...] primeiro, começa a deixar de fazer sentido a distinção entre ciência naturais e ciências sociais, segundo, a síntese que há que operar entre elas tem como pólo catalisador as ciências sociais; terceiro, para isso, as ciências sociais terão de recusar todas as formas de positivismo lógico ou empírico ou de mecanicismo materialista ou idealista com conseqüente revalorização do que se convencionou chamar humanidades ou estudos humanísticos; [...]. (SANTOS, 2008, p. 20).

Contextualizando, Santos (2008) faz uma crítica a Kuhn (1998) no modo de tornar visível o caráter paradigmático das Ciências Sociais (mesmo que não haja um consenso nesse sentido), pois esta atravessa toda uma zona de conhecimento adquirido, já que o espaço humano que explora não pode ser medido de forma exata e objetiva.

Isso estabelece a revolução científica, que a partir do paradigma dominante, passa ao emergente e social, no qual as Ciências Sociais ganham espaço de desenvolvimento, principalmente de seus campos e das questões epistemológicas, que são relativas ao estudo dos postulados, conclusões, métodos e outras características do saber científico.

Poderíamos dizer que ao mesmo tempo em que entravam em crises alguns dos pressupostos epistemológicos que legitimavam a imagem da ciência moderna, começava a se formar esse novo campo científico que assumiria uma parte importante do meta-discurso ocidental sobre as ciências, discurso que seria construído agora a partir de resultados formalizados da produção de conhecimentos e conforme metodologias observacionais e quantitativas. (GÓMEZ, 2000, p. 2).

Com esse modo, a CI também é fruto dessa série de mudanças científicas, desde seu surgimento. Assim, “[...] não ‘nasce’ ainda como uma ciência social. Muito ligada inicialmente à computação [...] e à recuperação automática da informação, ela vai, apenas nos anos 70, promover sua inscrição efetiva nas ciências sociais.” (ARAÚJO, 2003, p. 22).

Como colocado por Gómez (2000, p. 6), “A Ciência da Informação recebe das Ciências Sociais seu traço identificador, que serve de princípio articulador dessas diversidades [...]”. Assim, aproxima-se das Ciências Sociais e é “[...] nesse movimento de aproximação, com qual manifestações das Ciências Sociais a Ciência da Informação teve maior identidade, tomando de empréstimos conceitos, teorias e metodologias de pesquisa.” (ARAÚJO, 2003, p. 21).

Com esse processo é que Capurro (2003) divide os paradigmas vividos pela CI em **Físico**, **Cognitivo** e **Social**, já que para ele os problemas vividos por essa ciência, primeiro têm raízes na transmissão de mensagens, advindos da

Biblioteconomia, e segundo nos processos de impacto computacional (produção, coleta, organização, armazenamento, recuperação, dentre outros). Assim, explica-se a raiz do surgimento dos paradigmas, social e físico, sendo o cognitivo uma interseção entre os dois.

Frohmann (1995 *apud* CAPURRO, 2003) elenca sua crítica em torno da visão idealista do cognitivo, já que se baseia na epistemologia das Investigações Filosóficas de Wittgenstein e da Manifestação do Poder de Foucault, que junto a isso, crítica os modelos de imagens mentais, mapas cognitivos e modelos de mundo.

O Paradigma Social evoca a recuperação dos elementos subjetivos dos usuários para a definição do desenho dos sistemas de recuperação, considerando sua visão de mundo. A partir dessa concepção, a Ciência da Informação volta-se para um enfoque interpretativo, centrado no significado e no contexto social do usuário e do próprio sistema de recuperação da informação. (ALMEIDA *et al.*, 2007, p. 22).

Outra importante simbiose nesse processo do Paradigma Social, está no desenvolvimento da abordagem sócio cognitiva, que tem foco na interação usuário e ambiente social, desenvolvido por “Birger Hjørland [...] junto com Hanne Albrechtsen [...] um paradigma social-epistemológico [...] no qual o estudo de campos cognitivos está em relação direta com comunidades discursivas [...]” (CAPURRO, 2003), onde se busca, de forma ideal, uma recuperação da informação como base para além do cognitivo, em uma também construção social dos indivíduos, com sua cultura e história. Nesse sentido, o

social se contrapõe aos demais em razão de buscar uma representação mais fidedigna dos meios culturais, históricos e memorialísticos das sociedades.

A informação no limiar do Paradigma Social interage muito mais com o ambiente humano, fazendo com que a forma de comunicação seja entendida e estudada a partir de aspectos mais naturais, para aplicação em processos artificiais da computação e recuperação da informação.

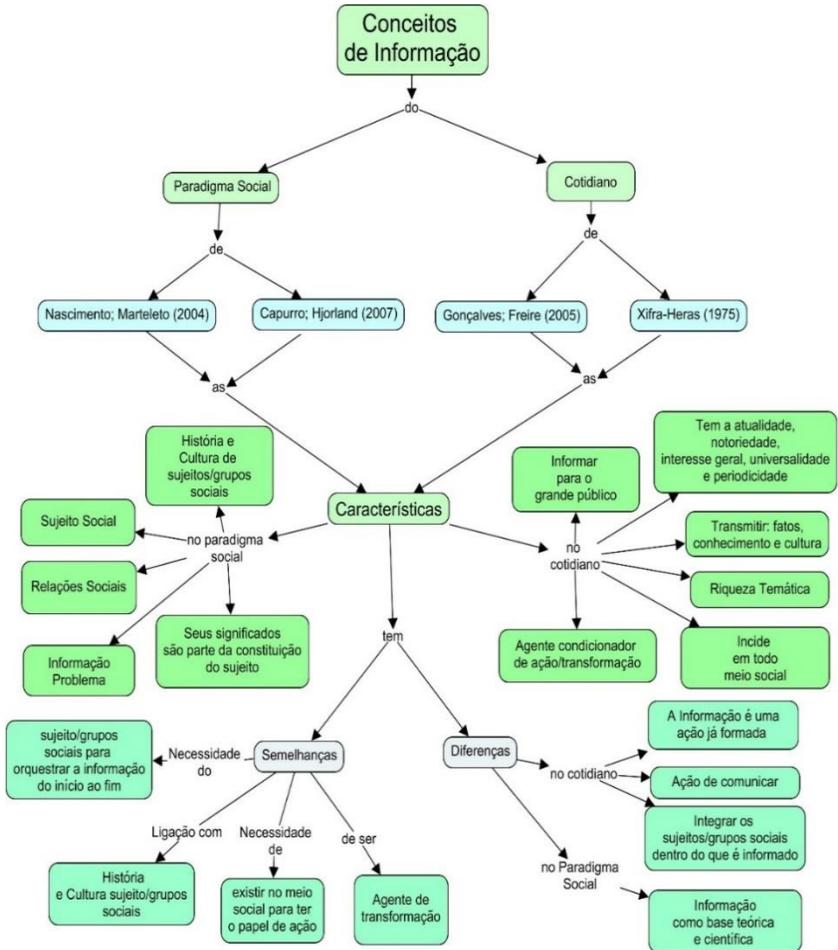
Assim, a informação deve ser referenciada à historicidade dos sujeitos, ao funcionamento das estruturas e das relações sociais e aos sujeitos que executam ações. Isto é, a potencialidade de se ver a informação constituída como problema da sociedade, configurado como um fenômeno da ordem cultural e da humanidade. (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004, p. 10).

A informação, nesse ângulo social, também é formada de uma estrutura coletiva de conhecimento (ALMEIDA *et al.*, 2007). Assim, "A informação está dirigida para mentes humanas e é recebida por mentes humanas. Todos os outros significados, inclusive seu uso com relação aos organismos não humanos, bem como à sociedade como um todo [...]" (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 160).

De dentro dessa estrutura coletiva, é que a informação cotidiana parte da série de pressupostos do que configura a vida no dia a dia das sociedades, o que faz com que seu caráter de especialização se mescle a variações entre o conhecimento de senso comum, científico e filosófico, pois pode ter

características desses a partir do meio de difusão estabelecido para sua comunicação.

Figura 1 – Mapa Conceitual ‘Comparação do conceito de Informação no Paradigma Social e no Cotidiano’.



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Usando a comparação para chegar a essa representação, o processo passou primeiro por uma caracterização de ambos os conceitos, onde foi percebido que no cerne do Paradigma Social, encontramos o sujeito e grupos sociais, os quais em sua história e cultura, são essências à ação da informação, pois para que possa se executar, é necessário que o meio social exista efetivamente, até mesmo para os usos não humanos da informação.

Entendemos aqui que o cotidiano pode ter o olhar por esse viés científico, que teoriza qual seu entendimento na ciência. Porém, seu acontecimento se dá no dia a dia das relações sociais, por isso aqui, o sentido de relacionar o conceito social da Ciência da Informação e seu modo de operacionalização dentro da área infocomunicacional, pois assim, tornou-se visível como se aproximam quando percebemos a necessidade perene dos sujeitos e grupos sociais, que existem no meio social com seu possível papel de ação e poder de agente nas transformações coletiva.

Já no caso da caracterização da informação cotidiana, sua incidência no meio social, está condicionada à ação de comunicar, mas antes disso, já é fruto da ação e produção do meio social, que tem grande riqueza temática e constitui meios de informar a um grande público. Ambas têm bastante semelhanças, por se tratarem de algo do meio social, demarcado por cultura e história, têm os sujeitos e os grupos sociais como orquestradores da informação do início ao fim, seja fazendo parte dela, seja sendo o primeiro meio de produção, como no caso cotidiano. Executam-se assim, entre esse meio, com o poder de ser agente de transformação.

A grande proximidade da Informação Cotidiana ao encontro do que foi formado no paradigma, como algo que

prioritariamente, vem sendo observado na Comunicação Social que pode passar a integrar mais a CI, que também tem essa preocupação de como, para que é por onde, o meio social usa das fontes de informação formais e informais como fator preponderante na sociedade contemporânea dentro de vetores variados da cultura em história e memória.

Na comunicação, temos os estudos dos meios e das maneiras de transporte de informação, que dizem respeito ao modo de compor no cotidiano a mediação pela comunicação social, feitas a partir dos instrumentos viabilizadores, como jornal, TV, rádio e internet. A intervenção social causada pelos meios é a principal motivação de se estudar os efeitos dos veículos de transporte informacional.

A comunicação está relacionada à previsibilidade e à redundância, quanto à informação, com o novo e o imprevisto. Não há informação pura ou informação em si (isto é, a informação está sempre relacionada a algum tipo de redundância ou ruído). Informar (aos outros ou a si mesmo) significa selecionar e avaliar. Este conceito é particularmente relevante no campo do jornalismo ou mídia de massa, mas obviamente, também em CI (CAPURRO; HJORLAND, 2007). Com isso, tem sua importância junto à informação cotidiana, pois é considerada como veículo de suma relevância para a propagação das informações, que faz com que seja, muitas vezes, fábrica para determinado fim (GONZALEZ DE GOMEZ, [200-]).

Já a informação, em si mesma, não é um mero instrumento que faz a mediação dos processos de produção e transferência dos significados, saberes ou conhecimentos. Não esquecendo que ela antecede as próprias práticas sociais, como sentido já dado e instituído, é adquirida por uma relação

constitutiva, e, portanto, por uma ação que transforma (MARTELETO, 1995).

Logo, o cotidiano é transformado em acontecimento. Muitas vezes, o acontecimento se confunde com os próprios fatos, mas que no processo informativo, passa para além de mensagem>meio, que são formas de propagar valor incorporado, mas só a partir do sujeito social é que pode se manifestar as condições de refletir sobre a informação. "Tanto a informação, quanto as práticas de sua produção, transferência e aquisição são sociais e simbólicas, isto é, constituem-se mutuamente." (MARTELETO, 1995, p. 21).

A partir de uma base infocomunicacional nas relações entre os sujeitos sociais e as informações circulantes entre eles, temos o cotidiano como o lugar comum da cultura. Nisso, há ainda, os processos de auto-organização da memória, necessários a esse entendimento; "[...] no nível coletivo e institucional esses processos são guiados por uma política específica de recordação e esquecimento, já que não há auto-organização da memória cultural depende de mídias e políticas [...]" (ASSMANN, 2011, p. 19), o que liga essa coletividade aos meios de comunicação, responsáveis e produtores de documentos que são importantes aparatos memorialísticos.

Haja vista que a informação cotidiana, no sentido de representação de uma realidade social, integrada às questões memorialísticas, históricas, passando pela econômica e se estendendo ao psicológico, pois o fenômeno infocomunicacional não se reduz à transmissão, mas sim, a todo esse processo em várias instâncias. Em virtude disso: "A informação que satisfaz a necessidade de manter contato com o mundo que nos rodeia e de sentir o pulso da sociedade onde vivemos." (XIFRA-HERAS, 1974, p. 32).

Todavia a comunicação é um meio social, pois não há comunicação que não seja social (XIFRA-HERAS, 1974), haja vista que informação e sociedade constituem tudo isso nesse elo infocomunicacional. De forma semelhante, uma definição que abarque a informação cotidiana, ainda encontra dificuldades, na medida que é mais fácil identificar suas características e sua noção, do que defini-la por completo.

Xifra-Heras (1974) também especifica as várias confluências de características da informação cotidiana, vinda da comunicação social e se integrando ao campo mais vasto de um desenvolvimento econômico-social, condicionado a eficácia informativa. Além disso, o meio de transmissão da informação, associa-se a uma série de signos e símbolos do cotidiano, que convencionam e dão objetividade de modo a torná-la transmissível.

Concebemos a informação como comunicação social difusora de cultura. Excluem-se, portanto, do âmbito informativo, as transmissões de todas as mensagens carentes de um conteúdo cultural ou socialmente significativo (XIFRA-HERAS, 1974).

É assim, por se designar, não por seu objeto, mas pelo seu meio fim, por ter fins e propósitos específicos, quando transmitida por meios informativos de grande alcance, refere-se ao conjunto de acontecimentos que se sucedem interruptamente, nos fatos, conhecimentos e a cultura ao seu devir:

Chamamos de informação cotidiana àquela que se difunde mediante ditos meios de comunicação de massa. Não obstante a falta de precisão essa denominação tem vantagem, sobre outras mais ou menos generalizadas [...], de que o adjetivo

quotidiano pressupõe duas características essenciais a esse tipo de informação: a atualidade e a periodicidade (XIFRA-HERAS, 1974, p. 32).

Pensando na produção dessa informação, temos "Conjunto de operações, pelos quais, grupos de especialistas, utilizando processos técnicos, difundem conteúdos simbólicos a um público amplo, heterogêneo e geograficamente disseminador" (JANAWITZ; SCHULZE apud XIFRA-HERAS, 1974, p. 33), sendo orientada para satisfazer a necessidades humanas, o direito à informação.

A informação cotidiana é aquela que incide em todas as facetas da vida dos sujeito(a)s condicionando-lhe as atitudes, as opiniões e o comportamento, onde a transcendência, a complexidade e diversidade dos problemas que suscita e a inesgotável riqueza da temática que sugere (GONÇALVES; FREIRE, 2005).

Em conformidade ao que foi dito, entende-se - na perspectiva da Informação Cotidiana - que as características dessas informações difundidas pelos meios de comunicação são: **atualidade, notoriedade, interesse geral, universalidade e periodicidade** (XIFRA-HERAS, 1974).

A atualidade tem como atributo os fatos do presente, já a notoriedade dá importância ao acesso da informação cotidiana ao grande público, de modo a não excluir nenhum grupo social desse processo de comunicação. O interesse geral pauta o que suscita a curiosidade geral, sendo assim, algo universal, com o aspecto da integração e da periodicidade, que acompanha a vida cotidiana e seu transcorrer.

Satisfaz o anseio de saber o que ocorre a nosso redor, de conhecer os acontecimentos do nosso mundo que despertam

um interesse geral e que são acessíveis (excluindo-se, por conseguinte, tanto o saber filosófico e científico, quanto o conhecimento do não-transcendente e singular) (XIFRA-HERAS, 1974).

Por fim, podemos pensar na relação objetiva dos fatos socialmente significativos, noticiados em veículos de comunicação, com papel de informar por meio da cultura de uma dada coletividade; “Não se define, pois, pelo conteúdo - que é ilimitado - mas pela concorrência das características que estamos examinando” (XIFRA-HERAS, 1974).

Com seu caráter de universalidade geográfica e cultural, faz com que, dentro do contexto de comunicação de massa, torne-se uma corrente sem fim, com a periodicidade mantendo o vínculo dessa informação. Pensando em um ponto de vista da sua produção depois da colheita da matéria-prima, podemos dizer que “[...] entendemos que a informação cotidiana é aquela que se fala, estabelece-se em pauta, elabora-se, discute-se, redige-se, fotografa-se, reinventa-se e se reescreve” (GONÇALVES; FREIRE, 2005, p. 26).

Xifra-Heras (1974) diz ainda que como tipo de comunicação social, segue um processo de conjuntos:

- 1 – Acontecimento da atualidade: matéria-prima da notícia;
- 2 – Captação do acontecimento;
- 3 – Agência informativa;
- 4 – Seleção e Tratamento;
- 5 – Reelaborada/Distribuída;
- 6 – Elaboração definitiva;
- 7 – Divulgação/Multiplicação da Reprodução;
- 8 – Receptor.

No ponto de vista de Gonçalves e Freire (2005, p. 25), a construção da informação cotidiana, pode ser vista a partir do fazer jornalístico, a partir da pauta, “[...] envolvimento dos sujeitos num processo interacional em que se envolvem e são envolvidos operacionaliza-se pelo interior de práticas que se revelam no cotidiano e se apoiam em um processo técnico que lhe é específico [...]”.

Com esse olhar ancorado na perspectiva do Xifra-Heras (1974) dos processos da comunicação social, Gonçalves e Freire (2005), observam que no lado técnico desta voltamos à relação do mercado, da produtividade e do poder, característico da indústria de produção da informação, que tem dentro dela, a comunicação de massa.

O papel do sujeito nessa produção também é preponderante, pois é parte da estrutura sócio cognitiva de onde a informação vem e para onde vai circular:

[...] o que nos leva a considerar que a informação cotidiana não se constrói apenas com base no fazer técnico, mas do olhar, do sentimento, do acervo do conhecimento de quem a produz. Com este olhar, podemos distinguir pequenas operações individualizadas que se proliferam no seio da estrutura maior, organizacional, e alteram o funcionamento por uma multiplicidade de táticas e estratégias pessoais, articuladas sobre os detalhes do cotidiano e que superam a técnica oficial (GONÇALVES; FREIRE, 2015, p. 25).

Nesse mesmo contexto, Marteleto (1995) coloca que a informação trazida para o plano das práticas sociais deixa de ser veiculada apenas a ideologias, mas se inserem em contextos que se ligam à dinâmica das práticas informacionais, não sendo um objeto que pode ser isolado do seu meio, para a análise, e no contexto cotidiano, observamos eminentemente como as práticas, desde os objetos dos acontecimentos ao processo de pauta e disseminação, são meios fins da informação cotidiana.

Isoladamente, podemos perceber esses três espaços da informação cotidiana: o meio de acontecimentos dos fatos, o fazer que noticia e a disseminação. Assim como dito por Marteleto (1995), que para a CI, a informação se trata de um recurso para redução de incertezas, podemos dizer que no contexto infocomunicacional se direciona também para os fluxos, os sistemas, os processos de transferência das informações entre estruturas (sociais, linguísticas, técnicas, cognitivas), que dizem como as informações são reunidas e depois destruídas funcionalmente, encontrando receptores (ou “usuários”) como questões e posições já delimitadas.

No contexto de junção da informação cotidiana, que são atreladas às práticas sociais, a partir do infocomunicacional, constroem no cotidiano, esses traços ligados entre os acontecimentos, sendo o produto final os fatores, mediante transferência e aquisição, no sentido social e simbólico, que têm implicância recorrente das condicionantes de informar, que são medidos desde as fontes aos dispositivos empregados para mediar a informação.

CONTROLE PARA SILENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO COTIDIANA

O controle de informação é uma prática comum nos mais variados tipos de sociedade, pois cabe pensar que nem tudo pode ser acessado por todos. Mesmo nas democracias, o Estado necessita da segurança de informação, já que o potencial que as informações carregam pode levar a perigos de exposição e deslegitimação.

Diante disso, temos a produção e a disseminação da informação através do Estado, que implica perceber um Estado informacional (BRAMAN, 2011) passando pela criação e o controle do consumo da informação, centrado em um poder nacionalista, opressor e altamente ligado a matriz de gênero heterossexual masculinista (BUTLER, 2003). Toda a produção de informação desse Estado acaba sendo no decorrer do campo estatal (BOURDIEU, 1996), onde o poder estrutural altera o comportamento humano, pela manipulação do mundo social com as regras e instituições.

A medida que temos o Regime de Informação como o modo informacional dominante em uma formação social, que define quem são os sujeitos, as organizações, regras e autoridades informacionais e os meios e recursos preferenciais de informação padrão, tendo excelência e modelos de organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância da sociedade (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012).

Em conformidade com a informação cotidiana e dos meios de comunicação, reflete-se que o silenciamento atinge a primeira no momento de captação do acontecimento, dito como a segunda etapa por Xifra-Heras (1974).

[...] são fruto de uma linha de produção industrializada com trabalhadores que ocupam posições compartimentadas, em uma divisão social do trabalho que, grosseiramente, se aproxima da esteira da fábrica. Edições, cortes, acréscimos, recortes entremeiam o trabalho dos repórteres e redatores com os sentidos dados e/ou apagados pelo editor, cruzando, nesse entremeio, com a voz de entrevistados. Esse cruzamento de vozes é amarrado de maneira heterogênea, mas, ao mesmo tempo, tenta parecer um produto final e chegar ao leitor como efeito de unidade, neutralidade, exatidão e objetividade. Efeitos esses pretendidos e, não raro, vendidos como atributos diferenciais por certos órgãos de imprensa (ROMÃO, 2005, p. 240).

Nesse ponto, porventura as questões de discurso dão forma para pensar sobre o silenciamento (ORLANDI, 2007) e estão interligadas com as condicionantes de informar. Este processo de criação e difusão do discurso tem como abordagem o silenciamento, um ato político diante dos sentidos do silêncio. Este último é um objeto de reflexão colocado na relação entre o dizível e indizível, assim como não se caracteriza como discurso a partir do falado, mas sim, das potencialidades do não dizer.

Por isso que pensar na informação cotidiana como uma relação informação *versus* poder, alavancada pela forma que se estrutura o controle, tem como caminho o silenciamento. Nisso há a minimização do processo de transformação com os modos de produção da informação como lembrado por González de Gómez (2012), remontando as tecnologias de poder do Estado,

ditas por Foucault (1987) o modelo do panoptismo¹⁰, gerado por mecanismo que intervém no plano de usos da linguagem e de ação.

O controle do Estado, para Braman (2006), é feito mais efetivamente por meio de três formas: 1 – Mecanismos de vigilância de via única – cidadãos são monitorados/controlados sem que tenham noção disso; 2 – Os cidadãos perdem a capacidade de escolher, determinar, filtrar ou selecionar as informações; 3 – As informações são selecionadas e disponibilizadas pelo Estado, funcionando como subsídios de sustentação do regime de vigilância total.

Esses mecanismos de controle e vigilância são efetivados de variadas formas. Uma dessas é a partir das práticas discursivas, que chegam ao sentido do silenciamento, como algo que se faz a partir do ‘pôr em silêncio’; “[...] não há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta que se tem estudado sob a rubrica do ‘implícito.” (ORLANDI, 2007); esse “pôr em silêncio” pode aparecer em diferentes medidas do processo descrito por Xifra-Heras (1974), o Estado toma por cuidado principalmente como será tratado, reelaborado, distribuído e divulgado.

Outro produto ligado ao silenciamento é a censura, que nesse caso, já se atrela ao que é proibido dizer; “Esse movimento tenso é a marca da injunção ideológica no/do ato de dizer e informar, em cujo jogo o sentido dominante cava o seu ofício de parecer evidente, natural, transparente e óbvio que se diga,

¹⁰ Foucault (1987) explica como o policiamento especial estrito, com espaço recortado, fixado e isolado, mantendo sempre a vigilância das práticas sociais, por meio dos discursos, instituições, organizações e afins.

escreva, noticie e publique algo.” (ROMÃO, 2005, p. 241). Ao censurar, isso já pode acontecer com a escolha de captar ou não o acontecimento, que cria um silêncio da própria falta de divulgação sobre.

Já o silêncio é produzido pelo sujeito(a), é domesticado de significações, sendo absoluto, contínuo e disperso; “Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida a retórica do oprimido (a da resistência).” (ORLANDI, 2007, p. 29). Isso torna o silêncio não disponível à visibilidade, nem diretamente observável, pois se encontra na profundidade do real sentido.

Essa política do silêncio age no Estado, muitas vezes, a partir de um capital simbólico (BOURDIEU, 2006), pois este dispõe de meios duráveis de impor visão e divisão. Com o silenciamento tem uma aplicação de significância na relação, produzindo sentido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito(a). Ao dizer ou não dizer, necessariamente, se faz escolhas, que diz respeito ao não dizer ‘outros’ sentidos daquilo, produzindo um recorte do sentido em que o silenciar anda junto (ORLANDI, 2007).

Isso que dizer que na dimensão política, dentro da informação cotidiana, encontra-se no ato de comunicar processos já passados, para chegar à difusão dos meios, com as políticas exercidas dentro e fora do processo.

Nessas questões, a formulação necessária para entender o silenciamento dentro da informação cotidiana ou de poder visualizá-lo, encontra-se no processo de desnaturalização do que é posto, já que “Todo esse processo de produção e leitura de notícias não é gestado como algo fora da realidade das contradições sociais, mas engrenado justamente nele e porque elas existem.” (ROMÃO, 2005, p. 239).

Capítulo 3

O ESTADO BRASILEIRO ENTRE 1937-1943: CONDIÇÕES HISTÓRICAS DE PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO COTIDIANA

“Não vacilar, não transigir, não recuar; para a frente são as vozes de comando da nação brasileira e todos os seus filhos.”¹¹
Getúlio Vargas

Explicar-se-á o cenário brasileiro durante o período de 1937-1943, o qual é considerado como a temporada que dá origem ao Estado Novo e suas consequências de governar sob um prisma que buscava a ruptura com a antiga tradição de oligarquias rurais que dominavam a política e mantinham sua centralização no eixo sudeste/sul.

A República brasileira, dentre seus momentos históricos, é marcada pelo Estado Novo, período instaurado de um golpe civil-militar, que segundo Gomes (2017), derruba uma República que desde 1934 estava sendo conformada. O Executivo Federal ao longo de 1935 a 1937 – ano do golpe – vinha derrotando as resistências dos seus adversários: a ampla categoria de comunistas, que eram ameaças da Revolução de 1930, além de setores oligárquicos que defendiam a autonomia dos estados – os liberais.

¹¹ Jornal A República 28 de novembro de 1943.

Pandolfi (1999) explica que Getúlio Vargas e seus aliados já consolidavam pautas desde outubro de 1930, quando pelas armas, assumiram a presidência da República, tomando o cargo do então presidente Washington Luís, para que o presidente seguinte, que havia ganho a eleição na disputa com Vargas, Júlio Prestes, não pudesse assumir, assim, com a força dos militares, se instaura o governo provisório.

Júlio era o candidato apoiado ainda pela continuidade da centralização do poder nas antigas oligarquias rurais, para o combate a isso, eram necessários, também, castigos orquestrados para São Paulo, de onde veio o maior grupo de apoio da sua aliança.

Com advento do governo provisório, já em 1932, rebelou-se a Revolução Constitucionalista, buscando uma redemocratização, que teve meses de duração. Ao fim das barganhas, houve ganhos políticos e a busca pela Assembleia Nacional Constituinte, que promulgou a constituição de 1934. Logo após, os parlamentares decretaram eleições direitas para a presidência da República, colocando Vargas que deveria ficar no poder durante 1934-1937.

Com a instalação de um governo constitucional, o clima político do país radicalizou-se. [...]. Em novembro de 1935, levantes comunistas eclodiram em Natal, Recife e Rio de Janeiro. As revoltas foram debeladas rapidamente, mas o “perigo comunista” passou a ser utilizado como justificativa para o governo intensificar e aprimorar mecanismos de repressão e de controle da sociedade. Abrindo mão de suas prerrogativas, o Legislativo aprovou medidas que implicaram o fortalecimento

do Executivo e que conduziram a um gradativo fechamento do regime. (PANDOLFI, 1999, p. 9-10).

O fechamento do regime instrumentado durante toda a década de 1930, consolidando-se ao final desta, pois a partir dos anseios dos grupos da elite, as repressões e teatralizações sobre as questões de um ataque comunista, tornaram-se monstros cotidianos, que necessitavam de uma trava, devendo ter uma convergência da Nação com os princípios de defesa da cultura nacional, do território e do povo.

Com isso, há o golpe, que buscava o fortalecimento do poder do Estado, concentrando no Executivo Federal, toda a autoridade de intervenção na sociedade, garantindo força de ação. Sustentou-se assim, um discurso que construía um desdobramento natural e inevitável dos acontecimentos da revolução, defendendo uma proposta antiliberal e anticomunista, promovendo o nacional e um projeto de inovação adequado a vencer o "atraso" que o país se encontrava (GOMES, 2017).

Esse período instaurado entre 1930 e 1937 é caracterizado como momento fundamental para consolidação do Estado autoritário, com sua máquina centralizadora dominando todos os setores (BARBOSA, 2006). A própria constituição de 1937¹²

¹² Elaborada por Francisco Campos, um dos maiores ideólogos do regime, que tornou o documento pronto para o momento do golpe, sendo sumariamente inspirada na Carta Polaca e tornou-a conhecida como "Constituição Polaca". (VELLOSO, 1982). Foi a quarta constituição do Brasil, autoritária e centralista, tem inspirações claras do nazifacismo europeu e buscou romper com a tradição liberal

deixa evidente os fatores “básicos” que buscam dar uma nova ordem para o Brasil, para atender a uma paz política e social, que estava sendo profundamente perturbada por desordem, resultante da agravação dos dissídios partidários, colocando a nação sob eminente guerra civil (BRASIL, 1937).

Esse projeto, além de nacionalista e intervencionista, combinava duas outras dimensões fundamentais: o autoritarismo e o corporativismo, como princípios de orientação e de organização do Estado e da sociedade. Isso significava uma grande mudança de “mentalidade”, pois se tratava de postular novos valores e crenças, além de implementar novos formatos de associação e verbalização de interesses, de atores sociais dos mais variados. (GOMES, 2017, p 110).

Com essa defesa de uma nova história para o Brasil, começa a se mobilizar um projeto com esses princípios apresentados, “[...] o Estado nacional varguista construía uma das bases de sua legitimidade no confronto com o passado recente do país, que já que era contra ele e a despeito dele que a adoção do regime autoritário se justificava e se impunha.” (GOMES, 2017, p. 51).

Torna-se notório o Brasil enquanto Estado-Nação¹³ inspirado em países totalitários da Europa desse período,

imperial de 1824 e liberal republicana de 1891 e 1934 (CPDOC/FGV CONSTITUIÇÃO DE 1937 200-?).

¹³ É a Sociedade política soberana e o Estado a instituição maior no sentido mais amplo, sendo travada sempre em meio a lutas políticas,

concebendo-se um país como nação, dentro de um projeto político destinado ao Estado, ao qual caberia, por múltiplos aparelhos burocráticos criados no período e com os intelectuais dos grupos dirigentes, desempenhar funções cada vez mais complexas, inclusive de dar orientação ao povo, difundindo conhecimentos e noções elementares (BARBOSA, 2006).

O primeiro ano do regime em 1938, já havia o anúncio de planos para alcançar projetos destinados para as décadas futuras (GOMES, 2017). Era a projeção de tudo aquilo que iria ser implantado nos anos seguintes, fossem os planos de nacionalização – do ensino, da língua nacional e da diversidade cultural regional – fosse os ministérios, agências, leis e políticas que iriam se implementar para um Estado cada vez mais centralizado.

O anúncio disso já se dava em seu pronunciamento do ano que se iniciava logo após a implementação do regime: “O ano que se inicia será de trabalho intenso e de realizações fecundas. A ação do Estado não se limitará as tarefas da rotina administrativa” (CORREIO DA MANHÃ, 1938, p. 1)¹⁴. O discurso deixa claro a primordialidade da crença que o Estado Novo precisava para cumprir sua jornada, dizendo ainda da urgência de equacionar os valores humanos e econômicos, um meio que já vinha sendo empregado de convencer os trabalhadores da sua importância no patrimônio da nação.

O Brasil passa a ter um “Estado de compromisso” como citado por Moura (1993), onde se estabelece forte e autônomo,

onde o Estado tem a nação em defesa dos seus interesses (BRESSER-PEREIRA, 2017).

¹⁴ Hemeroteca Biblioteca Nacional Hemeroteca Digital brasileira – http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&PagFis=44234. Acesso em: 10 dez. 2019.

possibilitando a participação das antigas oligarquias políticas regionais de origem rurais – as mesmas que dominavam a política antes da Revolução de 1930 – e os novos setores ligados à industrialização, urbanização e crescimento do Estado.

Com isso, o ano de 1938 é marcado pelas tensões da guerra que já explodiam na Europa. Havia ainda as nações que formavam blocos pacificadores contra os países totalitários e formações de movimentos nazistas¹⁵. O conclave do Brasil ainda eram suas relações comerciais com países que estavam se tornando inimigos e se fechavam economicamente.

Contudo, havia também, a necessidade de manter uma imagem de um país democrático. Svartman (1996) diz sobre a fala do Embaixador Rodrigues Alves na Argentina em julho de 1938, quando discursa sobre as ações que o Estado Novo implementaria, falando da compreensão da hora que era vivida, traçando novas orientações e investindo a força necessária para defesa do patrimônio da nação “[...] sem a quebra dos princípios democráticos e básico em que assentam as suas instituições.” (DISCURSO RODRIGUES ALVES *apud* SVARTMAN, 1996, p. 140)¹⁶.

A política externa do país tem um papel importante nas negociações do governo, pois a partir delas há sempre uma série de setores que têm sua produção. Esses conflitos da política externa são responsáveis por um alimento referente às relações internacionais, que no final da década de 1930, tinham Estados Unidos e Alemanha com a busca por influência econômica na política das Américas, uma clara disputa entre o “liberal” e

¹⁵ Diário de notícias (p. 1, 28 dezembro de 1938).

¹⁶ Segundo Svartman (1996) o documento do discurso encontra-se disponível no Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) – Discurso de apresentação das credenciais de Rodrigues Alves, Buenos Aires, 29/07/1938.

“nacionalista”, isso é usado por Vargas no processo decisório para o progresso econômico e de modernização que tanto buscam para o progresso nacional (MOURA, 1993).

Essa busca era também ancorada no nacionalismo como ideia de industrialização, sendo o fator determinante para a independência econômica, tornando-se imperativa a construção de estratégias que significassem num futuro próximo à ruptura com a subordinação aos países dominantes (BARBOSA, 2006).

A ideia do governo era eliminar conflitos, promover a unidade nacional, mascarar as divisões, tudo através da centralização com as estratégias do inimigo liberal e imperialista, fazendo acordos para o jogo político. Assim, “Uma das principais tarefas da política de massas foi a construção da noção de cidadania em novos moldes. O conceito de cidadão/indivíduo do liberalismo foi substituído pela noção de cidadão/trabalhador.” (NEGRÃO, 1999, p. 346), tornando-se uma “democracia” antiliberal, com uma sociedade funcionando de maneira hierarquizada e harmônica, sem espaços para contestação.

São nessas fronteiras fluidas da memória, com os usos políticos do passado, que se tornam evidentes as negociações efetuadas e, assim, a memória histórica da República passa a ser selecionada com eventos e personagens fundamentais.

Em 1939, temos a realização do cinquentenário da República com festejos e criação de calendário histórico, mesmo sendo contra essa história em que o Estado Novo construía sua própria identidade política (GOMES, 2017). Essas situações forjam a formação e concentração nacional, guardam do momento os cuidados de consolidação internos e externos a capacidade política de manter o governo sobre as orientações

que iam sendo negociadas entre elite, militares e alguns pretensões das camadas populares, haja vista disso, o Brasil ainda era um país neutro na guerra e fazia o necessário para manter seu rendimento econômico, pensando sempre na defesa local.

O argumento de defesa da terra já era forte no começo dos anos 1940. Os Estados Unidos faziam planos de ocupação da Guiana Holandesa, dos Arquipélagos lusitanos do Atlântico, dentre outros espaços. Contavam com o apoio do Brasil, aliado considerado forte nas Américas. Isso diz respeito também às escolhas e preferências tidas dentro dos grupos governamentais e militares. Alguns lados assumiam a preferência pelo Eixo, mesmo sabendo que, o Brasil não poderia travar uma Guerra contra os Aliados e Estados Unidos, pois não contava com capacidade bélica para isso.

Minha opinião, Exmo Snr. Presidente, é que, tal decisão tomada desde já pelo Brasil, seria evidentemente interpretada, e com justeza, por todos os demais paizes do Continente, como seu engajamento nas rotas que levam à guerra, antes de qualquer ato que se pudesse classificar sequer de provocação por parte dos paizes do Eixo.¹⁷

Em um relatório recebido de correspondentes brasileiros na Alemanha, enviado ao General Eurico Dutra, Ministro da Guerra, a respeito da neutralidade exercida pelo Brasil, percebemos a partir das colocações desse relatório, que havia um estudo das possibilidades entre Eixo e Aliados, já que a despeito das escolhas de guerra, o Eixo podia ainda conquistar

¹⁷ Ibid, p. 2.

novas posições na África e Oriente próximo e médio, para os Alemães a única arma dos Estados Unidos era o poder econômico:

Conhecedores da economia americana os técnicos alemães¹⁸ mostram verdadeira despreocupação quanto a futura política comercial da América Latina, que não sacrificará por certo os interesses dos países por motivos ideológicos. Teme, no entanto, que os E. Unidos aproveitem o momento atual para cercear a futura liberdade de ações dos demais países da América.¹⁹

A neutralidade instrumentada pelo Brasil e por outros países, dependiam de vários acordos de exportação. O jornal *Nação Brasileira*, em edição de Maio de 1940²⁰, no quadro *Panorama do Mundo*, traz correspondência da Itália do cônsul colaborador Vinício de Veiga. A estratégia vista é de asfixia ao adversário, com o bloqueio naval britânico à Alemanha, causando falta de matéria prima para suas indústrias bélicas, quando o Brasil era um dos fornecedores que acaba tendo o corte de exportação, isso traz uma série de contatos com os Estados Unidos.

Antes disso, o país percorre um caminho de muitas decisões na busca de um fortalecimento tanto do novo estado, como das políticas empregadas, para a continuação da

¹⁸ Escrita do próprio do relatório.

¹⁹ Cf., CPDOC – Arquivo Eurico Dutra - Ed vp 1940.11.01 – p. 1.

²⁰ Hemeroteca Digital brasileira – Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=120251&pesq=bloqueio%20naval%20contra%20alemanha&pasta=ano%20194>.

Acesso em: 10 dez. 2019.

construção da nação. Era obrigatório o controle da classe trabalhadora, como já dito, de uma cidadania definida a partir da integração ao mundo do trabalho, fortalecendo a mítica da colaboração e da harmonia de classes, muito importantes para o fortalecimento econômico e social durante o período de neutralidade e depois para a produção no esforço de guerra (BARBOSA, 2006).

A respeito da neutralidade exercida pelo Brasil, já a partir das escolhas de guerra, o Eixo podia conquistar novas posições em África e no Oriente próximo e médio. Os perigos que ameaçavam o continente passavam desde o ataque às cidades costeiras e a apropriação da Amazônia²¹.

A organização militar, entretanto, já começa a ser efetiva em 1941. Documento do Ministério de Guerra já destacava o impacto de chamar os reservistas, mas o que parecia uma solução simples, tinha suas dificuldades. Essa enorme massa de homens que teriam que ser recrutados para a guerra ocupavam postos na vida nacional cotidiana, “[...] seja na administração pública, seja no comércio, indústria ou lavoura, acarretaria para o país verdadeiro traumatismo de repercussões seríssimas no desenrolar das próprias operações”²², pois havia as indústrias civis indispensáveis às necessidades da guerra para formarem a mobilização industrial, dos funcionários especiais que podiam não ser substituídos de forma adequada.

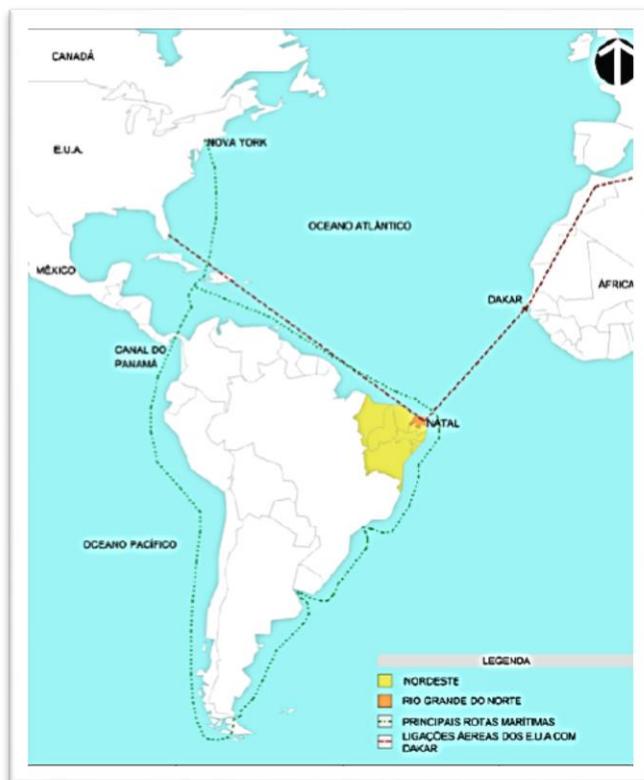
Com as negociações dos esforços de guerra para com os Estados Unidos, as bases norte-americanas começaram a ser erguidas em 1941, com a necessidade de proteção em Natal, localidade mais próxima a Dakar na África, ponto que permitiria uma ofensiva do Eixo. Assim, o local escolhido,

²¹ Ibid, p. 4.

²² Ibid, p. 5.

começa a ser preparado; “[...] base na região de Natal, terra nossa, que devemos, queremos e por qualquer modo nos obrigamos a defender, no interesse do Brasil e no interesse mais amplo dos compromissos continentais”²³.

Figura 2 – Ligações entre Estado Unidos, Brasil e África – Dakar.



Fonte: Oliveira (2008) citado por Clementino (1995)²⁴.

²³ Ibid, p. 4.

²⁴ O mapa é feito com base na divisão administrativo-política do nordeste pós década de 1940, pois nesse período o mesmo contava

Isso tudo fez parte, para além das discussões diplomático-militares, da defesa da costa marítima, recursos de desenvolvimento econômico, a barganha para construção de uma Siderúrgica e o fornecimento de armas e equipamento bélico por parte dos Estados Unidos, o que tornava o Brasil cada vez mais suscetível a se declarar ao lado dos Aliados (FERRAZ, 2005).

Mesmo assim, a respeito dos acontecimentos, há uma convocação dos Chanceleres dos países Americanos com o objetivo de resolução do rompimento das relações diplomáticas e comerciais com o Eixo. A conferência aprovou resoluções e recomendações que consolidavam os Estados Unidos como país que passaria a receber a matéria-prima para indústria bélica²⁵. Tudo isso em referência ao ataque de Pearl Harbor em dezembro do ano anterior – demonstrando as principais decisões sobre o prisma de segurança do país e da cooperação em defesa do continente²⁶.

Eurico Dutra, Ministro da Guerra, redige um parecer ao Presidente, com a decisão apresentada na reunião coletiva do ministério em 27 de janeiro de 1942, em que Brasil anuncia a ruptura de relações com os países do Eixo, em virtude de haver irrompido a guerra de agressões aos Estados Unidos. Logo em seguida, envia ao presidente, carta redigida por Góis Monteiro,

com os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

²⁵ Jornal A Noite, dias 11, 20 e 28 de janeiro de 1942. Hemeroteca Digital brasileira – Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&p esq=Reuni%C3%A3o%20de%20chanceleres&pasta=ano%20194. Acesso em: 31 dez. 2018.

²⁶ Ibid, p. 14.

comandante do exército²⁷, com afirmação que o país não tinha suficientemente aparelhamento de forças armadas para assegurar a defesa do território, o que faz com que elenque vários pontos para adiamento da entrada na guerra do ponto de vista do poder bélico que o Brasil não dispunha:

[...] pelo adiamento do ato de rompimento, até que logremos recursos e deficiência que nos possibilitem uma leal cooperação com os Estados Unidos. Até lá, não nos deixemos conduzir por exortações românticas, nem por exemplos de uma platônica atitude de países satélites, pois assim a única causa que verdadeiramente nos restará, será cedermos, a nossos aliados armados, os mares, os céu e os campos de nossa terra, que desarmados, não podemos por nós próprios defender, com devêramos.²⁸

A tomada dessa decisão se tornava cada dia mais séria para o cotidiano do país, pois foi por ela que durante os anos seguintes, configurou-se e refletiu-se o dia a dia. Ferreira (2017) torna claro o esforço de guerra montado no *front* interno logo

²⁷ As forças do Exército, Marinha e Aéreas passaram a mostrar apoio ao presidente na sua política internacional. Ao final de dezembro de 1941, ofereceram um almoço, que conta com a observação daqueles que eram pró-americanos dentro dessas forças e o esperado momento da conferencia que aconteceria – Carta a Edward Robbins interceptada pela censura – CPDOC/FGV – Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=GV_Confid&pasta=GV%20confid%201941.12.31. Acesso em: 31 dez. 2018.

²⁸ Ibid, p. 20.

após ser anunciada de maneira oficial e com Decreto de 31 de Agosto de 1942²⁹, declarando estado de guerra em todo território nacional. E, assim, um país situado na periferia do mundo capitalista e sem política externa agressiva entra na guerra (FERRAZ, 2005). Junto com isso, a suspensão dos direitos constitucionais, tornando o regime totalitário do país ainda mais forte e latente:

O direito ao *habeas corpus*, à liberdade de expressão e de escolha de profissão, de associação e de reunião, à livre circulação no território nacional, à inviolabilidade do domicílio, da correspondência e da propriedade. Além disso, detenções policiais poderiam ocorrer sem culpa formada. Também foi estabelecida a pena de prisão perpétua e suspenso o artigo 137 da Constituição, que tratava da legislação básica referente ao trabalho. Na prática, porém, a medida atingiu algumas indústrias e empresas consideradas essenciais para o esforço de guerra e afetou, sobretudo, a jornada de trabalho dos operários. (FERREIRA, 2017, p. 92).

Ferraz (2005) enuncia que o envolvimento do Estado Novo na guerra poderia produzir repercussões perigosas para a sobrevivência do regime, sua situação era anômala, a partir dos princípios e práticas que se assemelhavam ao fascismo. Porém, na guerra, via-se o alienar das democracias liberais.

²⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D10358.htm. Acesso em: 29 dez. 2018.

Ao declarar guerra ao Eixo, em 1942, Vargas evidenciou as ambiguidades e contradições do Estado Novo. O contrassenso estava em um regime ditatorial aliar-se à luta contra os regimes autoritários da Europa. Como combater a ditadura dos outros países se Getúlio insistia em mantê-la no Brasil? Com suas prisões abarrotadas de comunistas e com diversos liberais exilados, o Brasil entrava na guerra para lutar ao lado de países como Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética em prol da democracia. (SOUZA, 2017, p. 161).

Mesmo dessa forma, "Sob a ditadura do Estado Novo, Vargas recebeu o apoio de estudantes, donos de jornais, escoteiros e ministros do STF." (FERREIRA, 2017, p. 103), ao realizar comícios, que visavam incentivar a campanha antifascista, o que fez com que a sociedade civil e outras organizações, fizessem campanhas de arrecadação de dinheiro para compra de aviões, lanchas e armas, por quase todo o Brasil (FERREIRA, 2017).

As consequências da tomada de posição começam a acontecer logo a seguir, quando há ataques a navios brasileiros pelos alemães, o que também foi motivo de dificuldades para a economia brasileira, principalmente relacionado ao aumento do custo de vida, o abastecimento de mercadorias, o impacto causado pelo consumo de combustível, que se tornou pela suspensão de petroleiros na costa leste dos Estados Unidos para o Brasil (FERREIRA, 2017), que segundo Ferraz (2005), foi sentida pelo cidadão comum de duas maneiras:

- a) Através das estratégias do governo do Estado Novo de constituir um “front interno”, no qual se visava a mobilização dos trabalhadores pela defesa do país e pelo aumento da produção;
- b) Na escassez e do encarecimento de produtos de consumo cotidiano, devido às dificuldades de importação e à especulação com os preços gêneros de primeira necessidade;

Segue-se o ordenamento para “Guerra de defensiva”, com organizações dos exercícios de Blecaute, feito principalmente em cidades da costa brasileira, como o Rio de Janeiro e Natal, a primeira famosa pelos treinamentos da Defesa Passiva Antiaérea, das defesas para se defender de estilhaços, bombas e desmoronamentos causados por bombardeios, a segunda cidade, por ser o ponto onde havia a desconfiança que o Eixo atacaria para tomar frentes de guerra (FERREIRA, 2017).

Já a conferência acontecida em 1943, destaca-se como uma dos marcos da aliança feita entre o Brasil e os Estados Unidos. As narrativas construídas pelos periódicos da época, são de uma agenda política simples, de uma visita amigável e com pretensões de perceber o desenvolvimento que tomava o investimento nas bases do nordeste.

A notícia do O Malho (IV) de Janeiro de 1943, traz como título **O Presidente Vargas e a Guerra**, iniciando-se com a fotografia que o coloca frente a todos em seu discurso feito na Reunião dos Chanceleres. A informação construída na perspectiva dessa primeira imagem é da grandiosidade, do então chamado pelo periódico, de senhor Getúlio Vargas, ao proclamar o espaço oficial escolhido pelo Brasil. Por trás disso,

temos as muitas questões políticas que se desenvolviam, como dito por Ferraz (2005), no jogo político de barganha.

Figura 3 – Discurso na reunião dos Chanceleres (1942).



Fonte: O Malho (1943)³⁰.

Essa fotografia, apesar de não evidenciada na notícia qual sua datação, vem como processo de rememoração, ponto de partida das escolhas políticas, dos acertos e acordos nas perspectivas varguistas, ponto comum para as publicações do início de 1943, onde havia uma forte construção do regime sobre as escolhas feitas no ano anterior, pois afinal era recente a declaração de guerra.

³⁰ Hemeroteca Biblioteca Nacional Hemeroteca Digital brasileira – Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pasta=ano%20194&pesq=>. Acesso em: 29 dez. 2018.

Figura 4 – Reunião do Presidente Vargas com os Ministros.



Fonte: O Malho (1943)³¹.

A Figura 4 apresentada, mais uma vez, atrela-se ao discurso memorialístico das articulações do governo por meio das reuniões e acordos. Nesses termos, da esquerda para a direita, temos os ministros Aristides Guilhem/Ministro da Marinha (1), Osvaldo Aranha/Ministro de Relações Exteriores (2), Salgado Filho/Ministro da Aeronáutica (3), o Presidente Getúlio Vargas (4), Marcondes Filho/Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (5), Eurico Gaspar Dutra/Ministro de Guerra (6), Antônio Balbino/Ministro da Educação e Saúde Pública, João de Mendonça Lima/Ministro Transporte e Comércio (7).

Todos esses nomes são importantes nas políticas de escolha da neutralidade do Brasil na Guerra e, logo em seguida, o apoio aos aliados. O Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, com seu histórico de trabalhos com os Estados

³¹ Hemeroteca Biblioteca Nacional Hemeroteca Digital brasileira – Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pasta=ano%20194&pesq=>. Acesso em: 29 dez. 2018.

Unidos e seu papel de intermediação, tinha muito mais simpatia e apoio aos Estados Unidos. Já o Ministro da Guerra, Eurico Dutra, sempre se mostrou mais disponível ao apoio do Eixo, pela admiração nacionalista e do cunho de recursos bélicos dado principalmente pela Alemanha.

Nas fotografias do processo de sentido simbólico da notícia para esse contexto cotidiano da informação, buscam-se os efeitos ideológicos do Estado Novo, inclusive nessa produção de uma ordem, que é ancorada na legalidade e nos pressupostos de escolhas corretas feitas pelo governo, no tocante que se apoiam na ordem republicana da América Latina, com a busca de continuar estabelecendo escolhas que não afetem negativamente o cotidiano brasileiro.

Figura 5 – Reunião dos Presidentes Vargas e Roosevelt em embarcação no Rio Potengi – Natal/RN 28 de janeiro 1943.



Fonte: O Malho (1943)³².

³² Hemeroteca Biblioteca Nacional Hemeroteca Digital brasileira – Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pasta=ano%20194&pesq=>. Acesso em: 29 dez. 2018.

Já o Jornal A Noite: Suplemento (Secção de Rotogravura), com três (3) imagens sobre o encontro, porém, remetendo essas apenas ao Vargas e seu rápido encontro com Roosevelt. A narrativa das imagens busca dar uma afirmação de que se continua constituindo a forte relação com os Estados Unidos e que o Brasil tem clara posição na guerra e com os acordos que estão todos se firmando.

Temos a centralização do discurso imagético que, voltado ao presidente, atentando para a legenda dada a esse conjunto de imagens, que o chama de Chefe da Nação, o tom amistoso de seus respectivos discursos busca mostrar a relação harmoniosa entre os presidentes, os benefícios dos acordos firmados não tendo qualquer destaque. As figuras políticas mesclam-se ao militar e aos espaços vistos como para reuniões, considerando o momento do encontro e das definições políticas.

Figura 6 – Vargas desce do avião no Aeroporto Santos Dumont.



Fonte: Jornal A Noite (1943)

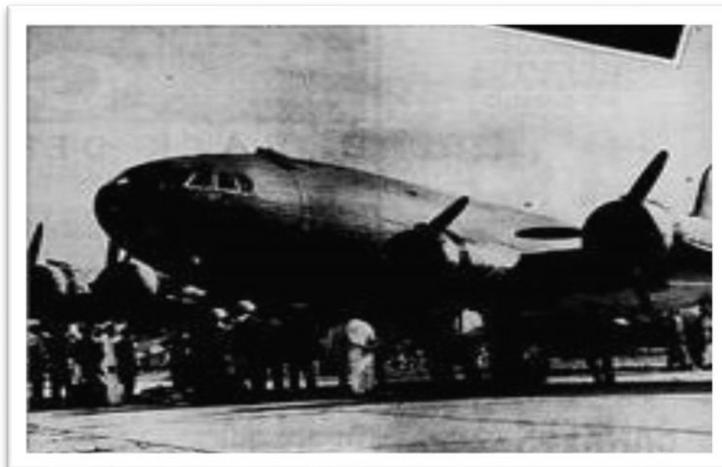
*Estado Novo no controle da informação cotidiana:
o caso da cidade de Natal (1941-1943) a partir do jornal "A República"*

Figura 7 – Coletiva aos jornais.



Fonte: Jornal A Noite (1943)

Figura 8 – Avião que levou o presidente Vargas a Natal.



Fonte: Jornal A Noite (1943)

Por fim, percebe-se o ano de 1943 com as práticas integrativas de uma política de aproximação mais efetiva entre o Brasil e os Estados Unidos, estabelecidas entre os dois países, com as bases militares se firmando e os treinamentos necessários para que o Brasil pudesse se integrar à guerra com os convocados. Com isso, já ao final de 1943, o país mantinha uma imagem de valorização divulgada pelos jornais, como uma grande potência que se torna preponderante, validando todo o esforço de guerra que está sendo necessário no *front* interno³³.

Nesse processo de organização/legimitação, o Estado Novo consegue combinar uma estrutura de poder altamente elitista, com uma base de sustentação policlassista. Isso se torna possível graças a uma elite intelectual que apoia esse processo do Estado, penetrando nos domínios da sociedade civil, assumindo claramente a direção e organização social, pois como educadores se tornam eficientes junto as falas para as classes trabalhadoras (VELLOSO, 1982).

Esse aspecto se torna indispensável na formação das circunstâncias de informar no cotidiano, pois a organização social que se deu em torno disso era circunstancialmente pensada para controlar, fosse a partir do discurso da imprensa, fosse a partir do rádio, cinema e música que atingiam as camadas mais populares.

³³ A noite (1943, p. 1) - Hemeroteca Biblioteca Nacional Hemeroteca Digital brasileira – Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pa sta=ano%20194&pesq=. Acesso em: 20 dez. 2018.

BUSCA DO CONTROLE DA INFORMAÇÃO COTIDIANA NO ESTADO NOVO

Com as ideias de construir uma unidade nacional, eliminar conflitos, mascarar divisões e diferenças, o Estado toma a força de controle dos meios de comunicação. Isso acontecia dentro e fora do país desde a Revolução de 1930, com a imprensa e a informação sendo direcionada na formação da opinião pública:

[...] pode-se notar, portanto, a preocupação com a comunicação dos fatos não apenas aos representantes dos Estado, mas também à imprensa, que, “desinformada”, poderia causar sérios problemas políticos ao governo que acabara de ser instalado no Brasil. (LINS, 2017, p. 113).

A Revolução de 1930 cria uma eminente preocupação com a necessidade de uma segurança pública nacional, em que o próprio ministro Oswaldo Aranha diz que a censura na imprensa não impedia a crítica aos atos oficiais, mas se limitava a salvaguardar a ordem (LINS, 2017). Assim, começa o serviço de censura na imprensa nacional, que perduraria e se modificaria ao longo dos governos de 1930 e 1940.

Com o governo instaurado em seguida à revolução, tem-se uma organização mais precisa de como a imprensa e a propaganda deveriam ter uma gestão de controle de produção e disseminação da informação, um período de efervescência

política, de mudanças radicais nas diretrizes sociopolíticas e econômicas do país³⁴.

Um dos esforços varguistas voltados para isso, foi o desenvolvimento desde o primeiro governo provisório do Departamento de Propaganda (DOP), por meio do Decreto nº 20.003, de 25 de maio de 1931, com objetivo de ampliar as informações referentes às negociações públicas e administrativas, divulgando dados estatísticos e conhecimentos úteis do governo, dando uma ideia do estado de revolução que se encontrou o país (BRASIL, 1931)³⁵.

O surgimento desse departamento no Rio de Janeiro, em curto espaço de tempo, absorveu os serviços da Diretoria de Publicidade Agrícola da Secretária de Agricultura, reorganizada e passava a ter uma seção de Noticiário Geral. Assim, “Quando tinha condições de começar a produzir informação dirigida, ao invés de comunicados oficiais e controle da imprensa, o órgão submergiu na mudança de governo, sob acusações de operabilidade, desperdício de fundos públicos [...]” (SOUZA, 2003, p. 23).

Fica evidente a centralização dos serviços da Imprensa Nacional, que já partia para os serviços que fossem solicitados pelos federais, estaduais e municipais, bem como de empresas e companhias que explorassem serviços públicos no geral. Isso

³⁴ Havia um Estado alinhado a uma base liberal, que entra em decadência e desacordo com as colocações dessas novas ideias totalitaristas como dito por Barbosa (2006), o reflexo disso na imprensa produzindo informação cotidiana é característico por um embate, representado pela repressão na disseminação, comum desde o empastelamento de jornais no Governo Provisório (ARAÚJO, 2008).

³⁵ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20033-25-maio-1931-517651-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 dez. 2018.

mostra o primeiro esforço significativo de manter um controle das informações da esfera governamental, que chegaria logo em seguida a um controle maior.

Com isso, o debate ideológico entre o decadente liberalismo e o totalitarismo como forma de solucionar o conturbado momento, ganha visibilidade a partir das informações divulgadas na imprensa da década de 1930, que mostra a outorgada ditadura estadonovista ao fim de 1937 (ARAÚJO, 2008). A imprensa como principal meio, e por manter esse constante embate entre liberdade e controle estatal, sofria os maiores reflexos desses embates:

Depois de novembro de 1935, apesar do esforço da imprensa liberal-democrática em se colocar ao lado da repressão do movimento comunista, o controle e a sujeição da imprensa por parte do governo tornou-se mais uma vez uma necessidade. (SOUZA, 2003, p. 93).

As inspirações tomadas pelos governos varguistas - como já dito, em ideias totalitárias e nazifascistas - são vistas no viés da inspiração para controle da informação e propaganda. Tal fato pode ser averiguado em cartas trocadas por Vargas e Luiz Simões Lopes em 22 de setembro de 1934, em que esse manda contribuições de descrições sobre o Ministério da Propaganda da Alemanha, mostrando como era exercida a centralização por esse governo dito nacional-socialista:

O que mais me impressionou em Berlim, foi a propaganda sistemática, methodizada do governo e do sistema de governo nacional

socialista. Não há em toda a Alemanha uma só pessoa que não sinta diariamente o contato do “nazismo” ou de Hitler, seja pela fotografia, pelo rádio, pelo cinema, através toda a imprensa alemã [...]”³⁶.

Percebe-se que a partir de trocas como essas, são inspirados os primeiros passos de criação de uma organização dessa centralização no controle sistemático da imprensa, cultura, propaganda e dentre outros, pois, como dito por Lopes³⁷, o Brasil precisava de algo criado de forma semelhante, porém, com escala reduzida, já que não havia recursos para manter um órgão de tamanha magnitude, mas, seguindo a ideologia das condições de adaptação necessária para o progresso moral da nação.

Não sabemos quais as respostas de Vargas a essa carta. Porém, em 25 de setembro do mesmo ano, três dias depois, um projeto de desdobramento chamado de Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), criado no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, revogaria o então Departamento de Propaganda.

O DPDC contava com dois serviços: Serviço de Publicidade e Propaganda, subordinado ao Ministério da Justiça e o Serviço de Difusão Cultural seria direcionamento subordinado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, publicando Revista Nacional de Educação e promoveria por todos os meios ao seu alcance o desenvolvimento da indústria

³⁶ Carta Luiz Simões Lopes para Vargas – Arquivo CPDOC/FGV – GC g 1934.09.22.

³⁷ Ibid Luiz Simões Lopes Para Vargas.

cinematográfica nacional, radiodifusão, fotografia e qualquer meios de técnicos de fins culturais³⁸.

A transição para o citado momento já explicitado aqui, com a instauração do Estado Novo em 1937, trouxe mudanças e uma sistemática diferentes para a informação predominante. Se antes o governo provisório e constitucional perseguia quem produzia e disseminava a informação, com o começo do regime e a nova constituição, as coisas passam a serem pautadas de forma deliberadamente diferentes, pois ganham o respaldo legal para censurar, perseguir e assegurar a continuidade do regime, estava juridicamente em voga, fazendo com que a caça e destruição daqueles que fossem contra se tornasse mais efetiva do que nunca.

Com isso, extinguiu-se o DPDC, no início 1938, transformando-se no Departamento Nacional de Propaganda (DNP)³⁹, que acabara por virar um projeto maior e mais consolidado, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no final de 1939. Este, desde sua idealização, buscou abarcar todos os interesses que já vinham sendo executados pelo DOP, DPDC e DNP:

O DNP era, então, subordinado ao Ministério da Justiça. Porém, em dezembro de 1939, seria transformado no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), ficando diretamente vinculado à

³⁸ Ibid.

³⁹ CPDOC/FGV – Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3745/EducacaoCulturaPropaganda/DIP>. Acesso em: 1 jan. 2019.

Presidência da República, o que lhe dava muito mais prestígio e força. As atividades do DIP, entre 1940 e 1945, mostram como a propaganda do Estado Novo mobilizou a cultura brasileira e, especificamente, a história do Brasil, investindo na publicação e distribuição de livros, discos, filmes etc., para serem divulgados dentro e também fora do país. (GOMES, 2017, p. 68).

A criação do DIP delimitava na verdade uma nova série de atividades que sacralizavam o regime, criando uma estrutura que pudesse atender ao máximo o que já havia sido estabelecido na constituição de 1937 quanto às liberdades individuais, principalmente, no que diz respeito à imprensa (BRASIL, 1937). Teve sua direção ocupada por Lourival Fontes⁴⁰, nome de grande relevância frente às ações tomadas em todas as instâncias do departamento (VELLOSO, 1982).

O departamento era diretamente subordinado ao presidente, sendo constituído por: Divisão de Divulgação; Divisão de Rádio-difusão; Divisão de Cinema e Teatro; Divisão de Turismo; Divisão de Imprensa e serviços auxiliares que são de comunicações e contabilidade e tesouraria material,

⁴⁰ Jornalista, conhecido por contestar a ordem vigente desde a primeira República, se aproxima de Vargas desde a Aliança Liberal e as articulações para a Revolução de 1930, fazendo elogios as questões do fascismo e sua estrutura. No governo provisório ocupou a direção do DPDC, que passando a ser DNP ainda continuou em sua direção, ao qual continuou sendo quando o decreto torna um ministério (CPDOC/FGV – BIOGRAFICO – FONTES, LOURIVAL, 200-?). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fontes-lourival>. Acesso em: 1 jan. 2019.

filmoteca, discoteca e biblioteca (BRASIL, 1939). Tendo este último por finalidade:

- a) centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional;
- b) Superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo;
- c) **fazer a censura** do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, de rádio-difusão, da literatura social e política, **e da imprensa**, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas por lei;
- d) estimular a produção de filmes nacionais;
- e) classificar os filmes educativos e os nacionais para concessão de prêmios e favores;
- f) sugerir ao Governo a isenção ou redução de impostos e taxas federais para os filmes educativos e de propaganda, bem como a concessão de idênticos favores para transporte dos mesmos filmes;
- g) conceder, para os referidos filmes outras vantagens que estiverem em sus alçada;
- h) **coordenar e incentivar as relações da imprensa com os Poderes Públicos ao sentido de maior aproximação da mesma com fatos que se liguem aos interesses nacionais;**

i) colaborar com a imprensa estrangeira no sentido de evitar que se divulguem informações nocivas ao crédito e à cultura do país;

j) promover intercâmbios com escritores, jornalistas e artistas nacionais e estrangeiros;

l) estimular as atividades espirituais, colaborando com artistas e intelectuais brasileiros, no sentido de incentivar uma arte e uma literatura genuinamente brasileiras, podendo, para isso, estabelecer e conceder prêmios;

m) incentivar a tradução de livros de autores brasileiros;

n) proibir a entrada no Brasil de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros, e interditar, dentro do território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendam ou prejudiquem o crédito do país e suas instituições ou a moral;

o) promover, organizar, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, concertos, conferências, exposições demonstrativas das atividades do Governo, bem como mostras de arte de individualidades nacionais e estrangeiras;

p) organizar e dirigir o programa de rádio-difusão oficial do Governo;

q) autorizar mensalmente a devolução dos depósitos efetuados pelas empresas jornalísticas para a importação de papel

para imprensa, uma vez demonstrada, a seu juízo, a eficiência e a utilidade pública dos jornais ou periódicos por elas administrados ou dirigidos. (BRASIL, 1939, grifo nosso, não paginado).

Essas são as finalidades por lei que o DIP deveria assegurar, com um Diretor Geral nomeado pelo presidente, em cada Divisão um Diretor, como mostra carta de Alfredo Pessoa⁴¹ em janeiro de 1940, agradecendo a concessão do cargo de Diretor de Divisão, exaltando a concentração do poder que o Estado tinha cada vez mais nas mãos do presidente e já anunciando que poderia ser esperado os melhores frutos da produção, mesmo que “críticas demolidoras” pudessem existir, o que evidencia que sabiam que existiria resistências, mesmo que prevendo minimamente com as funções dos órgãos que se necessário fosse, programações eram suspensas, jornais fechados e censuras.

Segundo Souza (2003), a Divisão de Divulgação⁴² foi parte importante para compreensão total do DIP. Esta estava encarregada da elucidação da opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do regime, aplicando todas as diretrizes citadas no decreto de criação, conferências, edições de livros,

⁴¹ CPDOC/FGV – GV c 1940.01.14 – Disponível em:

<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CorrespGV2&pasta=GV%20c%201940.01.14/3>. Acesso em: 3 jan. 2019.

⁴² Dirigido primeiro por Alfredo Pessoa até 1942, quando foi ocupar importante posição no *Office For Inter-America Affairs* (OCIAA) agência dos Estados Unidos que promovia cooperação interamericana em Nova Iorque, foi substituído por Ernani Fornari funcionário de carreira do órgão desde 1935, passou cargo para Heitor Muniz em 1943, que tomou a posição até 1945 (SOUZA, 2003).

cartazes e folhetos, cursos, festivais espetáculos de música e afins, assim como, organizava artigos saídos na imprensa do Rio e dos estados.

O DIP é o principal modo de sustentar a linguagem simples, imagética e agressiva que visava provocar paixões para atingir as massas, eliminar vozes discordantes em todos os setores; realizavam-se, antes de tudo, no campo da imprensa periódica, notícia e informação deveriam ser não um fim em si, mas, um instrumento de desenvolvimento e modelagem da consciência nacional (CAPELATO, 2009).

[...] por suas contingências de controle político, rompeu com uma tradição de jornal opinativo, politicamente opinativo, que viemos acompanhando desde a proclamação da República. Instalada a um recolhimento forçado, a imprensa obrigada a pensar a produção do jornal de outra forma, a informação, nacional e internacional passou a ter uma grande importância. Os jornais foram obrigados a acionar em termos de um leitor diferente daquele que saía às ruas apaixonado pelas polêmicas políticas. (SOUZA, 2003, p. 140).

O Estado adquiri cada vez mais exclusividade de divulgação e ampliação de fala; o público é afastado dos periódicos com o silenciamento nos jornais, o que o transforma em um aparelho vivaz, de grande alcance, dotado de forte poder de erradicação e infiltração. Mesmo que esse processo não tenha sido sem conflitos, houve mais aproximações e acordos em relação conjunta entre os sujeito(a)s de imprensa do que divergências (BARBOSA, 2006).

A maneira que o Estado ganha essa força de infiltração e controle abre caminhos frente aos posicionamentos de guerra, pois tornava mais amplo o agir com monitoramento interno das notícias vindas do exterior, principalmente em posições políticas no cenário mundial. A “[...] censura telegráfica e postal foi executada, sobretudo no período da Segunda Guerra Mundial, rendendo várias interceptações de informação, tarefa comum a qualquer país naquele penso momento.” (LINS, 2017, p. 122). Havia uma manutenção e controle das informações sobre o andamento do conflito, já que essas podiam influenciar de forma direta, em relatório já citado aqui, recebido por Dutra sobre os acontecimentos em Berlim; o relator enfatizou:

Li no Jornal do Comércio de 1º de outubro, aqui recebido esta semana, descrições de bombardeios de Berlim, absolutamente falsas. Se errar, posso asseverar que as próprias notícias alemãs pecam pelo exagero. Os efeitos dos bombardeios ingleses são ainda menores que o noticiado pelas próprias autoridades alemãs. Isto para justificar talvez as represálias exercidas.⁴³

Esse relato traz indícios sobre a questão dessa ponte de informação entre os acontecimentos cotidianos no além-mar e de que forma eram disseminados no Brasil, assim como era necessário usar as informações do cotidiano para justificativas nas investidas de guerra.

Com as escolhas feitas ao fim de 1942 de declarar guerra oficial ao Eixo, tornou-se mais eminente as notícias sobre

⁴³ Cf, CPDOC – Arquivo Eurico Dutra - Ed vp 1940.11.01 – p. 1.

guerra, principalmente ao ponto de assumir caráter informativo como aconteciam as dinâmicas de aproximação e distanciamento do campo físico do Brasil, que passava por eminentes ataques a navios e temia por seu território (GOMES, 2017).

Com isso, fica caracterizado, como se sistematizava a produção, a disseminação e o controle da informação pelo Estado durante esse período, que irradiava questões ideológicas, econômicas e sociais, filtradas e emanadas dentro de um acordo de uma realidade inventada.

Capítulo 4

COTIDIANIDADE NA CIDADE DE NATAL (1941-1943) E OS TRAJETOS INFORMACIONAIS MEMORIALÍSTICOS

“Natal, considerada ainda menina pelos poetas e pequena pelos filósofos, dá áreas de adulta e grande em certas horas.”

(A República, 13 de janeiro de 1942).

A Primeira República no Rio Grande do Norte foi marcada por ocupação de uma elite e grupos familiares que, até a década de 1930, usavam aparelhamentos responsáveis por reflexos nos acontecimentos posteriores. A historiadora Maiara Juliana Gonçalves da Silva em seu trabalho “Em cada esquina um poeta, em cada rua um jornal: a vida intelectual natalense (1889-1930)”, tornou explícito - juntamente com as mudanças sofridas na cidade - como se desenvolveu um movimento intelectual que desempenhava funções entre o comércio e o serviço público, reservando parte do seu tempo para produção intelectual. Além disso, as redes de sociabilidades criaram alianças e condições de produção, fruto de como se deu o cotidiano (SILVA, 2014).

Os indícios de desenvolvimento urbano podem ser percebidos no início do século XX, por meio dos projetos de urbanização elaborados na capital norte-rio-grandense.

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade ganhou novos ambientes. Vieram os clubes, os cafés, os cinemas, a iluminação elétrica e o transporte por bondes elétricos conferiram uma nova feição à cidade do Natal. (SILVA, 2014, p. 17).

Segundo a historiografia local da cidade de Natal, Costa (2009), Arrais (2012) e Gomes Neto (2009) exibem aspectos importantes da formação da cidade de Natal, a partir de um desenvolvimento social, geográfico e cultural. Significa dizer que, nas décadas de 1920 e 1930, as dinâmicas de mudança do espaço da cidade foram influenciadas por esses fatores, que estão ligados à vida intelectual de uma pequena elite e do governo.

Os grupos que dominavam a política local tencionavam representa-se nesse processo de remodelação, difundindo um discurso segundo o qual, somente nessa nova conjuntura, Natal teria condições de ser capital de uma unidade federativa, superando a condição de atraso e o esquecimento característico do período anterior. (FERNANDES, 2017, p. 45).

A procura por se desligar das perspectivas coloniais e provincianas que tanto arreigavam toda a vivência da cidade, a elite começou a promover mudanças, como alterações urbanas significativas (COSTA, 2009), novas referências sociais e modernas estavam sendo circundadas por todo o país. Era importante que esse processo de modernização também fosse

capaz de fazer Natal adentrar para o novo que estava sendo experimentado.

O investimento em estrutura urbana na capital surgiu de um esforço modernizador do prefeito Omar O'Grady (1924-1930) e dos governadores José Augusto de Medeiros (1924-1928) e Juvenal Lamartine de Faria (1928-1930), em uma busca por transformar a cidade no "Cais da Europa" (ARRAIS, 2012), já que a recepção de fluxo de aviação (VIVEIROS, 2008) e navios se tornava mais constante e projetava o desejo de expansão e visibilidade da cidade.

A adesão a esse princípio de organização e modernização da primeira parte do regime republicano nessa cidade vem de uma grande operação urbana que "[...] na capital norte-rio-grandense ela se materializou não sobre os escombros de um velho bairro de origens coloniais." (ARRAIS, 2017, p. 35).

A criação do bairro Cidade Nova⁴⁴ é um marco de expansão, modelado para o viver bem da elite local, que se tornou território de disputas em uma busca concreta por modernização, com vias largas, local arejado e perto do mar. Como dito por Fernandes (2017), havia lá os novos modelos de vias, casas e modos de viver, mas havia também, a disputa com os populares, com aqueles que ainda não obedecem às ordens sanitárias da cidade.

Esse período também foi marcado por mudanças no cenário dos intelectuais, com a melhor e maior organização em torno das suas redes de sociabilidade, já que começavam a concentrar e organizar suas produções de outros pontos para além dos jornais, como o caso da criação da Revista da Academia Norte-rio-grandense de Letras (SILVA, 2014),

⁴⁴ Atuais imediações do bairro de Petrópolis.

assumindo na cidade uma série de organizações desses, que incluíam comunicações e interações da vida intelectual urbana potiguar.

Nos anos de 1930, o Plano Geral de Obras orientou as ações governamentais para saneamento, drenagem, pavimentação e arborização de ruas, com o apoio contínuo dessa elite política e intelectual, bem como a colaboração financeira cedida pelo governo federal em nome do presidente Vargas. O apontamento dessas melhorias requer contextualização por mostrar a nova situação nas áreas centrais urbanas (ARAUJO, 2016), que tem consequência direta no cotidiano da cidade e mudam as dinâmicas sociais, principalmente no quesito socialização.

Acompanhando as modificações no governo federal brasileiro, a década de 1930 no estado também ganhou contornos com as disputas políticas. Segundo Leirias (2016), a conjuntura política é de ruptura com os velhos grupos oligárquicos da “antiga” república⁴⁵, reconfigurando-se com a indicação de interventores, na maioria, militares e não ligados à política local. Nesse contexto, “[...] o estado passou por cinco interventores, Irineo Joffili, Aluisio de Andrade Moura, Herculino Cascardo Marinha, Bertino Dutra da Silva e Mário Leopoldo da Câmara e foi um dos estados em que mais houve mudanças de governo.” (LEIRIAS, 2016, p. 16).

É possível afirmar que essa instabilidade se devia às medidas centralizadoras da nova administração política federal, que procurando uma nova, quebrava com a velha

⁴⁵ Termos como antiga/velha república foram utilizados no sentido de regime que vem em seguida dessa para desvalorizar o que havia existido até então.

estrutura de poder estadual, que era contínua aos mesmos grupos políticos desde a queda da monarquia.

A partir dessa nova configuração do poder local, Vargas ampara novas estratégias de atuação na política do Rio Grande do Norte, como maneira de se aproximar aos membros da política tradicional para obter prestígio. Diminuindo o predomínio do tenentismo, começa nomeando para a interventoria Mário Leopoldo da Câmara, potiguar residente no Rio de Janeiro e funcionário do Ministério da Justiça. Essa seria umas das medidas adotadas como forma de apaziguar as tensões no estado, indicando um membro de família tradicional na política do estado, mas, o problema é que ele atuaria na oposição aos antigos grupos do poder. (LEIRIAS, 2016, p. 109).

Já em 1934, com a Assembleia Constituinte Estadual, as disputas partidárias resultavam em agitações, que se somavam à instabilidade econômica e política do país e do estado. Não havia mais apoio presidencial para manter Mário Câmara no poder, o qual fazia parte de grupos de famílias hegemônicas. Isso mudou com a constituinte, consolidando-se ao fim de 1935, quando Rafael Fernandes foi o candidato escolhido na estratégia política, pois não era relacionado aos acontecimentos vigentes anteriormente e não fazia parte dos antigos grupos oligárquicos do estado, sendo uma maneira de atenuar a reação do governo Vargas à confirmação do novo governante (LEIRIAS, 2016).

[...] independente dos acertos e acordos, a oligarquia local voltou ao governo em 1934, com as eleições indiretas, na Assembleia Legislativa Estadual, do Governador Rafael Fernandes de Gurjão, o qual, por ocasião do Golpe de Estado de 1937, foi mantido no cargo e permaneceu até julho de 1943, quando pediu exoneração do cargo. (OLIVEIRA, 2008, p. 41-42).

Aos 27 dias de junho de 1943, o *A República* já noticiava as boas-vindas ao General Antônio Fernandes Dantas, recebido pelos militares com festas e corso pela cidade, até mesmo o Aero Clube sediou festa ao novo interventor, enquanto salientavam o árduo trabalho ao longo de oito anos de administração do interventor Rafael Fernandes, conhecido por ter feito parte de todo o processo de tornar o Rio Grande do Norte uma rota militar efetiva.

Esse foi o caminho político construído entre as esferas de sociabilidade da Primeira e Segunda República na cidade e no estado. A criação de ambientes propícios, que desmistificou o fato da cidade ter entrado para o progresso e para o novo só a partir da convivência com os norte-americanos na década de 1940 (PEDREIRA, 2012). Esse acaba por ser um contato que criou míticas vivências diferenciadas como explicitado por Melo (2015), já que se aprofundou o contato com o *American Way of Life* – estilo de vida americano.

O entendimento do espaço desses acontecimentos também se tornou necessário durante o período explicitado aqui, visto que a cidade de Natal ocupava a região do Nordeste, que se configurava no político administrativo de forma

Nossa cidade em 1939, quando iniciou a guerra, terminava no Aero Clube, pra lá não havia absolutamente nada, nada... Era mato. O quartel do 16º. RI [Regimento de Infantaria] foi inaugurado em 42, em 39 não tinha nada. O começo de tudo foi em 1942. O aspecto físico da cidade mudou, foi se expandido lá pros lados do Tirol em princípio [...]. Houve uma mudança muito grande em Natal.

Figura 10 – O Grande Ponto (Av. Rio Branco com Av. João Pessoa) em 1941 pelo fotógrafo da Revista Life Hart Preston.



Fonte: Google/Life.

No espaço da urbe, um ponto interessante e relevante da vida social era o "Grande Ponto". Segundo Pedreira (2015), esse local foi uma casa comercial do centro da cidade, à esquina da Rua João Pessoa com a Avenida Rio Branco, que fechou nos anos 1930, mas se tornou um ponto de referência mesmo depois de seu desaparecimento.

A coluna "**Sociais**" do *A República*, com o título de "**Quantos habitantes tem Natal?**", questionou o pós recenseamento do Rio Grande do Norte em setembro de 1940, com então 54 mil habitantes, sendo o 17º menos populoso do Brasil, o que fez despertar tão questão sobre Natal:

O nosso território deve ter ganho muita gente. O movimento está visível a olho nú. Não é necessário esmiuçar por inquéritos nem métodos científicos. Uma prova desse andamento demográfico é a inferioridade crescente das coisas que se serve a população e ficaram estacionadas. O exemplo mais á vontade é o de serviço de transporte urbanos e depois, si não parecesse instável, o de hospedagem. Outros surgem á primeira observação o do abastamento, com preços aumentado dia a dia, juros que só são percebidos pelos ganham pouco, a capacidade, em plenitude dos Mercados Públicos, feitos para um futuro longinquo, e aumento das construções residenciais, o desenvolvimento progressivo dos bairros, a fração adventícia que se avoluma. (A REPÚBLICA, 1942).

Isso deixou evidente os problemas que Natal começara a sofrer nesse período, com a expansão do seu território e o aumento populacional, que estavam acontecendo sem controle e sem organização, haja vista que o transporte público de outrora, dos bondes, já não dava conta, principalmente em horários que o operariado deixava suas tarefas, o fim do expediente em agências e repartições públicas, que se refletia na vida cotidiana da população menos abastada, a quem tivemos menos acesso a informações históricas sobre.

A exemplo das questões inerentes ao desenvolvimento urbano, pode-se citar o abastecimento de água e energia elétrica que implicaram em mudanças marcantes. Pedreira (2015, p. 31) diz que “[...] mesmo entre pessoas de famílias abastadas é recorrente a lembrança dos transtornos de quando ainda não havia água encanada”, o fornecimento em abundância de excelente água potável fora viabilizado também pela existência de lençóis freáticos baixos e de reservatórios de água que vinham das dunas próximas (SMITH JR, 1992):

[...] eu era pequeno e me lembro bem de uma espécie de sala de banho como reservatório de água, do lado de fora da casa e a gente tomava banho de cuia. Assim como também as privadas ficavam numa casa própria, separada dos cômodos da casa, fora do corpo da casa, e dentro tinha urinol em cada quarto.⁴⁸

O que aconteceu nesse momento dos anos 1940, acabou sendo confundido posteriormente como um tempo de modernizações e mudanças:

⁴⁸ Entrevista a Flávia Pedreira (2015).

O fato de a cidade ter expandido seus limites geográficos principalmente a partir do marco beligerante mundial acaba sendo confundido com uma total ausência de medidas “modernizantes” anteriores, desde aquelas que foram sendo implementadas pelos poderes públicos visando à alteração e ampliação dos traçados urbanísticos, saneamento e melhora de transportes, até a institucionalização dos serviços de segurança pública e reaparelhamento policial, ainda das primeiras décadas do século- passado. (PEDREIRA, 2015, p. 47).

Havia a necessidade de expansão de serviços básicos. Afinal, a população se tornava cada vez maior e menos abastada, o que deixava evidente a pobreza. No jornal “A Ordem”⁴⁹, em 20 de janeiro de 1943, já havia um apelo à Cia. Força e Luz para luz elétrica aos pobres, as dificuldades para aquisição do querosene e com seus preços cada dia mais altos:

Está provado que, hoje, está mais barato o consumo de luz elétrica do que o de querosene. E só não se multiplica as instalações nas casas dos pobres porque o custo da instalação, como seja, o preço do fio

⁴⁹ O jornal foi a voz do integralismo no estado, responsável por difusão do anticomunismo, com nomes como Câmara Cascudo. Ver mais no trabalho de dissertação: LEIRIAS, Daniela Araújo. **“Louvado seja o Santíssimo Sacramento”**: o anticomunismo católico e a formação da identidade e da espacialidade norte-rio-grandense (1934-1937). Mestrado (Dissertação em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

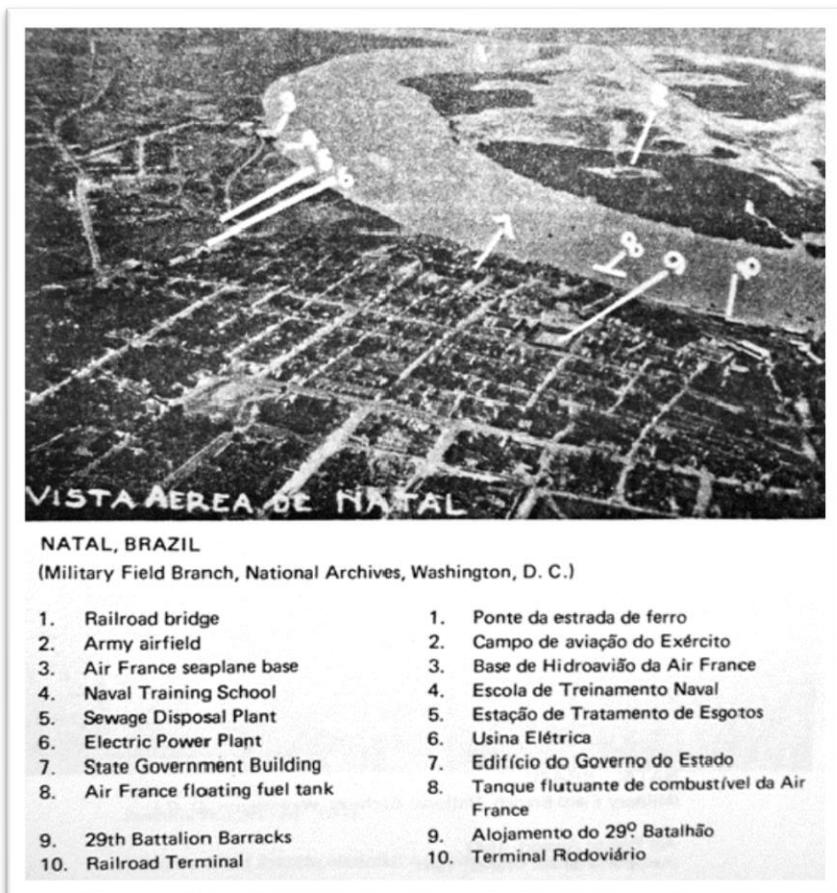
e demais material elétrico, as taxas e cauções da Cia. de Luz tornam por demais onerosa a iniciativa. (A ORDEM, 1943).

Como já dito aqui por meio de Ferreira (2017), tornava-se cada dia pior o acesso a combustíveis e seus afins com o cerceamento do governo ao acesso dos combustíveis por meio marítimo por consequência dos ataques. A mesma matéria do jornal continuou a dizer “O recenseamento de 1940 veio provar que grande número de casas de nossa capital não tem iluminação elétrica. Hoje, com o aumento enorme da população, mais numerosos devem elas ser”, isso vem do apelo da igreja católica, o qual era produzido em seu periódico “A Ordem”.

Ainda assim, Smith Jr (1992, p. 82) descreve Natal de tal forma:

Este era um excelente exemplo dos extremos existentes no Brasil, de um modo geral, e, em Natal, em particular, naquela época. Os ricos eram a minoria e os pobres, conseqüentemente, a maioria. Embora o custo de vida fosse baixo, comparado aos padrões dos Estados Unidos, a qualidade de vida das massas estava abaixo dos níveis de subsistência. A Refeição comum dos pobres consistia de carne seca, feijão, arroz e farinha de mandioca, que ocasionalmente era completada com peixe, fruta, queijo, aves domésticas, ovos e rapadura (um bloco de açúcar bruto). Conseqüente, a má nutrição era comum nas classes humildes. A tuberculose era bastante disseminada [...].

Figura 11 – Vista aérea de Natal.



Fonte: Smith Jr (1992, p. 43).

Sobre as questões econômicas, ainda em 1942, o estado se mantinha pobre e com base de subsistências pouco onerosas. O campo da agricultura ainda não mantinha atividades múltiplas e continuava preso à monocultura do algodão, que absorvia cerca de 70% do trabalho, surgindo a necessidade de novas

culturas agrícolas e de uma renovação comercial, em que o poder público precisava agir em cooperação⁵⁰.

Figuras 12 – Obras do porto e Rampa dos hidroaviões por fotógrafo da Revista Life Hart Preston.



Fonte: Google/Life.

Na capital, segundo relatos de Melo (2015), os natalenses tiveram do conflito novas fontes de renda e de ganho, o que lhes permitia enfrentar o custo de vida em escala vertiginosa, que se tornou fruto dos problemas da guerra desde o começo de 1942 e dos cortes diplomáticos do Brasil com os países do Eixo. Isso

⁵⁰ Jornal A República – Matéria A Cooperativa do Algodão, 13 de maio de 1942.

causou embargos nas embarcações marítimas do país, que acarretou na chegada do contingente de guerra, fruto dos acordos projetados entre Brasil e Estados Unidos, refletindo diretamente na economia local. Assim, "O comércio duplicou, especialmente lojas de joias e de relógios, que os "gringos" compravam em profusão. Caríssimo se tornou o aluguel das residências." (MELO, 2015, p. 40).

Outro comércio da época foi o sexual. Mulheres foram exploradas de diversas formas, muitas memórias desse período mostram Natal por esse cunho festivo e de sexo, que se criou acerca dos vários cabarés que surgiram. A pensar de uma cidade com economia que mudou a partir do fluxo novo de muitas pessoas, sem espaço para acolher outros tipos de trabalho, as mulheres veem como uma das poucas saídas o espaço dos cabarés, em uma cidade absolutamente marcada pelo controle de gênero na vida das mesmas.

Dalcin, Lima e Barros (2012), em seu trabalho sobre o cotidiano do meretrício na cidade, deixam evidentes as relações de poder social que se estabeleciam nas diferenças de cunho econômico na transformação dessas relações, principalmente com o caráter marginal e excludente das profissionais do sexo, estabelecidas em cabarés de luxo como de Maria Boa⁵¹ e outros considerados de baixo escalão na Ribeira e beco da quarentena⁵².

⁵¹ Maria Boa é considerada a maior figura de negócios do ramo; mantinha meninas selecionadas e treinadas, sob o cuidado de remédios para evitar doenças; manteve negócio de luxo durante todo o período da guerra.

⁵² Como já explicado aqui, o processo de modernização que começa na cidade em torno dos anos de 1920-1930, torna os primeiros bairros

Figuras 13 – Soldados americanos em bar (1941) pelo fotógrafo da Revista Life Hart Preston.



Fonte: Google/Life.

Outro meandro desse momento é a criação das bases militares, que são estudadas a partir da deflagração de guerra na Europa, apesar da neutralidade brasileira até 1942 e da neutralidade dos Estados Unidos um pouco anterior a isso. Os estudos militares sobre proteção dos territórios de ambos os países, acompanharam o desenrolar dos acontecimentos fora. Smith Jr (1992), em suas análises de documentos dos militares norte-americanos, mostra que já no começo dos anos 1940, houve uma visita de missão de boa-vontade ao Brasil, a fim de melhorar as relações entre os países, com a certeza que a área

como algo ligado ao velho, sem a envergadura do novo, o que torna esses espaços da cidade marginalizados.

de Natal era realmente necessária à defesa dos Estados Unidos e ao canal do Panamá.

Estima-se, segundo Smith Jr (1992), que os primeiros americanos chegaram para o campo de Parnamirim em setembro de 1941, os quais seriam responsáveis por coletar os dados necessários para a construção e execução do programa.

Figuras 14/15 – Construção da base pelo fotógrafo da Revista Life Hart Preston.



Fonte: Google/Life.

Em arquivo de documento de Gaspar Dutra, já citado aqui⁵³, este argumenta ao presidente sobre a necessidade de defesa dessa terra, dizendo: “[...] base na região de Natal, terra nossa, que devemos, queremos e por qualquer modo nos obrigamos a defender, no interesse do Brasil e no interesse mais amplo dos compromissos continentais”. Havia uma grande preocupação dos comandos militares do Brasil quanto a essa ocupação norte-americana, temendo que as áreas fossem tomadas e posteriormente não fossem devolvidas.

Apesar da construção das bases serem anteriores a 1942, elas começaram a ser amplamente divulgadas apenas nesse ano. O *A República*, de 6 de março, que publicou nota com “O decreto que criou a base aérea de Natal”, saído no diário oficial ao dia 5 do mesmo mês:

Fica criada a base área de Natal, que será guarnecida, inicialmente, com um corpo de base aérea de terceira classe. Os elementos que se tornem necessários para a constituição desse corpo de base área serão recrutados ou transferidos de outras unidades da FAB.

A companhia de infantaria de guarda, sediada em Nata, passa a fazer parte do efetivo desta base área.

O primeiro oficial do Exército dos Estados Unidos chegou a Natal em dezembro de 1941, sendo conselheiro militar do Programa de Desenvolvimento dos Aeroportos a diplomata, oficial de operações e anfitrião das celebridades em trânsito, hospedando-se no Grande Hotel em sua chegada, ato comum

⁵³ CPDOC – ED vp 1940.11.01 – documento de 19 de julho de 1941.

entre os oficiais e patentes superiores que passaram pela cidade nesse período de guerra (SMITH JR, 1992).

O Grande Hotel tem uma significativa importância, pois passou a ser um centro de acontecimentos da vida natalense, principalmente daqueles que viviam aos arredores do mesmo, pois era um dos principais pontos de encontro dos americanos, por ser o espaço que abrigava as patentes mais altas dos escalões militares:

Em 1935, o interventor Mário Câmara adquiriu o terreno e contratou o arquiteto francês, George Mouriner, para elaborar o projeto do prédio, o interventor Rafael Fernandes iniciou a sua construção em 1936, concluindo-a em 1939 [...] em 1942, o Grande Hotel foi arrendado ao Sr. Theodorico Bezerra. Durante a Guerra, todos os grandes acontecimentos da cidade realizavam-se aí: banquetes, recepções, homenagens etc... (SOUZA, 2015, p. 12).

Figuras 16/17 – No Grande Hotel em 1941 pelo fotógrafo da Revista Life Hart Preston.



Fonte: Google/Life.

Na primeira fotografia ao lado dos homens, encontra-se a imagem do desenho arquitetônico do Grande Hotel, e em seguida, na segunda foto, a parte exterior do hotel, onde ao fundo, identifica-se a Praça José da Penha e a Igreja do Bom Jesus das Dores.

Esses acontecimentos formaram um cotidiano do começo de 1940. "A convivência com os americanos e seu diferente modo de vida afetou o cotidiano de toda a população local (...) o que chama a atenção é a discrepância entre as múltiplas percepções sobre esse momento de intenso intercâmbio sociocultural (...)" (PEDREIRA, 2012, p. 114).

Figuras 18 – Casamento passando pela Av. Tavares de Lira.



Fonte: Google/Life.

Figuras 19/20/21/22 – Av. Duque de Caxias com Av. Tavares de Lira na Ribeira pelo fotógrafo da Revista Life Hart Preston.



Fonte: Google/Life.

O ano de 1942 foi de grande importância não somente para Natal e o Campo de Parnamirim, mas também aos Estados Unidos e Brasil nas decisões de acordo, já que os EUA mudaram seu quartel-general do Atlântico Sul da Guiana Inglesa para Natal, alcançando maior contingente de militar americano. Os poucos agentes do Eixo em Natal foram presos ou transferidos para fora do Estado. O reflexo disso tudo foi o encontro já citado aqui do Presidente Franklin D. Roosevelt e o Presidente Getúlio Vargas, o episódio marcado como **Conferência do Potengi**, ficou conhecido o selo do acordo entre os países, e se deu no retorno do presidente Roosevelt da Conferência de Casablanca, sendo o encontro protagonizado em Natal ao dia 28 de janeiro de 1943 (SMITH JR, 1992).

Na manhã do dia 28, dois aviões chegaram às 0h da manhã transportando os presidentes [...] sua comitiva incluía Harry Hopkins, o Contra-Almirante R. McIntyre e o Capitão J. McCrea. O presidente americano ficou alojado a bordo do Humboldt e ao meio-dia almoçou com Vargas.

À tarde, Roosevelt e Vargas inspecionaram a Base de Hidroaviões e o Campo de Parnamirim. Eles concluíram a inspeção com uma visita aos Quartéis do Exército e da Aeronáutica Brasileira, acompanhados pelo interventor Fernandes, o Almirante Parreiras o Brigadeiro do Ar, Eduardo Gomes. O General Cordeiro Farias, da guarnição brasileira local [...]

Figura 23 – Os presidentes em visita a base de Parnamirim.



Fonte: U.S Army Air.

As festividades também são um acontecimento à parte do cotidiano da cidade, conhecidas no período por reunirem brasileiros e americanos, dos bailes às festas de carnaval. No dia 14 de maio de 1943, realizou-se o primeiro baile no clube U. S. O. (SMITH JR, 1992).

Os grandes clubes da cidade como Aero Clube e Hípico reuniam as confraternizações de oficiais e civis graduados da Base; dançava-se de tudo, de afoxés a jazz (MELO, 2015). Quanto aos festejos carnavalescos, no período havia uma preocupação em manter as especificidades potiguares, desde fantasias como a dos grupos papangus e as modinhas genuinamente regionais (PEDREIRA, 2012).

Essas são partes que constituem e formam a cotidianidade de Natal durante o período de 1941 a 1943. Com o advento do Estado Novo e da guerra se tornou notório como as estruturas dos anos 1930 para 1940 ganharam outros contornos que se tornaram mais solidificados com a vivência da

cultura de outros, com mais reflexos dos acontecimentos de guerra da convivência com esse contingente.

Os reflexos nacionais que Ferreira (2017) faz ao analisar o Rio de Janeiro no segundo semestre de 1942, são ao mesmo tempo um exemplo do que acontecia na pequena Natal, com reflexos protuberantes na vida dos pobres que no pouco acesso que tinham, passaram a se restringir mais, sendo exemplo disso, como citado por Pedreira (2012), os flagelados da seca, que nesse período chegaram à capital buscando salvação das mazelas que a seca impregnou no interior do estado.

Com o objetivo de manter a população natalense num estado psicológico de mobilização permanente, a partir de 1941, até maio de 1945, a cidade viveu sob o impacto de várias campanhas: do alumínio, do estanho, do racionamento de combustível, da lancha torpedeira, da defesa passiva, e, finalmente do bônus de guerra. Isso sem falar na grande campanha em favor dos flagelados da seca 1942. (MELO, 2015, p. 13).

Ao avaliar os acontecimentos nessa sociedade, historicamente agrupada dessa forma e dado a tais acontecimentos, encontra-se a necessidade de entender o acesso à informação em tal período, dando conta das fontes de informação que chegaram a esse social, a partir da disponibilização e controle do Estado, como possibilidade do que pode ser acessado no cotidiano, já que como teorizado aqui por Heller (2009), esse é todo agrupamento de vivência dos

sujeito(a)s, ou seja, de todos os indivíduos que ocupam dada sociedade.

CONTROLE DA INFORMAÇÃO E DE FONTES NO COTIDIANO DA URBE

Das fontes de informação que expressam o cotidiano em Natal deste período, foram selecionadas algumas nas quais a literatura bibliográfica e as fontes documentais tenham relatos sobre esse assunto. Falar de fontes no cotidiano abarca uma gama de tipos e subtipos: nesse subitem falar-se-á especificamente da imprensa como os jornais e o rádio; esses que faziam parte de forma essencial do controle exercido pelo DIP no âmbito nacional, como já foi colocado aqui em Brasil (1939) e pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) no âmbito estadual, que antes era intitulado Imprensa Oficial, sendo o DEIP criado no dia 28 de junho de 1941, praticamente seis meses depois que o órgão oficial e maior já exercia seu papel nacionalmente:

Administração do exmo. sr. dr. Aldo
Fernandes R. de Melo, Interventor Federal
interino⁵⁴

Expediente do Interventor

Decreto-Lei nº 98 de 27 de Junho de 1941

⁵⁴ Jornal “A República” de 28 de junho de 1941 no caderno do Diário Oficial.

Transforma a Imprensa Oficial em
Departamento Estadual de Imprensa e
Propaganda

O Interventor Federal interino, usando de
suas atribuições e na conformidade do
disposto no art. 6º, nº IV do decreto-lei nº
1.207, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1º A imprensa Oficial passa a
denomina-se Departamento Estadual de
Imprensa e Propaganda, diretamente
subordinado à Secretaria Geral do Estado, e
tendo, além das incumbências e atividades
traçadas no seu atual regulamento, as que
disserem respeito à rádio-difusão, diversão
públicas, propaganda, publicidade, turismo
e outras correlatas.

Art. 2º - O departamento Estadual de
Imprensa e Propaganda coordenará as suas
atividades com o Departamento de
Imprensa e Propaganda, do Governo
Federal, e a nomeação do seu Diretor Geral,
em Comissão, será submetida à aprovação
do Presidente da República, nos termos da
lei.

Art. 3º - Os funcionários do
Departamento Estadual de Imprensa e
Propaganda e seus vencimentos anuais são
os seguintes:

1- Diretor Geral, em
comissão.....18:000\$000

1-	Secretário.....	9.600\$000	
0			
2-	Redatores		-
4:800\$	9.600\$000	
2-	Reportes		-
3:600\$	7:200\$000	
2-	Auxiliares de revisão		-
2:400\$	4:800\$000	
1-	Auxiliares de revisão		-
2:400\$	4:800\$000	
1-	Gerente.....		
	9:600\$000	
1-	Sub-Gerente.....		
	9:600\$000	
2-	Chefes de Oficina		-
7:500\$	15:000\$000	
1-	Almoxarife.....		
	6:000\$000	
2-	Contínuos - 3:000\$.....		
	6:000\$000	
1-	Servente.....		
	1:800\$000	
			93:600\$000

Art. 4º - Os cargos abaixo discriminados, exercidos atualmente por pessoa efetivo, considerar-se-ão suprimidos desde que vagarem e passarão as suas atribuições a ser exercidas, caso necessário, por extranumerários:

1-	Chefe de máquinas.....	7.200\$000
1-	Impressor.....	4:200\$000
1-	Compositor de 1ª.....	4:800\$000

6- Compositor de 2ª – 4:000\$.....24.000\$000
1- Impressor de 2ª.....4:200\$000
1- Encadernador.....4:200\$000
1- Auxiliar de Encadernador.....1:800\$000
1- Expedidor.....3:600\$000
1- Revisor de obras e avulsos.....2:400\$000
1- Auxiliar de impressor, aprendiz.....1:080\$000
1- Servente de oficinas.....2:160\$000
	59:640\$000

Art. 5º Além do funcionalismo efetivo, terá o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda pessoa extranumerário admitido de acordo com as tabelas numéricas que forem decretadas.

Art. 6º É aberto o crédito especial de 126:670\$000 (cento e vinte e seis contos seiscentos e setenta mil réis) destinado a ocorrer até o fim do corrente ano às despesas com o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, sendo 76:670\$000 (setenta e seis contos e seiscentos e setenta mil réis) destinados a funcionários e 50:000\$000 (cinquenta contos de réis) a extranumerários.

§ 1º - Os recursos para este crédito advirão dos saldos das demais consignações da referida verba passarão a ser utilizados pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda.

§ 2º - Os saldos das demais consignações da referida verba passarão a ser utilizados pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal 27 de junho de 1941, 53º da República.

ALDO FERNANDES R. DE MELLO
Lélio Augusto Soares da Câmara.

Entende-se essa como estrutura desejada para que fosse possível fazer o controle da informação dentro do Rio Grande do Norte. Assim, a intenção era de ser possível censurar e silenciar rádio, imprensa, propaganda e publicidade, já que mais efetivamente esses são canais de informação cotidiana. Por outro lado, era também papel desse órgão ser responsável pelas festividades e turismo no estado, com vistas à difusão nacionalista do Estado Novo.

Apenas em 23 de dezembro de 1942 foi regulamentada a forma pela qual o Departamento de Imprensa Estadual deveria seguir, entrando em vigor em 1º de janeiro de 1943, mais uma vez, publicado no caderno do Diário Oficial nº 266 no *A República*⁵⁵:

⁵⁵ Decreto completo no Anexo I.

[...] Art. 7º - À Divisão de Imprensa compete:

- a) a elucidação da opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização;
- b) editar A REPÚBLICA, órgão oficial do Estado;
- c) exercer a censura à imprensa quando a esta for cominada semelhante medida;
- d) divulgar por meio de comunicados, folhetos, livros, etc., os atos do poder público e todos os valores gerais brasileiros, no campo político, social, artístico, econômico, científico etc.
- e) organizar um serviço de controle da imprensa, no Estado, a fim de fornecer informações aos vários órgãos públicos interessados, tendo em vista a finalidade de cada um;
- f) registrar os correspondentes dos jornais e revistas, fiscalizando o respectivo serviço;
- g) organizar um arquivo de jornais, revistas, folheto de propaganda, etc., distribuindo-os quando tiverem essa finalidade;
- h) registrar e controlar os serviços de empresas tipográficas com o nome de proprietários, Gerente, aparelhamento técnico, etc.;
- i) organizar, transmitir, receber e distribuir o serviço telegráfico da Agência Nacional, no Estado;

- j) manter, quando possível, um serviço de clichês e fotografias para fins de distribuição à imprensa;
- k) publicar os atos do Governo da República, do Estado e dos Municípios que deve ser editados obrigatoriamente e mediante pagamento, os das repartições públicas federais, estaduais e municipais, e serviços particulares, observada a tabela de preços estabelecida;
- l) organizar e manter uma biblioteca de obras nacionais e estrangeiras, oferecidas ao D.E.I.P. ou adquiridas por compra.

Essa foi a estrutura criada para que o DEIP fosse capaz de exercer um controle não só da informação no cotidiano, mas sim, de todo o cotidiano em si, mantendo as fontes de informação e entretenimento sob suas rédeas de funcionamento.

Outro fato importante que incide nesse contexto de fontes foi a criação da *American Affairs* – OCIAA, vinculada ao Conselho de Defesa Nacional do Estados Unidos, lançado a partir da conferência pan-americanas, que foi chefiada por Nelson Rockefeller, tendo como objetivo ser uma divisão de comunicação internacional, com relações culturais, de saúde e financeira, contando com colaboração do DIP e DEIP, responsáveis também, pela maioria das notícias favoráveis aos EUA (AVELINO, 2006), como uma fonte primária que subsidia a circulação de outras.

Analisar sobre isso requer uma consciência da população da cidade de Natal; a escolaridade/alfabetização é fator preponderante para o entendimento e o acesso a determinados tipos de informação, principalmente quando se trata do meio

imprenso, já que a leitura faz parte da experiência do acesso à informação em determinados tipos de dispositivos, principalmente os impressos desse período, onde as marcas textuais se relacionam com a construção de sentido do texto.

Em 1920, o censo escolar havia revelado que 81% dos 547.000 habitantes do estado eram analfabetos. Na década de 1930, o índice continua praticamente inalterado. Em 1933, por exemplo, por ocasião da Assembleia Constituinte, a população do estado era de 764.571 habitantes, sendo que apenas 18.959 puderam se inscrever para votar. Em 1934, menos de 2% dos 22.000 jovens em idade escolar tinha acesso à escola. No censo de 1940, o índice de analfabetismo continua praticamente o mesmo (80% da população), e algo em torno de 90% das crianças em idade escolar continuavam não tendo acesso à escola [...]. (COSTA, 2015, p. 87).

Smith Jr (1992) deixa claro o sucesso do rádio e do cinema, exatamente por serem mídias de áudio e imagem, que permitem que o acesso a esses fosse feito de forma mais simples, o que é influência até mesmo do formato com menos barreiras de entendimento que possam ter, contendo maior dinamismo.

Em 1939, foi instalado o Indicador da Agência Pernambucana (I.A.P), de propriedade do empresário Luís Romão. Os amplificadores de som foram instalados em praças públicas e interligados por fios; transmitiam músicas gravadas, informações jornalísticas, poesias, dramas e apresentações artísticas ao vivo, o que trouxe benefícios para o cotidiano, pois

aqueles que não podiam comprar jornal ou não eram alfabetizados poderiam se manter informados sobre os acontecimentos locais, nacionais e internacionais (GOMES; RODRIGUES, 2016). Esses alto-falantes continuavam a funcionar durante toda década de 1940; não foram substituídos pelos rádios que viriam a posterior, pois o acesso a esse, principalmente pelos preços, não era possível a todos.

Em sua pesquisa, Gomes e Rodrigues (2016) trazem interlocutores importantes para a história do rádio em Natal, e sobre a memória do Rádio em Natal, apresentam a seguinte entrevista:

Nós tínhamos até essa época era um serviço de alto-falante de Luís Romão, não é? Que tinha em determinados pontos da cidade, talvez uns três pontos, tinha alto-falante, e... isso durante a guerra, por exemplo, foi um sucesso, se ouvia noticiário da, da BBC através dele [...] Era um alto-falante na Ribeira, um alto-falante no, na praça, na praça Pedro..., Velho (palavra indecifrável). O que havia de mais interessante no tempo da guerra, vamos dizer que o, o povão não tinha o noticiário tão fácil, né? no tempo da guerra..., então acontece o quê? Todo mundo corria pra... quando dava nove horas da noite, anunciava da BBC de Londres, quinze minutos de noticiário, sabe? em português. Então, você via uma massa que tivesse perto ali, corria pra debaixo do alto-falante, ficava todo mundo assim olhando como se não olhasse pra cima não ouvisse, não é? Quando dava quinze minutos, era nove e quinze, era nove

horas da noite, isso! quando dava nove e quinze, acabava o noticiário, a cidade também se esvaziava, todo mundo ia embora... era um marco ali né? (INFORMANTE 2)⁵⁶. (GOMES; RODRIGUES, 2016, p. 40).

Há substratos relativos à fala dessa entrevista que torna mais evidente o entorno da informação cotidiana relativa à fala de Costa (2015) quanto ao expressivo analfabetismo. Além do dito por Smith Jr. (1992) de como o rádio dá outro tipo de acesso à informação, Gomes e Rodrigues (2016, p. 20) salientam ainda:

É importante dizer que apesar de alguns natalenses já possuírem o aparelho receptor, esse era sintonizado em emissoras dos outros estados brasileiros, como, por exemplo, Pernambuco. Mesmo que o elevado preço do aparelho de rádio, pouco acessível à época, a vontade de possuí-lo crescia proporcionalmente à expectativa de contar com uma emissora radiofônica no estado.

A primeira rádio do estado é fundada em 1941, a Rádio Educadora de Natal – REN. Esse empreendimento foi subsidiado por Carlos Lama e Carlos Farache, fruto que partiu da Casa Carlos Lemos, comércio que vendia entre outras mercadorias, aparelhos RCV Victos e Vitrolas, onde durante o

⁵⁶ Os entrevistados da pesquisa de Gomes e Rodrigues (2016) são identificados pela denominação de “Informante”, no caso do número 2, tinha 81 anos, diretor artístico e jornalista da REN/Rádio Poti.

fim de 1930 e começo dos anos 1940, criou um processo adaptativo da população com o rádio, fazendo demonstrações dos rádios em locais públicos como a sorveteria que servia de ponto de encontro no centro da cidade e na praça Pedro Velho com concentração da parte nova e moderna da cidade, como já citado aqui.

A Rádio Educadora de Natal teve seu estatuto aprovado em 11 de março de 1940, e a concessão pelo Ministério de Obras e Viação dado em 16 de maio de 1941, entrando efetivamente ao ar em 29 de novembro de 1941. Era composta por vários acionistas, o principal deles Carlos Faracha, tendo outros nomes importantes como o prefeito de Natal à época, Gentil Ferreira de Souza e Câmara Cascudo (GOMES; RODRIGUES, 2016).

Pode-se perceber a possibilidade do natalense ao acesso à informação no decorrer das ondas sonoras, que foi um veículo de comunicação cotidiana que durante a guerra, além das notícias sobre os acontecimentos, era responsável pela difusão dos ideais norte-americanos, levando em consideração as configurações de “boa vizinhança” que era assumida principalmente depois da declaração de guerra do Brasil ao Eixo. Além disso, o uso do rádio era registrado; havia um controle de sua operacionalização, como mostrou o jornal *A República*, no dia 28 de março de 1943, que anunciava prazo até 1º de abril para renovar o registro e evitar que fossem apreendidos.

No que tange à informação impressa, havia a emergência da imprensa na cidade que se apresentava como proposta de conduzir ao saber ler, ao gosto pela literatura, com a meta de ser uma cidade que aspirava a civilização e aos homens cultos. Cada jornal que surgiu desde a primeira república se apresentava uma proposta de finalidade ideológica (SILVA, 2014).

Os jornais serviam como modo de demonstrar nuances escolhidas no cotidiano da cidade. Podemos situar três jornais de maior circulação, impacto e propaganda política, o *A República* (1889), *O Diário* (1939) e *A Ordem* (1935) – esse também responsável pela disseminação de informações de cunho religioso; esse temo papel de difundir informação e ideias, buscando o próprio capital econômico e os benefícios de manutenção social.

Segundo Leirias (2016), o jornal *A Ordem* no Rio Grande do Norte era oriundo da produção do *A Ordem* e de sua revista no lócus da produção de pensamento católico na capital Rio de Janeiro; responsável pela formação da identidade católica dessa cidade e desse estado, é o cerne da discussão do integralismo, anticomunismo e catolicismo, principalmente durante toda década de 1930; a formulação de seus conteúdos informacionais traduziam o que queria a Diocese.

Todos os membros responsáveis pela produção do jornal *A Ordem* eram membros da Ação Integralista. Podemos afirmar que coube a produção do pensamento católico a participação dos seus membros no integralismo no estado. Podemos apontar que a imprensa integralista se utilizava do jornal *A República*, órgão oficial do estado, para a disseminação e propaganda do integralismo. Após o surgimento do jornal *A Ordem* não se verificou mais a permanência atuante das ideias integralistas e de seus intelectuais no jornal *A República*, e o jornal católico passou ser o porta-voz do integralismo norte-rio-

grandense e, ao mesmo tempo, o divulgador do pensamento católico nacional. (LEIRIAS, 2016, p. 123).

Com o notável desenvolvimento das comunicações, a cidade saiu cada vez mais do isolamento. O Diário surgiu em 1939, fundado por Rui Paiva e Rivaldo Pinheiro, com função de noticiar a guerra; era redigido, composto e impresso nas instalações do *A República*. Foi vendido ao Rui Moreira em 1945; período depois passou a fazer parte aos Diários Associados⁵⁷, virando em 1947 o Diário de Natal, assim como a Rádio Educadora (MELO, 2015; AVELINE, 2006; SMITH JR, 1992).

Com uma maior consolidação da base norte-americana, um jornal chamado *Foreign Ferry News* começou a circular em língua inglesa com informações relativas e importantes à vivência dos soldados norte-americanos naquele espaço, segundo Pedreira (2012) com funcionamento entre maio de 1943 a maio de 1945. Melo (2015, p. 45) traz a fala de Waldemar Araújo – conhecido como Waldemar Praeiro, ex-secretário do *A República*: “Esse jornal era composto e impresso lá na República mesmo. Os americanos traziam as matérias e nós fazíamos as composições nos linotipos, a paginação, a revisão e a impressão”.

Até então, esta pesquisa só encontrou em Melo (2015) a indicação que havia outro jornal na base, chamado de *The Sar'd Weekly Post*, uma publicação semanal, com artigos sobre esforço

⁵⁷ Fundado por Assis Chateaubriand, grande nome da comunicação no Brasil, os diários associados durante 1930 e 1940, tinha o monopólio da mídia, em nome do seu fundador, esteve grande parte do governo Vargas como grande apoiador, o que mantinha seus meios de comunicação um pouco mais a salvo das medidas que poderiam ser tomadas por o DIP.

de guerra, atividades normais da base às relações entre Brasil e Estados Unidos, crônicas e outras colaborações, tendo sua última edição em janeiro de 1946 (v. 1, n. 23) como uma espécie de despedida, já que segundo Smith Jr (1992), foi apenas ao fim de 1946 que a base norte-americana foi desmontada e parte do contingente de guerra foi recolhido de Natal.

Claramente, haviam outras fontes de informações cotidianas; o cinema também pode ser citado como uma delas, por ser usado tanto como ferramenta de entretenimento social, como algo que era regular ao Estado Novo – a produção de filmes com propaganda política. Já Pedreira (2012), Smith Jr (1992) e Melo (2015) tornam claro que os filmes norte-americanos eram famosos antes mesmo da convivência com os americanos. Porém, com estes pela cidade, tornou-se mais emitente a influência do estilo de vida idealístico criado na América do Norte, de *glamour*, liberdade econômica e consumo.

[...] tanto os filmes de ficção quanto os documentários desempenhavam o papel de difusores culturais e ideológicos. Isso pode ser exemplificado pela seção "Arte e Diversão", do jornal "A República", em 1943, que trazia informações sobre os filmes em cartaz. O Cine Royal anuncia "*uma comédia gozadíssima a que ninguém resistirá*" – "*3 marinheiros na chuva*", "*uma 'farça' (sic) anti-nazista*". Já o cinema "Rex" anunciava o filme "*Confissões de um espião nazista*". A propaganda do filme demonstrava todo o ódio pelos integrantes da "*quinta coluna*", com dizeres do tipo *o filme que Hitler adoraria destruir, que sabe você dos perigos que rondam o seu lar?, o filme que prepara o cidadão para*

defender o país contra os quinta coluna.
(AVELINO, 2006, p. 60).

Nenhuma dessas fontes estava imune ao controle do Estado Novo. Em 1943, um setor de censura foi designado para a base em Parnamirim e Natal já havia um serviço desse, que se limitava à comunicação no Brasil, com as informações internacionais submetidas a Recife ou Rio de Janeiro para aprovação. As comunicações telegráficas que chegavam para a imprensa eram subordinadas à prévia aprovação de Edilson Varela, diretor da parte de Serviços da Imprensa e Propaganda locais e também diretor do jornal *A República*; por conseguinte era feita a divulgação (SMITH JR, 1992).

Havia ainda a censura a telegramas; aqueles que circulavam dentro do Brasil eram censurados durante o dia por Mario Melo, e à noite por funcionários encarregados da Companhia Nacional de Telégrafos. A *Western Union* – empresa americana que oferecia serviço de telégrafos – só enviava seus telegramas com prévia censura e aprovação dos mesmos (SMITH JR, 1992). Assim, percebemos como o controle da informação vai sendo exercido em Natal.

Observa-se, assim, como efetivamente o trâmite dessas informações cotidianas pelos meios de comunicação também sofria com algumas questões: o acesso intelectual pela leitura, o econômico no financeiro, em poder adquirir os meios de se informar e o terceiro que irradiavam no controle do Estado, o que já deixa claro ao analisar as percepções da fonte escolhida neste trabalho.

O efeito provável de toda propaganda era limitado, uma vez que os brasileiros eram patrióticos de qualquer maneira. Havia somente uma pequena porcentagem que

possuía rádio ou podia ler jornal. Contudo, isso provavelmente ajudou, indiretamente, a consolidar a opinião brasileira e também ajudou a fortalecer as relações brasileiro-americanas. (SMITH JR, 1992, p. 110).

O contexto torna perceptível a estruturação dessas mídias para a circulação de informação, sendo o provável limite dos efeitos que eram buscados, controlados e sem efetividade total pelas questões sociais de acesso já elencadas por Smith Jr (1992).

“A TRABALHO DO ESTADO”: O JORNAL A REPÚBLICA COMO FONTE DE INFORMAÇÃO COTIDIANA

Foi lançado em 1889 e em pouco tempo se tornou o órgão oficial do governo republicano, mesmo sendo parte no seu início do órgão partidário privado, que se aproveitou da circunstância do seu fundador e diretor estar no poder – Pedro Velho Albuquerque Maranhão, primeiro governador do Rio Grande do Norte – para negociar seu favorecimento, o jogo de interesse que incorporou o jornal ao patrimônio do Estado.

“[...] desde o início incluía na primeira página a “Parte Oficial” e os “Atos Oficiais”, com seções e colunas específicas: “Tesouro”, “Polícia”, “Instrução Pública”, “Editais”. Eram publicadas sempre as mensagens anuais dos Presidentes da Província (ou Governadores do Estado).” (FERNANDES, 2006, p. 71).

Lugares como a redação e tipografia desse jornal – e de outros da capital – eram comuns como ponto de conversas, formais e informais, da vida intelectual natalense, principalmente na Primeira República (SILVA, 2014). O próprio jornal a serviço do governo em seus primeiros anos da província era fixado ao lado da governadoria (ARRAIS, 2017), para dar acesso às informações daqueles que pudessem ler e entender sobre. A tarefa da sua história como jornal é construída em torno do servir o povo do Rio Grande do Norte; exemplo disso, já durante o primeiro período Vargas, está na decisão do Secretário Geral do Estado Aldo Fernandes Raposo de Melo, em mandar publicar “Boletim de Propaganda e Informações” noticiando assuntos administrativos (FERNANDES, 2006).

Silva (2014) expõe de forma generalizada como se estruturavam os jornais a partir da feitura das informações, organizada pelos intelectuais; também explicita como esse processo era feito até a década de 1930, onde os redatores exerciam várias funções na produção do periódico, desde a criação de textos, com contos, crônicas, prosas, romances e críticas literárias. Para o jornal *A República* não havia diferença dos outros, todos eram interligados por esses indivíduos que viviam em um conglomerado de uma pequena cidade, sempre fazendo menções entre si.

Durante a sua constituição e os quase 50 anos de existência, teve sua sede em diversos pontos entre os bairros da Cidade Alta e Ribeira: sua primeira redação na Rua Visconde do Uruguai, nº 6 – depois passaria a se chamar Rua Doutor Barata – já sua impressão acontecia na Rua da Conceição, nº 2,

com a tipografia de João Carlos Wanderley⁵⁸, que vende ao partido Republicano passando a ser sede e redação no mesmo endereço. Já ao fim de 1889, muda-se para Rua 13 de Maio, nº 51 – rua que depois passa a se chamar Frei Miguelinho, até ocupar o prédio na Av. Tavares de Lira.

Figura 24 – Sede do *A República* na Av. Tavares de Lira por Manoel Dantas.



Fonte: MIRANDA (1981, p. 32).

⁵⁸ Estabeleceu na cidade do Natal uma tipografia responsável por imprimir regularmente impressos intitulados *Gazeta do Rio Grande do Norte*, com os atos presidenciais da Província, Assembleia Legislativa Provincial, Tesouraria e outras repartições públicas provinciais. Em 1878, fundou a gazeta política *Correio de Natal*, com o objetivo de divulgar ideias do Partido Liberal, o que o destaca pelo começo da tipografia na capital. Assim, inicia-se a relação com Pedro Velho, que encomenda a impressão do *A República* para o emergente partido republicano, essa aproximação fez com que o *Correio de Natal* divulgasse a instalação do regime republicano. Posterior a isso, como dito, a oficina foi vendida para o surgimento oficial da tipografia do *A República* (SILVA, 2014).

Em 20 de março de 1931, mudou-se para o endereço definitivo, o prédio da Av. Junqueira Aires, 355, prédio que foi construído em 1895 por Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão. Em 1907, com o falecimento de Pedro Velho – fundador do jornal – o prédio foi vendido ao Estado, passando a sediar o jornal. Essa mudança de espaço permitiu uma ampliação técnica da sua produção, onde passou a publicar fotografias com mais regularidade.

Outra observação sobre as colocações ideológicas do jornal, vem de Fernandes (2006) que observou na epígrafe no cabeçalho do jornal, como se difundiu as mudanças de discurso, de 1933 a 1944 se escrevia “Órgão Oficial do Estado”, reprimindo a palavra “poderes” de anteriormente, especula-se uma forma de definir frente aos acontecimentos nacionais explicitados ao longo da pesquisa com o controle da imprensa pelo Estado.

Em 1928, dois redatores de nome e peso entraram para a produção: Aderbal França⁵⁹, que inaugurou o colunismo social no jornal, com a coluna “Vida Social” em 8 de junho, importante para os relatos cotidianos da cidade dessa data em diante – dos decurso das análises do jornal, percebemos que houve interrupções e silenciamentos quanto a essa coluna e seus relatos (FERNANDES, 2006).

O outro importante colaborador foi Câmara Cascudo, que em setembro do mesmo ano, iniciou um relatório de viagem científica e colaborações sobre a história do estado e da cidade. A década de 1930, marcada por um entusiasmo do jornal

⁵⁹ Figura da vida intelectual natalense, literato presente nos periódicos durante a geração 1894-1930, também parte da fundação associação de letras no Rio Grande do Norte (SILVA, 2014).

quanto ao Integralismo e publicando regularmente a coluna "Ação Integralista Brasileira" (FERNANDES, 2006). Não se pode deixar de perceber a influência desse intelectual na disseminação desse tipo de ideal voltado ao fascismo que o integralismo remontava no Brasil. Como colocado por Leirias (2006) em sua pesquisa, o surgimento do A Ordem transferiu esse discurso do *A República* para ele; o mesmo tinha como um dos porta-vozes Cascudo. Construiu também a coluna Acta Diurna, iniciada em 1938, uma das mais duradouras, fornecendo informações históricas, antropológicas e de Biblioteca – que eram comentários acerca de livros (FERNANDES, 2006).

Assim, o enquadramento da informação cotidiana era construído face aos acordos, o controle, a censura e os silenciamentos. Segundo Avelino (2003), houve durante todo o período da segunda guerra (1939-1945) três tipos e distintos enquadramentos noticiosos incorporados à feitura do jornal:

São elas: o discurso pró-germânico, quando da eclosão do conflito na Europa, uma vez que o Presidente Getúlio Vargas acabara de instaurar no Brasil a ditadura do Estado Novo, nos moldes do nazi-fascismo; o discurso da "neutralidade", caracterizado pela aproximação simultânea do Governo brasileiro com Estados Unidos e Alemanha; e, o discurso pró-americano ou anti-eixista, quando o Brasil rompe em definitivo com os países formadores da chamada Tríplice Aliança/Eixo, Alemanha, Itália e Japão, passando a integrar o bloco dos Aliados, liderado pelos Estados Unidos. (AVELINO, 2006, p. 11).

Assim como órgão oficial que se distancia das fontes que geram as informações, o jornal depende nesse período muito da Agência Nacional como fonte institucionalizada da época, o que criava sempre um silenciamento conveniente ou político proeminente de como os acontecimentos existiam. Isso se devia ao tempo que a agência demorava para falar sobre determinados tempos e sua distância de Natal, já que estava situada na capital.

A grande maioria delas era transmitida pela Agência Nacional e chegava à redação do jornal natalense via serviço telegráfico, o que obrigava a sua divulgação com um ou dois dias de atraso, porém, uma “notícia quente” para a época. (AVELINO, 2006, p. 86).

Com o DEIP dirigido por Edílson Varela⁶⁰, o mesmo também era diretor do jornal, Chefe de secretaria Valdemar Araujo e Chefe de serviços comerciais João Cirineu de Vasconcelos, a publicação acontecia de **terça a sábado** com oito páginas e aos **domingos** com 12 páginas, com assinaturas ao preço em cruzeiros anual de Cr\$ 60,00, semestral Cr\$ 36,00, número avulso Cr\$ 0,40 centavos. As assinaturas podiam ser feitas a qualquer dia, terminando o primeiro semestre em 30 de junho e o segundo em 31 de dezembro⁶¹.

Sofreu com algumas interrupções durante o recorte estudado aqui, devido a problemas técnicos ou crise de

⁶⁰ Passou a ser diretor da Imprensa Oficial em 1940 e, por conseguinte, se manteve no DEIP com as mudanças que aconteceram (FERNANDES, 2006).

⁶¹ Informações retiradas de jornais A República de 1943.

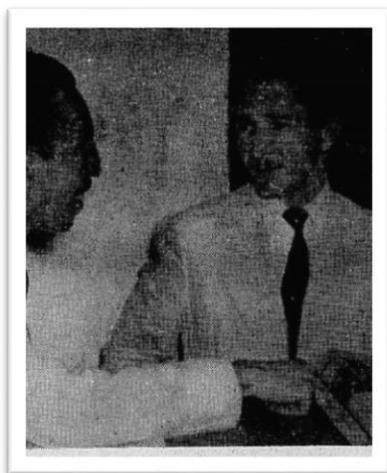
abastecimento de matéria prima. No jornal *A Manhã*, em uma quinta-feira, 1 de outubro de 1942, foi publicado no dia 30 do mês anterior, em consequência de haver se esgotado o estoque de papel, cessando temporariamente a circulação do *A República* e publicando apenas o anexo "Diário Oficial"⁶².

No mesmo jornal "*A Manhã*", na data de domingo, 4 de outubro do referido ano, Edílson Varella foi entrevistado por estar na cidade do Rio de Janeiro, falando sobre as realizações do interventor Rafael Fernandes, semana da pátria em Natal, Cruz Vermelha e Legião Brasileira de Assistência, Preparo da Reserva aérea e principalmente as atividades do DEIP; dizia a respeito da criação do departamento há cerca de um ano, sobre o *A República* ser o órgão oficial do Estado com mais de meio século de existência, e o perfeito entrosamento das atividades do jornal com o DIP; "As suas atividades são perfeitamente entrosadas dentro das atividades do D.I.P, a que estamos subordinados doutrinaria e tecnicamente".

Isso torna claro, como a regência desse jornal foi técnica e subordinada às ações advindas do DIP e Agência Nacional, obedecendo a maneira pela qual essas fontes de informação mantinham a gerência de informação cotidiana em todo território nacional, o que apaga por ora qualquer vivência contrária que o jornal tenha dito aos acontecimentos de guerra, neutralidade a participação do Brasil.

⁶² Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116408/17276>. Acesso em: 10 dez. 2018.

Figura 25 – Diretor do DEIP e Jornal *A República* em entrevista no Rio de Janeiro ao Jornal *A Manhã*.



Fonte: Jornal *A Manhã*.

Depois da criação do DEIP, o controle de informação em todos os meios se tornou mais efetiva, tendo Edílson Varella a frente disso, o qual procurava cumprir rigorosamente os mandos desses órgãos superiores, inclusive publicando notas e matérias entre 1942 e 1943 em crítica aos brasileiros – principalmente potiguares – que desligavam o rádio na hora de passar “n’A Hora do Brasil”, já que o seu patriotismo via como dever escutar e provar seu amor pelo país. Em mesma matéria para o *A Manhã*, disserta também sobre o programa estadual que durava 15 minutos e declarava os acontecimentos do Rio Grande do Norte, principalmente no âmbito econômico e funcionalismo das obrigações estaduais.

Dessa forma, podemos inferir e demonstrar os conteúdos que fazem a interseção entre as informações em meio às

categorias e seus sentidos, para perceber as vias de controle exercidas.

Categorias, sentidos e intencionalidades das informações cotidianas do *A República* (1941-1943)

Após uma análise desses períodos de transições estudados aqui, foi possível perceber que os conteúdos informacionais disseminados pelo jornal são agendados, obviamente, em determinações de controle do governo. Além disso, os acontecimentos cotidianos criaram moldes diferentes para como as informações eram produzidas e estruturadas dentro da lógica jornalística, como dito por Avelino (2006), parte dos enquadramentos de tempo, espaço e sujeitos.

Ao longo desses três anos estudados, os conteúdos informacionais acabaram sendo em grande medida os mesmos. Porém, a intensidade, a veracidade e forma que são colocados são variantes, isso também é um indício das fontes de informação usadas para construir o que vai ser noticiado. Tais informações ganham mais ou menos espaço de acordo com os silenciamentos orquestrados, assim como especificado por Xifra-Heras (1974) quando diz que a informação cotidiana não se define por seus conteúdos em si, mas pelas características que examinamos em seus sentidos e intencionalidades. Ganha-se uma maior riqueza informacional, mesmo que esta seja operada por meio do controle e com a limitação das escolhas dos órgãos de governo e dos sujeitos que fazem essa gestão.

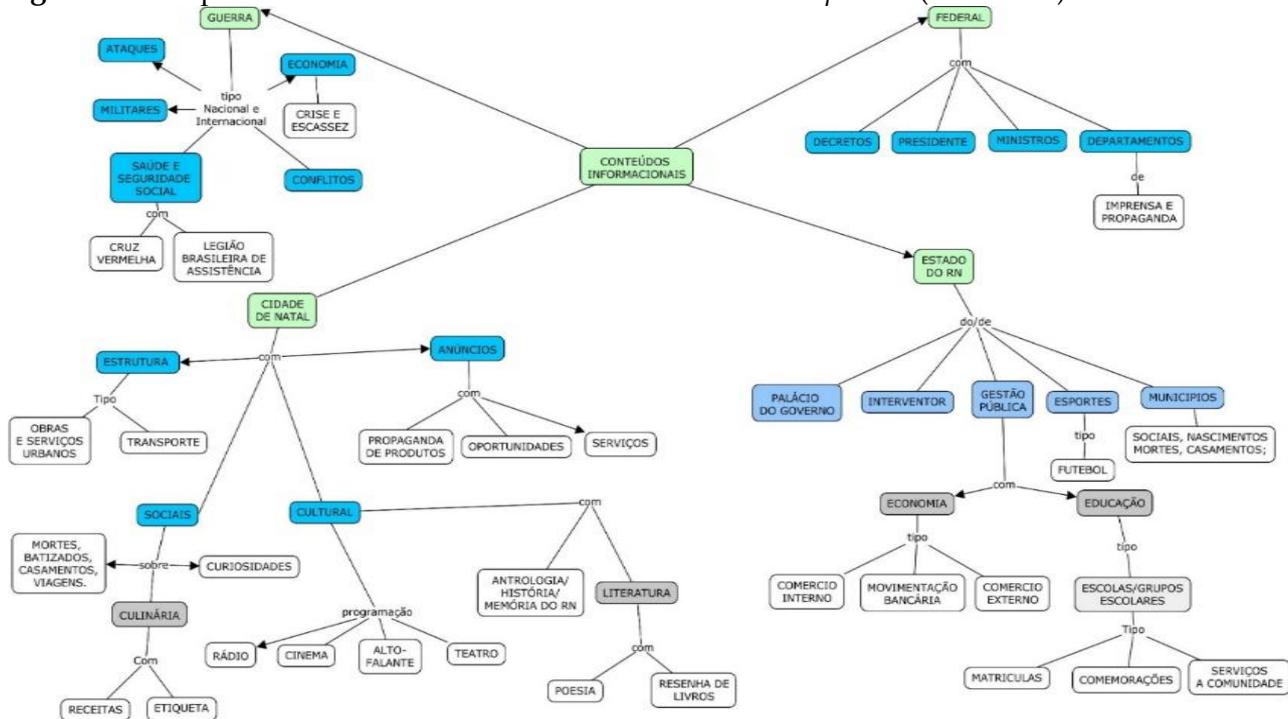
O funcionamento do DEIP, depois de sua criação, passou claramente a refletir na organização do periódico. A construção social da realidade foi colocada em diversas informações aqui analisadas, onde a monopolização da verdade pelo poder

estatal assume o agendamento da informação cotidiana. Assim, reitera-se, que nesse recorte temporal estudado, não se tratava de uma informação de interesse coletivo que deveria ser disseminada, mas sim, o Estado impondo o que deseja transmitir, opinar e esclarecer.

O mapa conceitual produzido a lume da técnica de caracterização de Bardin (2009) representa a grande maioria das informações e como se estruturavam dentro dessa maneira de informar:

Estado Novo no controle da informação cotidiana:
o caso da cidade de Natal (1941-1943) a partir do jornal "A República"

Figura 26 – Mapa conceitual – Estrutura Informacional do A República (1941-1943).



Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

O enquadramento informacional construído a partir dos conteúdos informacionais é elemento para a interpretação do discurso, formulado por vez, pelos produtores da informação – aqui identificados como o próprio Estado e por indivíduos elementares da política e intelectualidade da cidade, que não necessariamente ocupavam cargos dentro das diligências oficiais desse Estado – a construção de influência necessária para que a informação disseminada tivesse sua efetividade, ocorria com a orquestração do controle. Isso se liga ao que é dito por Gonçalves e Freire (2005) no processo interacional que operacionalizam as práticas da informação cotidiana.

Com uma das fontes de informações de maior circulação obedecendo esse silêncio mediante aos acontecimentos da neutralidade e do eminente interesse das áreas da cidade, pode-se afirmar que o controle da informação pelo Estado Novo era tanto essencial para sua sobrevivência como regime, quanto contraditória as suas práticas de organização pública.

Exemplo disso é como se mantinha ao mesmo tempo o discurso de neutralidade e o fortalecimento da política do Estado Novo. O *A República* publica como uma das matérias de capa uma entrevista dada por Afrânio de Melo Franco⁶³ – chanceler/diplomata do governo brasileiro – ao jornal *La Nación*, conhecido por seus conteúdos conservadores e dominado por setores militares e católicos, que atende e conversa, com o mesmo tipo de domínio exercido pela atuação governamental do Brasil. A tal matéria é enviada do Rio de Janeiro ao dia 25 de junho e é publicada em Natal no dia 27 do mesmo mês. O caráter da entrevista é de uma busca por tornar

⁶³ CPDOC/FGV. Disponível em:

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/afrani_o_de_melo_franco. Acesso em: 10 jan. 2019.

natural os acontecimentos nacionais e internacionais em que o Brasil estava se fecundando.

Na entrevista, ao falar sobre a Assembleia Pan-Americana de Lima, em dezembro de 1938, os chefes das delegações norte-americanas e brasileiras, a figura do entrevistado se destaca por ser um homem de “dignidade patriarcal que emana um perfeito equilíbrio moral e físico, com fisionomia inconfundível”, sendo esse um dos grandes representantes da América, presidente da Comissão Inter-Americana de Neutralidade.

Um personagem continental, um regime de força requer homens assim para justificar-se, mas eles, que necessitam o oxigênio das cousas jurídicas, se asfixiam sob as ditaduras e preferem afastar-se delas. Salvo aqui, no Brasil, onde Getúlio Vargas, espírito benigno e conciliador supremo, tem ao seu lado os juristas servindo ao novo Estado, rodeados do respeito nacional, como uma garantia a mais para o regime.

Ao analisar essa informação configurada na entrevista, torna-se perceptível a intenção de minimizar o teor truculento dos acontecimentos ditatoriais e de controle no Brasil, querendo discursar aos vizinhos da Argentina que tudo estava pautado na mais perfeita ordem mundial. Porém, sabemos que a partir da declaração na conferência de Havana foi votada a resolução que reprimia propaganda vinda do exterior que fosse contra as instituições nacionais das Repúblicas das Américas, já que isso parte dos requisitos de manter a soberania das repúblicas.

Lins (2017) torna claro em sua pesquisa a série de perseguições e censuras que os jornalistas internacionais sofriam no Brasil. Demonstra também, como se deu a relação

com os jornalistas que foram acolhidos pela Argentina logo após serem expulsos do Brasil, como John White correspondente do *The New York Times* na América Latina, quem o governo brasileiro pediu sua expulsão da Argentina e ainda conseguiu cumprir censura nas notícias que produzia em nível crítico ao Brasil.

Isso indica que tanto o teor do jornal que publicou entrevista na Argentina, como sua difusão no Brasil, passa pelo controle exercido pelo departamento específico para notícias internacionais do DIP. No momento em que se dão esses acontecimentos, ainda era de interesse manter as questões de neutralidade, pois como dito ainda na entrevista, os fundamentos doutrinários da neutralidade não tornam o outro passivo ou indiferente aos acontecidos; é que no Brasil não havia mais inspirações de democracia liberal, mas que também não se assemelhava aos regimes totalitários imperantes na Europa, e por isso não merecia receber tais críticas dos jornalistas internacionais como dito por Lins (2017).

Figura 27 – Domingo 27 de junho de 1941.



Fonte: Jornal A República.

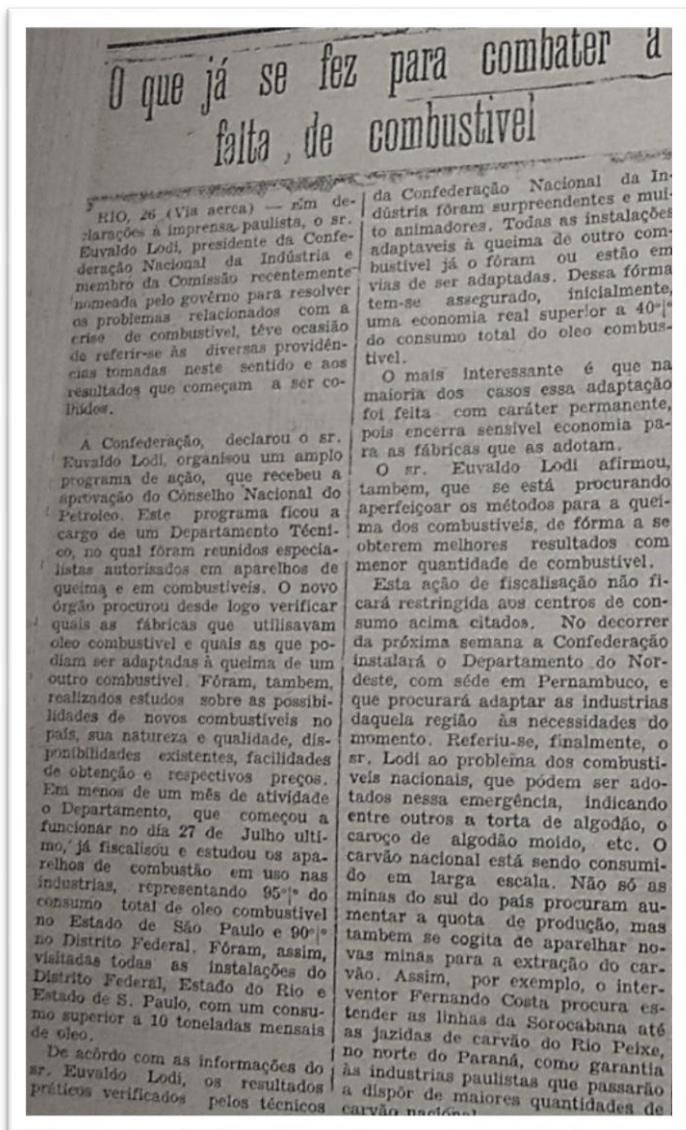
Assim, o Brasil se mantém um aliado do discurso internacional difundindo-o no âmbito nacional para dar veracidade às escolhas feitas. Tais escolhas são via de caso para o controle das informações internacionais, das quais existia registros de serem feitas antes mesmo da implantação do Estado Novo.

Com o recrudescimento da guerra na Europa, o Itamaraty necessitava trabalhar em duas frentes: manutenção do controle das notícias sobre o Brasil na imprensa, principalmente a dos EUA; e recebimento de informações sobre o andamento do conflito. Para tanto, foi montado um serviço de informações sobre a guerra, a partir dos principais artigos publicados na imprensa sobre o assunto, enviados semanalmente (via malote aéreo) da embaixada em Washington diretamente ao gabinete do ministro. Na verdade, o envio já era executado desde os primórdios do conflito mundial, porém, ao que parece, houve desencontro de informações, pois o embaixador enviava tais notícias ao secretário-geral do Itamaraty, que não as encaminhava ao ministro. (LINS, 2017, p. 17).

Como já dito, a maior parte do período de 1941 era ocupado no *A República*, pelo funcionalismo estadual, como as informações sobre economia, tributos do estado, entrada e saída de produtos e movimentações bancárias. Mostra disso é o valor das mercadorias e produções posto pela Recebedoria de Rendas Estaduais com dados de abril de 1941 (Figura 28).

O Estado Novo no controle da informação cotidiana:
o caso da cidade de Natal (1941-1943) a partir do jornal "A República"

Figura 29 – Domingo 31 de agosto de 1941.



Fonte: A República.

Sendo ocupada pelo funcionalismo estadual, as páginas contavam com grandes anúncios, que poderiam ser entendidos também como uma forma de silenciamento de autopreservação (ORLANDI, 1995). O calar é uma autopreservação dos acontecimentos, pois aquilo que não foi dito de tal forma pode ser argumentado como nunca tendo sido dito.

Os anúncios também tinham papel de gênero muito bem definido, os anúncios deliberadamente para homens e para mulheres, nisso, as mulheres entravam na categoria de anúncios para aparelhos domésticos, remédios, produtos de higiene pessoal, como sabonetes e talcos. Os homens tinham anúncios principalmente para remédios para força, produtos de barbear e carros. (COSTA, 2016, p. 44).

Em 1942, legalmente marcava-se as transições e a oficialidade do Brasil na guerra. Os interesses com os Estados Unidos já seguiam em maior acerto pelos princípios das Américas, e tornava-se mais pertinente escolher o lado aliado. **“Eis-nos mais unidos, mais irmãos e mais fortes”**, matéria publicada em Natal no dia 25 de janeiro de 1942, traz a notícia a partir da Agência Nacional, publicada no Rio de Janeiro no dia 24. Percebemos que essa é publicada com mais urgência, visto que como já dito aqui, as informações demoravam pelo menos dois dias entre a publicação na capital federal e Natal. Isso pode demonstrar uma urgência em esclarecer as medidas de decisão de escolher o lado aliado em vista da entrada do Brasil na guerra.

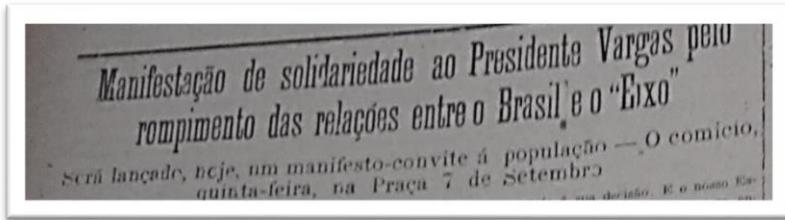
Em nível de importância, a Terceira Reunião de Consultas dos Ministros do Exterior das Repúblicas Americanas foi um

importante evento decisório para o rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo; esse rompimento se deu tanto pela pressão norte-americana pelo ataque sofrido em Pearl Harbor, como pela tensão que já vinha sendo exercida há muito por uma política de apoio mais acentuada à economia e ideais da República Norte-Americana. Isso fez com que a ruptura das relações comerciais e financeiras tornassem mais sólida a construção na base de Parnamirim, que passaria a ser noticiada e entrava para a realidade dos acontecimentos no cotidiano de Natal, já que, a partir disso, o dito arsenal de guerra se tornava efetivo.

Esses fatos intermediam toda sorte de informações sobre a relação Brasil e Estados Unidos, além da necessidade de força e apoio político das pessoas, pois em uma cidade como Natal, que estava a viver diretamente com os problemas cotidianos mínimos que a guerra podia trazer, para um local sem estrutura para isso, era necessário que a consciência coletiva estivesse pronta para suprimir minimamente os pormenores dessa relação entre os países.

Em 16 de fevereiro de 1942, o Jornal produziu uma matéria de capa em referência ao comício e expressão de solidariedade ao Presidente Vargas pelo rompimento de relações entre o Brasil e o Eixo. O comício na Praça 7 de Setembro foi organizado por uma comissão com nomes de relevância na sociedade potiguar como Djalma Marinho, João Medeiros Filho, Edgar Barbosa, Jessé Café, Silvio de Souza, José Gurgel, João Maria Furtado e os prof. Clementina Câmara, Rui Moreira Paiva, Zedar Perfeito da Silva, Anibal Calmon Costa, Arlindo Cavalcanti, e Pedro Barros Amorim.

Figura 30 – Notícia de 10 fevereiro de 1942.



Fonte: *A República*.

A partir disso, a produção de informações sobre as consequências de não escolha do Eixo se tornava mais evidente, bem como o controle das informações que agentes pudessem enviar para fora. Isso se dá em muito, por termos figuras como o próprio Câmara Cascudo como integralista, que fazia parte dos que escreveram para o jornal e apoiavam ideias que passaram a serem perseguidas.

Nesse cuidado de controle das informações que eram enviadas para fora, o chefe da polícia na capital federal Felinto Muller - como uma das figuras mais conhecidas pela repressão varguista - aparece junto à matéria da Agência Nacional no dia 27 de março no Rio de Janeiro (Figura 31) e no dia 29 de março em Natal, mostrando que foram descobertos quatro rádios emissoras que enviavam informações aos países do Eixo, com dados coletados por agentes nazistas. A última dessas informações diz respeito à saída de um navio nomeado por *Queen Mary*.

Torna-se forte a repressão de qualquer tipo de informação que trouxesse notícias positivas sobre o Eixo. Além da valorização do regime estadonovista era necessário manter esse controle do que as fontes diziam e de como produziam. Assim, via-se uma das novas informações em Natal, que alertava para a existência dos possíveis agentes. Como dito por Smith Jr

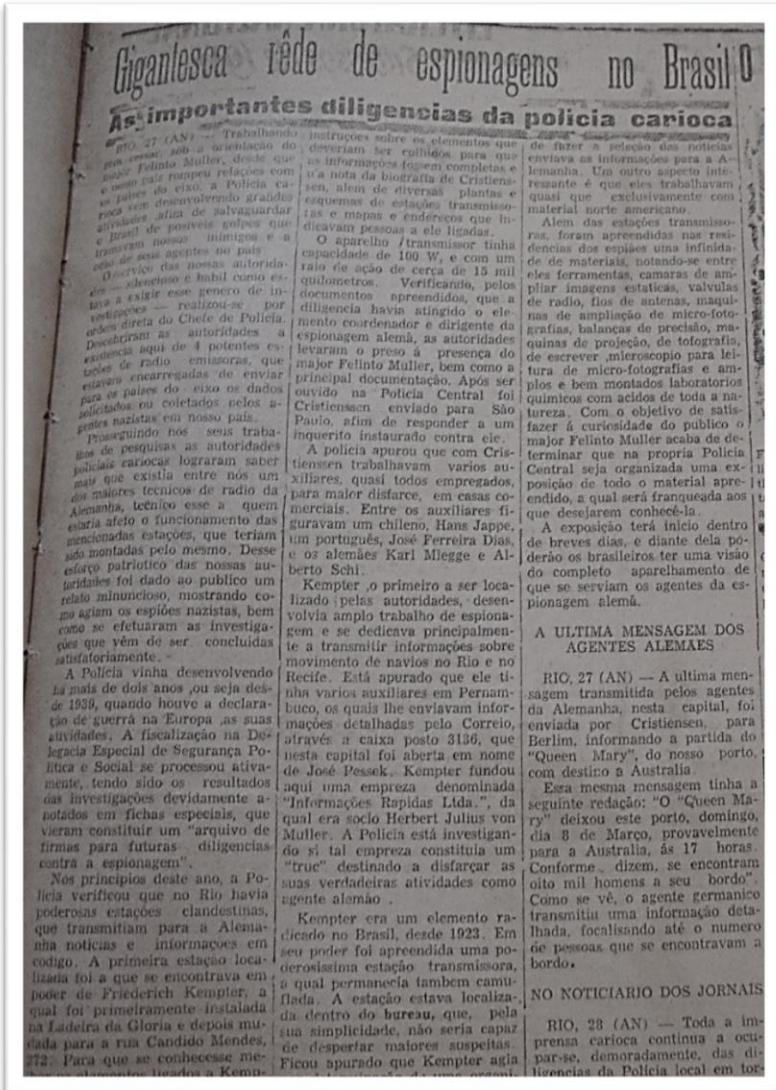
(1992), a repressão policial começa a aparecer e investigar os possíveis agentes do Eixo na cidade.

Nesse momento, começa a se seguir à risca o aparelhamento das informações vindas da Agência Nacional, que é também concomitante com a criação do DEIP no Rio Grande do Norte, dando um teor organizativo a essa aparelhagem do Estado Novo diante do controle informacional.

Natal, por outro lado, ganhava ainda mais representações de uma "cidade menina com ares de grande", pois, agora, o projeto de modernização ganhava sua maior forma e vigor, sendo "a antena receptora de todos os aviões que vem da Europa [...] todas as aeronaves da América do Sul e do Velho Mundo...", como dito no *A República*.

Com isso se seguia o agenciamento de ressaltar nas páginas do jornal as qualidades da cidade e do seu povo "[...] bom, inteligente e pacífico [...]" que aceitava de bom gosto as mudanças implementadas, o que poderia acontecer mediante a um ataque à cidade. Como dito por Pedreira (2015), não foi pela mão dos americanos e desses acontecimentos de guerra que a cidade adentra à dita modernidade. Infere-se aqui, a partir do que foi analisado, que essa afirmativa se confirma, porém, a visão criada de Natal na década de 1940 foi preponderante à memorialística dessa identidade potiguar cosmopolitana, docilizada e aberta ao outro.

Figura 31 – Domingo 27 de março de 1942.



Fonte: A República.

O Estado Novo no controle da informação cotidiana:
o caso da cidade de Natal (1941-1943) a partir do jornal "A República"

Figura 32 – Domingo 25 de janeiro de 1942.

SOCIAIS

O bom fan de cinema...

Quantos fans de cinema haverá em Natal? É uma pergunta que sai insensivelmente quando se assiste a uma saída de sessão do Rex. Porque só possuímos, em rigor, o Rex, no centro da cidade e o S. Pedro, no bairro do Alecrim. Entretanto, somos uma população pobre, e o preço das entradas não é para fazer fans... Eu, por exemplo, já frequentei muito cinema, quando era mais barato e pior. Depois, tornou-se melhor, porém mais difícil... Hoje, o Rex me dá um "permanente", mas deixei de ser fan...

* * *

Incontestavelmente, o cinema é um bom passatempo. Sempre instrutivo e útil. E podemos dizer que possuímos no Rex um grande e excelente cinema. Mas... quantos fans existem em Natal? Rigorosamente, os bons fans devem ser poucos. O bom fan, como o descreveu numa crônica dell'iana Vinicius de Moraes, fan carioso...

Diz ele que o bom fan "se reconhece pelo modo de entrar no cinema. Ele o faz com uma discreção de quem se sente inteiramente à vontade, pouco se lhe dando penetrar numa sala de projeção às escurtas ou às claras. O bom fan conhece todos os cinemas, sabe se dirigir para o bom lugar sem esbarrar em ninguém, sem provocar o menor disturbance, sem pisar no pé de

ninguém, sem desmanchar o penteado de nenhuma senhora".

* * *

Depois de considerá-lo no seu egoísmo, na sua comodidade, na sua ambição de estar sempre à vontade, e no desejo de assistir em paz o seu cinema, Vinicius de Moraes acrescenta:

"A intimidade do bom fan com a sala de projeção de qualquer cinema é uma coisa perfeita. Nunca, por exemplo, ele pedirá auxílio a um lanterninha para assisti-lo no seu lugar. Em duas ou três passadas seus olhos já veem no escuro, e ele segue as linhas naturais da corrente sem esbarrar em nenhum obstáculo. Ele também, em geral, espera o apagar das luzes para sair de cinema. O cinema nunca é um espetáculo para o bom fan. É uma necessidade diária, como almoçar e dormir. Dai a sua superioridade".

* * *

O cronista continua: "Para todo mundo o cinema é um divertimento. Para o fan é um exercício mental diário, independentemente da qualidade do filme. Ele o supre de todas as suas falhas, acrescentando-lhe com o seu conhecimento instintivo tudo o que lhe falta para ser um bom filme". E termina:

"Poucos sabem o que é ser fan. E participar sempre do cinema, amá-lo nos seus recursos, nas suas vicissitudes, nos seus erros. Quem nunca se divertiu com um filme cacete, esse não sabe o que é ser fan. O fan cria o movimento, essa é que é a verdade. Não é a camera quem vive, é ele, fan, disperso em closeups, shots e panoramas. Para ele, cinema representa, sempre, um descanso do espírito".

* * *

Está aí o que diz um bom fan de cinema do cinema e dos seus bons fans.

DANILO

NEM TODOS SABEM...

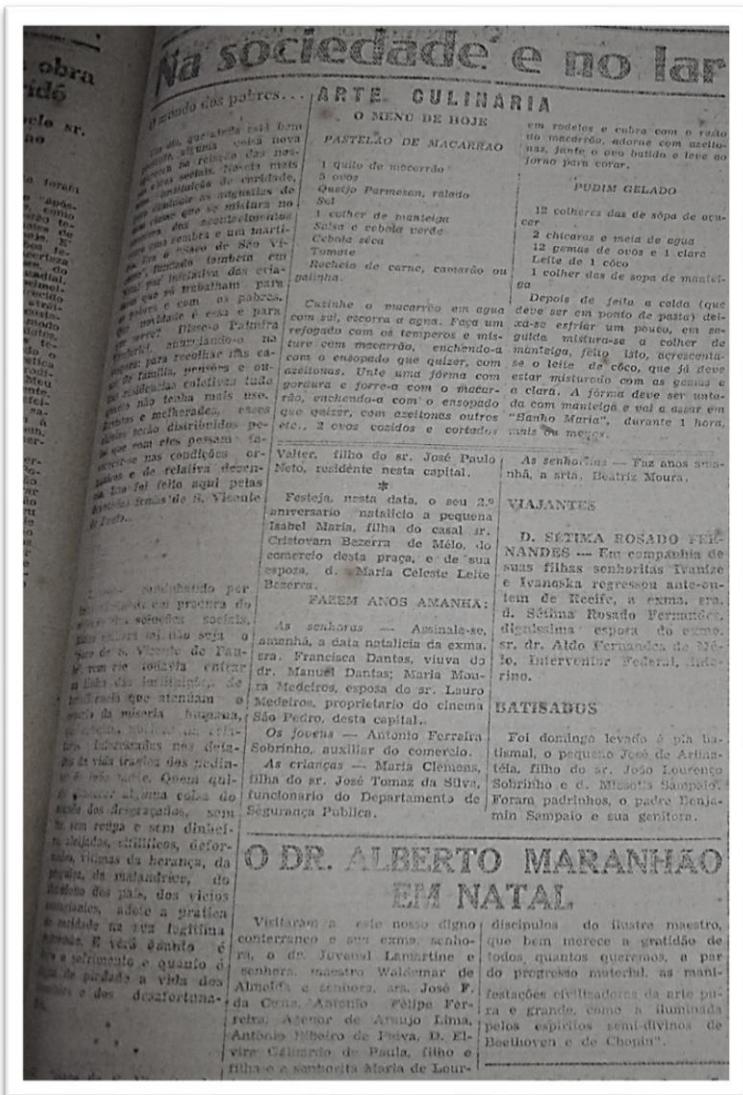
Fonte: A República.

As principais informações sobre os acontecimentos sociais estavam na coluna de Danilo, pseudônimo de Aderbal de França, que trazia as crônicas com riqueza de informações e referências sobre a cidade e as elites administrativas.

Nessa crônica, em especial, Danilo se indaga sobre “Quantos fãs de cinema haverá em Natal?”, já que a quantidade de cinemas para o tamanho da população da cidade era consideravelmente grande; mais ainda, continua dizendo “Entretanto, somos uma população pobre, e o preço das entradas não é para fazer fans...”, pois, para ele, segundo às ideias do também cronista de jornal Vinicius de Moraes, os bons fãs deveriam ser discretos e conhecedores de todos os cinemas, considerando o acesso que a maioria da população podia ter (Figura 32).

Em 1943 essa mesma coluna passa a se chamar “Na Sociedade e no Lar”, trazendo além das crônicas, aniversários, falecimentos, viagens e batizados, receitas e etiqueta social (Figura 33).

Figura 33 – Na Sociedade e no Lar – 28 de março de 1943.



Fonte: A República.

Em nível de vivências estaduais e dos municípios, informações recorrentes sobre os flagelados da seca. Em Mossoró, a situação era calamitosa. O estado mostrava que a "Campanha de assistência aos flagelados" (Figura 34) era administrada a todo tempo pelo Secretário Geral do Estado Aldo Fernandes, mas, as ruas de Mossoró e também da cidade de Natal, ficaram marcadas pela mendicância, o que torna nesse período um choque desse progresso que vinha do outro de fora com as mazelas sociais da seca assolando o Rio Grande do Norte com fome e miséria.

Figura 34 – Flagelados da Seca (1943).



Fonte: A República.

O intermédio dessas informações no estado estavam sempre se ligando com as ações do governo federal. Também se apresentavam com efetividade de custos do Estado, que com o forte apoio dado desde as escolhas de guerra, dava importância às ações econômicas para o Brasil, o qual precisava de armas e efetivo para guerrear e garantir a mínima proteção de seu próprio território.

A declaração de guerra dada em agosto foi distribuída como "urgentíssima" aos jornais, comunicando o Brasil sobre a solução de ataque à soberania nacional, que apresentaria medidas para as circunstâncias ao longo da semana. Ao lado do texto divulgado a imagem do presidente, que simbolicamente chama a atenção para o comunicado e com expressão séria, deixa evidente o teor de afirmação da honra do Brasil (Figura 35).

Figura 35 – Domingo 23 de agosto de 1942.



Fonte: *A República*.

O discurso sobre o momento é permeado pela mensagem de que os brasileiros e norte-rio-grandenses deveriam dar o esforço máximo ao bem da Pátria. O mesmo dito por Ferreira (2017) quanto ao esforço de guerra e ao patriotismo otimista. A visão que "Natal será uma das melhores bases do mundo",

notícia divulgada no *Correio da Noite*⁶⁴, com o regresso do almirante dos fuzileiros navais que servem no Rio Grande do Norte, afirmando a valorosa imagem que buscam entre “brasileiros e Yankees⁶⁵”. Ao ser indagado sobre a base:

- Ótima! A melhor possível. Natal, caso não esmoreça o influxo de progresso que ora recebe, será, dentro em breve, uma das melhores do mundo. Graças ao tino administrativo do sr. Ministro da Marinha, que tem emprestado o seu apoio tanto a Mato Grosso como a natal, é graças igualmente ao dinamismo do Almirante Ari Pareiras, que chefia a Comissão de Instalação da base naval e que não poupa esforços e sacrifícios no sentido de ampliar, construir e melhorar cada vez mais aquela base, podemos hoje nos orgulharmos de possuir uma organização aero-naval verdadeiramente eficiente.

⁶⁴ *Correio diário e vespertino* fundando em 1935, mantendo uma posição conservadora e estreitamente vinculado a Igreja católica; apesar de ter apoiado outra candidatura antes da instauração do Estado Novo, se manteve no pós, preocupado em noticiar e se aliou aos militares do Exército, ao qual disseminava informações de interesse desses.

⁶⁵ Referência gentílica muitas vezes utilizada para oriundos dos Estados Unidos da América.

O Estado Novo no controle da informação cotidiana:
o caso da cidade de Natal (1941-1943) a partir do jornal "A República"

Figura 36 – Bases militares (1943).



Fonte: A República.

Com isso, percebe-se que 1942 diversas informações que não estão mais operando em um modo de silenciamento. O panorama da guerra ganha relevância, pois é a partir dele que o esforço subsequente viria a fazer sentido. Ganhava-se a liberdade e honra do Brasil, como dito por Costa (2016), o cultural e social passam a fazer parte desse esforço.

Em 1943, o esforço de guerra passou a ser um conteúdo explícito em muitas edições do jornal. Era necessário manter o convencimento do Brasil na guerra. A agência nacional em constante noticiava sobre a 'Batalha de produção', inerente a todos os espaços do país, "Continua Empolgando os nordestinos"; noticiada em Recife e posteriormente em Natal, acompanha a ideia de vitória que essa campanha teria.

Figuras 37/38 – Esforço de Guerra (1943).



Fonte: *A República*.

Alguns problemas decorrentes da guerra foram a falta de papel e o controle dele efetuado pelo DIP. Um dos exportadores de papel para o Brasil era a Alemanha, que a partir dos cortes de acordos de 1942, acarretou em variados momentos de suspensão de publicação em diversos locais. Com isso, muitas vezes, o jornal e o Diário Oficial acabam não sendo publicados. Percebe-se também que os anúncios diminuem de quantidade e tamanho; imaginamos que seja dada às economias e esse discurso de crise sempre em evidência.

Figuras 39 – Anúncios sobre saída do *A República* (1943).



Fonte: *A República*.

Já em nível de educação ligado ao controle de informação nesse momento, as cartilhas escolares “Getúlio Vargas: O amigo das crianças” e “Getúlio Vargas para Crianças” foram

produzidas pelo DIP – com conteúdo em linguagem simples e de fácil acesso destinado a jovens e crianças – com narrativa e uma cronologia linear de acontecimentos (COSTA; SCMITZ; REMEDI, 2017). Girava em torno de argumentar o amor de Vargas pelas crianças em busca de formar personalidades que já acreditassem nesses princípios de obediência ao Estado.

Há mais notícias sobre educação em virtude do culto à figura de Vargas, como a solenidade do Grupo Escolar “Alberto Torres” no dia 19 de abril, em homenagem ao aniversário de Vargas, onde o jornalista Rivaldo Pinheiro, produz seguinte matéria:

Figura 40 – Vargas e as Crianças.



Fonte: A República.

A titularidade da matéria e o discurso construído em torno da história de Vargas, como um menino que se assemelha àquelas crianças, ao se tornar um homem, percebeu a pobreza do povo, visando que o país para ser poderoso precisava da riqueza de seus filhos, assim, fez todo esforço necessário para manter o território e salvá-lo dos ataques sofridos. Essa narrativa demonstra que até as informações de formação para crianças eram ideológicas e manipuladas para cumprir as funções do Estado Novo por meio da aparelhagem do DIP, que reforçava todos os acontecimentos em torno da figura do presidente.

Diante de toda essa autoridade do Estado Informacional (BRAMAN, 2011) controlando a produção e consumo, em toda centralização do poder nacionalista, como já dito, temos também uma matriz de gênero heterossexual masculinista (BUTLER, 2003). Toda a produção dessas informações no cotidiano do jornal é, em sua maioria, controlada por homens. A construção dessas relações de gênero durante o Estado Novo remete o olhar para o fato de que as instituições, em seu âmago, são genericadas, “ou seja, produzem-se, ou ‘engendram-se’, também a partir das relações de gênero” (LOURO, 2004, p. 25).

As estruturas informacionais dentro dessas relações levam as informações a marcadores claros do próprio sexismo da divisão de produção e disseminação da informação. Este fato é apresentado pela autora Ferreira (2016) em suas pesquisas sobre o período, a exemplo das que envolvem as informações produzidas para serem acessadas pelas mulheres brasileiras através de conteúdos informacionais de revistas ditas femininas, à época.

A performance de gênero imposta por uma ordem social-institucional, de práticas e discursos, leva os espaços de produção da informação também não serem inerentes às

mulheres. Um pouco mais de aceite no que era produzido e disseminado era visto no *A República* por meio da literatura com a figura de Palmeira Wanderley, a qual costumava atravessar as páginas desse jornal. Algumas outras ocorrências são correspondentes de países, onde as discussões sobre a mulher e o feminino se encontravam menos reprimidas, pois a estrutura do Estado Novo traz uma busca de voltar ao constante discurso da mulher ligada ao lar, aos cuidados e proteção.

Acerca da representação e produção de informação referente às mulheres, temos uma matéria sobre a aviadora Anésia Pinheiro Machado, produzida por Alice Rogers Hager, de *copyright* da agência norte-americana Inter-Americana. (Figura 43). Anésia cumpriu seu curso de aviação pela aeronáutica do Estados Unidos; é tratada como uma mulher fora das métricas sociais daquele período, principalmente para o ideal estadonovista, onde convivia até com a formação de um corpo de aviadoras para o serviço de transporte aéreo militar.

Entendemos o silenciamento desses espaços para e sobre as mulheres como parte de um sistema de representação, que implica entender que essas são representadas tanto do ponto de vista da produção da informação - para que elas possam ou não terem acesso - como a partir da informação produzida sobre elas, levando em consideração toda essa estrutura proibitiva e estatal.

O Estado Novo no controle da informação cotidiana:
o caso da cidade de Natal (1941-1943) a partir do jornal "A República"

Figura 41 – Aviadora Anésia Pinheiro Machado.



Fonte: A República.

Foi elencada aqui a análise das informações mais predominantes e preponderantes dentro das categorias observadas, evidenciando, assim, os silenciamentos mais preponderantes e as mudanças que alguns conteúdos informacionais sofreram na produção e disseminação desse período, trazendo um entendimento possível às intenções na formação e nos interesses que havia nos conteúdos informacionais.

Capítulo 5

ANCORAR EM NOVAS BASES

A conclusão deste trabalho torna esta exploração apenas “o começo do fim” das pesquisas baseadas nesse período e dessa cidade. Novas bases ainda precisam de ancoragem para um entendimento mais vasto dos acontecimentos inerentes à Segunda Guerra no Brasil.

Percebemos que uma série de fatores marcam a construção de uma realidade para a cidade de Natal; as formas de usar as palavras para criar uma ideologia (FOCAULT, 1996) traz as **feituras** da verdade, tornando os agendamentos sociais inerentes às escolhas das informações nos caminhos feitos dentro do Departamento de Imprensa do Estado, categorizados aqui no Mapa (Figura 1) caminho de controle da informação.

Por ser uma pesquisa descritiva (SAMPIERI, 2006), foi realizado o percurso de descrever o fenômeno informacional estudado através dos objetivos na análise hermenêutica-dialética (MINAYO, 1996) e da interpretação dos processos sociais e expressões de conhecimento através da multiplicidade da informação no cotidiano.

A hipótese de que novos tipos de informação adentrariam o cotidiano da cidade não foi totalmente confirmada, pois percebeu-se que, na verdade, as mudanças foram pouco significativas. Como visto em pesquisa anterior de Costa (2016) em análise comparativa de 1941-1942, foram identificadas mudanças das informações entre o primeiro e o segundo semestre de 1941, que perdura para 1942-1943. Porém, essas mudanças são advindas da estrutura de 1941, que atendia mais especificamente as informações sobre funcionalismo do Estado.

Isso traz a percepção de que, a partir das decisões das relações públicas e internacionais quanto à guerra, se tornou permitida maior disseminação sobre determinados tipos de conteúdo que fossem além do funcionamento do Estado quanto à implementação de sua gestão pública.

É possível supor ainda que o silenciamento sobre as informações de acontecidos da guerra foram imperceptíveis aos cidadãos de como aquilo poderia afetar a vida cotidiana da cidade. Isso os manteve o mais longe possível desses conteúdos possibilitando um maior controle social, um dos pontos mais almejados da nação que estava gradativamente buscando se formar pelo Estado Novo.

Através dos limites de enquadramento da memória (POLLAK, 1989), o uso documental do *corpus* do Jornal *A República* tornou evidente a confirmação que as evidências memorialísticas informacionais são de produção do Estado Informacional (BRAMAN, 2006) e de grupos políticos e intelectuais.

As mudanças apontadas aqui são preponderantes para um novo olhar sobre as pesquisas relacionadas à Natal e à Segunda Guerra, já que em Smith Jr (1992), Pedreira (2012) e Costa (2015) há predominante uso desse periódico como fonte, porém, muitas vezes, não se torna perceptível como a formulação dessas informações, por sua produção, uso e disseminação, é parte necessária de entendimento dos acontecimentos e da temporalidade que estavam circundados.

Apesar de trabalhos como o de Avelino (2006) tratarem também do silenciamento na construção social da realidade do jornal *A República*, em mesma data e mesma temporalidade, não foi encontrado, em busca contínua dos últimos anos de pesquisa (2015-2019), outro que trouxesse essa estruturação de como os domínios dos órgãos do Estado Novo estiveram

agindo na cidade de Natal e, por consequência, no estado do Rio Grande do Norte, colocando em questão a principal fonte de informação do Estado para essa localidade.

Temos, por fim, o ano de 1943 que é revelador para chegarmos à categorização das informações de tal forma representadas na Figura 26 do Mapa Conceitual II, tentando informar por meio dessa fonte do governo, com conteúdos, por exemplo, inerentes à educação do RN – essa dividida diretamente às escolas e grupos escolares, capaz de percebermos uma maior preocupação na educação, reflexo de um ministro da educação – Gustavo Capanema – porém, como citado, a educação estava sendo mais discutida para o uso das ideologias do Estado, com uma formação moral e cívica de excelência.

Já quando falamos de notícias sobre a guerra, tudo acontecia sobre a régua de escolhas confidenciais; à medida que isso vai acontecendo, as informações continuam sendo moldadas apenas ao que se deveria saber dentro dos trâmites mínimos, o que deixa em evidência social, ao fim, que o acesso e uso dessas informações tinham claramente o entrave do controle e de como poderia ser acessada.

Dessa forma, faz parte dos estudos de informação entender que o acesso possibilita o poder, tanto econômico, político e social. Porém, são os detentores desse poder, grupos hegemônicos, que controlam o seu acesso, produção e disseminação, que são capazes de determinar o que é interessante que se torne público. Com esses preceitos, há questões relevantes às barreiras de acesso e interpretação. Pêcheux (1997), ao falar sobre a leitura, que dá o direito à interpretação como um privilégio, um monopólio, criando poderes para gerir a memória coletiva – bem como a informação cotidiana que irá, por conseguinte, constituir a coletividade de memórias (HALBWACHS, 1990).

Assim, analisou-se como se deu o fenômeno da informação cotidiana na cidade estudada, trazendo ao mesmo tempo a estrutura maior a esses acontecidos pelo Estado Novo e categorizando-a. Ao encontrar sentidos e intencionalidades desses conteúdos informacionais memorialísticos, foi possível indicar como se deu a cultura informacional a partir dos substratos de *para quem* e *como era* produzida na fonte de informação cotidiana.

Por isso tudo, entende-se que Xifra-Heras (1974) ao falar em atualidade, notoriedade, interesse geral, universalidade e periodicidade, criou uma estrutura pragmática de representação da informação cotidiana, a qual pode ser interpretada também dentro do controle de informação. Tal controle faz com que toda a produção, perpassando por esses quesitos citados, possa ser moldada de acordo com a vigência de tutelas. Aqui percebe-se a tutela do Estado Novo e de sua ideologia empregada por meio de órgãos de informação e comunicação.

O regime de verdade estabelecido permite que códigos culturais que permeiam o discurso da sociedade definam o que deve ser dito e como deve ser dito, ou como deve ser calado, bem como, aquilo deve ser tomado por verdadeiro (FOUCAULT, 1996). Com as fontes de informação manipuladas, a triagem se articula e usa o benefício do poder da informação, aproximando-se daquilo que lhe parece conjunto do teor de suas feitura. Percebeu-se que o periódico *A República* retirava informações para disseminação, em sua maioria, por conservadores ligados à Igreja católica, assim como o mesmo sempre foi.

Ainda é pertinente ressaltar, que os problemas sociais já abordados de uma população pobre e sem acesso à informação, quando a mesma o tinha era por meio de dispositivos e mídias

bem restritos. Esses dispositivos, ao serem representados, posteriormente são colocados tantas vezes como uma hegemonia de brancos e que ornavam em tom de raça com os visitantes que em Natal estavam. O modelo cinematográfico disso encontramos no filme *For All – O trampolim para a vitória*, que situa Natal como uma grande festividade em meio ao apagamento dos que vivem à margem, argumento esse também afirmado por Ferreira (2017).

Figura 42 – Mulheres/meninas locais e soldados norte-americanos na icônica praia de Ponta Negra.



Fonte: Tok de História (2014)⁶⁶.

No meio desses acontecimentos, há ainda um conjunto de vivências e experiências sob o estado de guerra: os racionamentos, os esforços de trabalhadores nas fábricas, a falta de combustível, a “batalha da borracha” e os blecautes. Ferreira

⁶⁶ Disponível em: <https://tokdehistoria.com.br/2014/06/23/fotos-coloridas-dos-americanos-em-natal-durante-a-segunda-guerra-mundial/>. Acessado em: 31 jan. 2019.

(2017) reitera que pouco se valoriza o estudo desse íterim na história nacional, como diz “A Segunda Guerra Mundial parece ser evento distante no tempo e no espaço e que pouco afetou o Brasil e o cotidiano dos brasileiros.” (FERREIRA, 2017, p. 108). Aliando isso às questões informacionais, a visibilidade de pesquisas se torna ainda maior, pois ainda temos um déficit dos estudos do nosso Estado Informacional (BRAMAN, 2006), a partir dos nossos recursos memorialísticos assinalados pela mesma, como necessários para forma que nossas democracias possam continuar a existir.

O esforço de relevância que mostramos neste livro explicita mais dados dos meandros de informação em Natal anterior à maior parte de relevância que se tem nos estudos da informação e das bibliotecas públicas. Nesses estudos se pode explicar a partir de agora – com dados produzidos na própria Ciência da Informação –, a existência desses percursos que pressupunha um maior acesso à informação pelos sujeito(a)s, mostrados até mesmo por um acentuado acesso à educação e à convivência com outras línguas, que despertou no social, a necessidade de aprendizagem para a troca em diversos níveis.

Por fim, não encerramos aqui as necessidades e os estímulos de estudos sobre informação cotidiana na Ciência da Informação, por desejo de expandir esse entendimento inerente àquilo que vivenciamos hoje com os diversos tipos de redes e comunicações em meio digital. Não deixa de ser imprescindível também a continuidade nos estudos sobre cultura informacional da cidade de Natal. Em momento oportuno em que possamos ter acesso ao material necessário para completar o entendimento sobre todos os anos da Segunda Guerra Mundial – até 1945 mundialmente e, que em Natal, o arsenal de guerra norte-americano se despede ao fim de 1946 (SMITH JR, 1992).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 2009.

ALMEIDA, Daniela Pereira dos Reis de; ANTONIO, Deise Maria; BOCCATO, Vera Regina Casari; GONÇALVES, Maria Carolina; RAMALHO, Rogério Aparecido Sá. Paradigmas Contemporâneos da Ciência da Informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 16-27, jan. 2007.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, p. 21-27, dez. 2003.

ARAÚJO, Magna Rafaela Gomes de. **A cidade como altar: discursos, templo e festa de Nossa Senhora da Apresentação na produção de identidade para a cidade do Natal, 1910-1939**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

ARAÚJO, Nelton. Imprensa e poder nos anos 1930: uma análise historiográfica. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 4., 2008, Niterói. **Anais eletrônicos** [...]. Niterói, RJ: UFF, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000157&pid=S0104-8775201400010001200016&lng=pt. Acesso em: 05 maio 2020.

ARRAIS, Raimundo. A cidade, o todo e as partes. *In*: ARRAIS, Raimundo (Org.). **A Terra, os homens e os sonhos: a cidade de Natal no início do século XX**. Natal: Sebo Vermelho, 2017.

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ARISTÓTELES. **Parva naturalia**. São Paulo: EDIPRO, 2012.

- ASSIS, Machado. **Bons dias!** (Crônicas 1888-1889). Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Hucitec, 1990.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.
- AVELINO, Carmem Daniella Spínola da Hora. **O silenciamento no texto jornalístico e a construção social da realidade.** 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Linguística Aplicada, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2009.
- BARRETO, Ângela Maria. Memória e sociedade contemporânea: apontando tendências. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 161-172, jul./dez. 2007.
- BAUER, Martin. Análise de Conteúdo Clássica: Uma revisão. *In:* BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto:** imagem e som, um manual prático. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. Cap. 8. p. 189-217.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa e Estado Novo: relações ambíguas e o público como massa. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília. **Anais eletrônicos [...].** Brasília: UnB, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1017-1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- BARROS, José d'Assunção. **O campo da história:** especialidades e abordagens. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado: Gênese e estrutura do campo burocrático. *In:* BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- BRAMAN, Sandra. Defining Information Policy. **Journal of Information Policy**, v. 1, p. 1-5, 2011,

BRAMAN, Sandra. Information policy and power in the information State. *In*: BRAMAN, Sandra. **Chance of State**. Cambridge, MA: MIT Press, 2006. p. 313-328.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. **Decreto-lei nº 10.358 de 31 de agosto de 1942**. Declara estado de guerra em todo o território nacional. Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D10358.htm. Acesso em: 08 maio 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.915 de 27 de dezembro de 1939**. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1939. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De11915.htm. Acesso em: 08 maio 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.637 de 31 de agosto de 1942**. Estabelece normas especiais a serem observadas pelas entidades sindicais enquanto durar o estado de guerra e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4637-31-agosto-1942-414547-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08 maio 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. *In*: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ENANCIB, 2003.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O Conceito de Informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

COSTA, Fernanda Carla da Silva. **Uma cidade entre fluxos: Natal e as informações cotidianas no Jornal "A República" (1941-1942)**. 2016. 67f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia), Departamento de Ciência da informação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

COSTA, Josimey. **A palavra sobreposta: imagens contemporâneas da Segunda Guerra em Natal**. Natal: EDUFRN, 2015.

COSTA, Miguel Ângelo Silva da; SCHMITZ, Zenaide Inês; REMEDI, José Martinho Rodrigues. Cartilhas escolares e doutrinação infantil no contexto do Estado Novo (1937-1945). **Educação Unisinos**, v. 21, n. 64, p 252-264, maio/ago. 2017.

DALCIN, Jessica Freire; LIMA, Monique Maia de; BARROS, Yasmênia Evelyn Monteiro de Barros. Cabarés em Natal: do esplendor do cabaré de Maria Boa ao ostracismo do Beco da Quarentena (1942-1950). In: ENCONTRO ESTADUAL HISTÓRIA ANPUH/RN, 9., 2012, Natal. **Anais [...]**, Natal: EDUFRN, 2012.

DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco; GONDAR, Jô. Apresentação. **Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 15, p. 11-16, 2016. Edição especial.

DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FERNANDES, Anchieta. **História da Imprensa Oficial do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2006.

FERRAZ, Francisco Cesar Ferraz. **Os brasileiros a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FERRAZ, Francisco Cesar Alves. Considerações historiográficas sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial: balanço

da produção bibliográfica e suas tendências. **Esboços: histórias em contextos globais**, n. 34, v. 22, p. 207-232, jul. 2015.

FERREIRA, Jorge. Brasil, 1942: Estado e sociedade contra o reich. **Acervo: revista do Arquivo Nacional**, v. 30, n. 2, p. 89-109, jul/dez. 2017.

FERREIRA, Vívian Marcello. Vozes femininas na FON-FON: o que dizem as mulheres? *In*: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 7., 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPUH, 2016.

FERNANDES, Gabriela. Entre a Cidade Nova e a Cidade das Lágrimas. *In*: ARRAIS, Raimundo (Org.). **A Terra, os homens e os sonhos: a cidade de Natal no início do século XX**. Natal: Sebo Vermelho, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências: Introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalho**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. Saia justa, salto sete: o Estado Novo comemora os 50 anos da República. **Acervo: revista do Arquivo Nacional**, v. 30, n. 2, p. 49-70, jul/dez. 2017.

GOMES, Adriano Lopes; RODRIGUES, Edivânio Duarte. **Rádio e Memória: as narrativas orais na reconstituição da história da Rádio Poti**. Natal: EDUFRN, 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Dos estudos sociais da informação ao estudo do social desde o ponto de vista da informação. *In*: AQUINO, Mirian De Albuquerque (Org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. 2. ed. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2011.

GONÇALVES, Eveline Filgueiras; FREIRE, Bernardina Maria Juvenal. Construção da informação cotidiana: um olhar sobre o foco do fazer jornalístico. **Biblionline**, v. 1, n. 1, p. 1-27, jan/jun. 2005.

GONDAR, Jô. Cinco Preposições sobre a memória social. **Revistas Morpheus: estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 15, p. 19-40, 2016. Edição especial.

GONZALEZ, Marcos. **Metáforas da Informação cotidiana**. [200-]. Seção Memórias Científicas Originais. Disponível em: <https://docplayer.com.br/2219171-Metaforas-da-informacao-cotidiana-por-marcos-gonzalez.html>. Acesso em: 08 maio 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

HARTOG, François. **Evidência da história: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

HELLER, Agnes. **Cotidiano e História**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **Vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEIRIAS, Daniela Araújo. **“Louvado seja o Santíssimo Sacramento”**: o anticomunismo católico e a formação da identidade e da espacialidade norte-rio-grandense (1934-1937). Mestrado (Dissertação em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

LINS, Lindercy Francisco Tomé de Souza. **“O lobo, mesmo com capa de monge, ainda assim está à espreita das ovelhas”**: censura e

perseguição a jornalistas estrangeiros no governo Vargas (1930-1945). **Acervo: revista do Arquivo Nacional**, n. 2, v. 30, p. 110-125, 2017.

MARTELETO, Regina. Cultura, educação, distribuição social dos bens simbólicos e excedente informacional. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, v. 1, n. 2, p. 11-23, jul/dez. 1995.

MARTÍ LAHERA, Yohannis. Cultura informacional: nuevas implicaciones para la formación informativa. **Ciencias de La Información**, Madri, Espanha, v. 24, n. 1, p. 55-63, abr. 2003.

MARTINS, José de Souza. **Uma sociologia da vida cotidiana**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

MELO, Protásio Pinheiro de. **Contribuição norte americana à vida natalense**. Natal: Sebo Vermelho, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul/set. 1993.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MOURA, Gerson. Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-42. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 177-189, 1993.

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina. A 'Informação contruída' nos meandros dos conceitos da teoria social de Pierre Bordieu. **Datagrama zero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, p. 1-9, out. 2004.

NEGRÃO, João Henrique Botteri. Resenha Multidões em Cenas: propaganda política no varguismo e peronismo. **Diálogos**, v. 3, n. 3, p. 345-348, 1999.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. **A cidade e a guerra: a visão das elites sobre as transformações do espaço do Natal na Segunda Guerra Mundial.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Tradição e Política: o pensamento de Almir de Andrade. *In*: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro. **Estado Novo: Ideologia e Poder.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

PAIS, José Machado. Cotidiano e Reflexividade. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 98, p. 23-46, jan./abr. 2007.

PANDOLFI, Dulce. Apresentação. *In*: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Cap. 9. p. 167-197.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. *In*: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória.** 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2007. p. 49-57.

PEDREIRA, Flávia de Sá. **Chiclete eu misturo com banana: Carnaval e cotidiano de guerra em Natal.** 2. ed. Natal: Editora UFRN, 2012.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Gênese da Ciência da Informação: Os sinais anunciadores da nova área. *In*: AQUINO, Mirian De Albuquerque (Org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades.** 2. ed. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2011. p. 59-87.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAYWARD, Boyd. The origins of Information Science and the International Institute of Bibliography: International Federation for Information and Documentation (FID). **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 48, n. 4, p. 289-300, 1997.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Mais de perto, mil faces secretas sob a face neutra: considerações sobre a heterogeneidade no discurso jornalístico. **Signótica**, v. 17, n. 2, p. 233-250, jul./dez. 2005.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SAMPIERI, Roberto Hernandez. Definição da pesquisa a ser realizada: exploratória, descritiva, correlaciona ou explicativa. *In*: SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María de Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: Mcgraw-hill, 2006. p. 97-115.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun.1996.

SARAIVA, João Gilberto Neves. **Todo nordeste que couber a gente publica**: O The New York Times e as representações do nordeste brasileiro na era da política de boa vizinhança (1933-1945). Mestrado (Dissertação em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves de. **"Em cada esquina um poeta, em cada rua um jornal"**: a vida intelectual natalense (1889-1930). Mestrado (Dissertação em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves. Sociabilidade intelectual na imprensa natalense na Primeira República (1889-1930). **Vozes, Pretérito e Devir**, v. 1, n. 3, p. 24-41, 2014.

SMITH JUNIOR, Clyde. **Trampolim Para a Vitória**. Natal: UFRN Editora Universitária, 1992.

SOUZA, José Inácio de Melo. **O estado contra os meios de comunicação (1889-1945)**. São Paulo: Annablume: FAPESQ, 2003.

SOUZA, Mayara Paiva de. O pacto do silêncio: negociações políticas em torno da anistia de 1945. **Acervo: revista do Arquivo Nacional**, v. 30, n. 2, p. 110-125, jul./dez. 2017.

SOUZA, Itamar de. Prefácio. *In*: MELO, Protásio Pinheiro de. **Contribuição norte americana à vida natalense**. Natal: Sebo Vermelho, 2015.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. As orientações fundamentais da política externa do primeiro governo Vargas. **Anos 90**, v. 5, p. 137-169, jul. 1996.

VIVEIROS, Paulo. **Histórias da aviação no Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2008.

XIFRA-HERAS, Jorge. **A informação: análise de uma liberdade frustrada**. Rio de Janeiro, Lux; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

Em sua obra, Fernanda Costa retoma uma temática pouco ou quase nunca explorada na CI e afirma: “por reconhecer a informação como um caminho a partir das representações em vivências, formas de olhar o mundo, formando-se, também, dentro do processo de comunicação, ancoradas na cultura, a partir da linguagem e da escrita, onde temos modos de formação de sentidos dos fatos”.

Nessa esteira de compreensão, a autora explora com profundidade a relação memória e informação cotidiana. Considerando que os sujeitos constituem, em suas vivências, lembranças de si e de outrem, uma vez que não há acontecimentos fora dos quadros de tempo, do espaço das pessoas e sujeitos, marcas indissociáveis, esses criam enunciados que refletem um dado contexto e significado. Tudo isso corrobora a fundamentação da informação cotidiana, cerne da ação que envolve lugar e pessoas que diretamente produzem o acontecido.

Foi pautada por essa compreensão que a autora mergulha no passado varrendo o pó do tempo, possibilitando retirar do silenciamento o percurso da cultura informacional no período estadonovista. Período que calou e ocultou vozes discordantes por meio dos aparelhos de Estado a partir do jornal A República, fonte tutelada pelo Governo. Nessa trilha de descoberta, a autora tece suas análises com base no entendimento da fonte jornalística como necessária e imprescindível à compreensão histórica do momento.

ISBN: 978-65-87264-13-4



Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira